

República Federativa do Brasil



Câmara dos Deputados

(DO SENHOR JUAREZ BERNARDES)

ASSUNTO :

PROTOCOLO N.º

Altera a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu as sublegendas partidárias.

EX-DEPUTADO FACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONST. E JUSTIÇA em 17 de março de 1975

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. lsp. Almais Chagas Justiça, em 17/3/18 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. Dep. Luiz Henrique (VISTA) ✓ REDISF, em 10-4-75 19

O Presidente da Comissão de Justica

Ao Sr. Deputado Apaixão Nogueira Lima, REDISI, em 19

O Presidente da Comissão de Justiça Gaudêlio Ragalha, em 19

9 Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19.

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____, em 19_____,

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

SINOPSE

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa:

Autor:.....

Discussão única.....

Discussão inicial.....

Discussão final.....

Redação final.....

Remessa ao Senado.....

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 1975
(DO SR. JUAREZ BERNARDES)



Altera a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que insti
tuiu as sublegendas partidárias.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 1975

*Const. Juslino
Aprovado em 30/12/75*

Altera a Lei nº 5 453,

de 14 de junho de 1968, que
instituiu as sublegendas par-
tidárias.

(DO SR. JUAREZ BERNARDES)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA :

Art. 1º - Dê-se ao art. 12 da Lei nº 5 453, de
14 de junho de 1968, que instituiu o
sistema de sublegendas, a seguinte redação :

"ART. 12 - Nas eleições em que houver suble-
gendas, não se somarão os votos
dados aos candidatos do mesmo Partido.

§ 1º - Será considerado eleito o candidato
que obtiver o maior número de sufrá-
gios.

§ 2º - Havendo empate na votação, conside-
rar-se-á eleito o mais idoso; se
houver idade igual entre candidatos de Par-
tidos diferentes, será considerado eleito



o da agremiação que elegeu maior número de representantes para o órgão legislativo ~~cor~~ respondente *.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



J U S T I F I C A Ç Ã O

1. A sublegenda, instituída pela Lei nº 5 453, de 14 de junho de 1968, representou uma solução oportunista para o grave problema da unidade partidária da ARENA e do MDB, que foram criados oficialmente, por ato discricionário do Executivo, em seguida à dissolução dos Partidos existentes, já com raízes profundas na consciência popular.

De fato, a Revolução de 1964 encontrou quatro grandes agremiações partidárias no Brasil, além de várias outras menores :

a) o PSD e a UDN, organizações centristas, conservadoras, defendendo programas liberais, que enfatizavam as garantias individuais ;

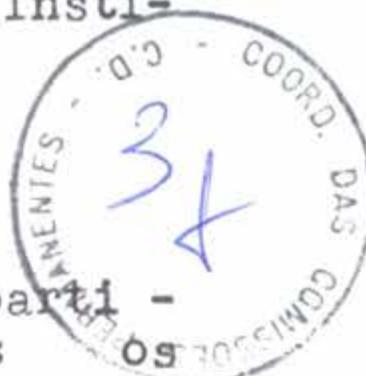
b) o PTB e o PSP, partidos de massa, que empunhavam com mais vigor a bandeira das reivindicações populares e das reivindicações dos trabalhadores.

Pois bem, por um ato de força, essas organizações



partidárias foram extintas, conforme estatuiu o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 :

"ART. 18 - Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros".



Ato contínuo, foi instituído o bi-partidarismo. Embora teoricamente se possam organizar outros Partidos, a experiência tem demonstrado ser isto impossível, dadas as insuperáveis exigências (Constituição Federal, art. 152, VII, e Lei nº 5 682, de 21 de julho de 1971, Título II).

Então, ocorreu o seguinte : as forças políticas existentes, inclusive seus representantes no Congresso Nacional, nos Estados e Municípios, tiveram de se filiar à ARENA ou ao MDB, tendo unicamente em vista as conveniências e situações locais.

A consequência mais chocante e mais surpreendente dessa ordem de coisas foi que tanto o MDB quanto a ARENA se constituíram de elementos dos antigos Partidos, especialmente da UDN, PSD, PTB e PSP. Assim, os dois Partidos criados pela Revolução, embora um apoie o Governo e o outro seja Oposição, foram e são constituídos de elementos saídos dos mesmos Partidos.

Portanto, a ARENA é constituída de ex-pessedistas, ex-udenistas, ex-petebistas, ex-pessepistas, ex-integralistas, etc. O mesmo se pode dizer do MDB.

Este fato transferiu para dentro de cada um dos dois Partidos a luta que existia, antes, entre agremiações diferentes. E, de tal maneira, as incompatibilidades se acentuaram que o Governo foi obrigado a recorrer ao estra-



tagema de criar a sublegenda.

Que é, afinal, a sublegenda?

A sublegenda nada mais é do que um artifício que permite, dentro da ARENA ou do MDB, que as diversas facções representativas dos partidos extintos possam ter candidatos próprios, a fim de vencer, às vezes, incompatibilidades insuperáveis das diversas alas.

Por isso, sob a roupagem de sublegenda o que, na verdade, existem são os partidos extintos. Esse fato, para muitos surpreendente, veio mostrar que, muito ao contrário do que muitos que supunham — sobretudo aqueles que não tinham vivência política e que olhavam com menosprezo a chamada classe política — os partidos extintos já tinham fincado raízes profundas na consciência popular, após cerca de vinte anos de disputas eleitorais.

2. A primeira consequência a se tirar desses fatos incontestáveis é que o artificialismo dos dois partidos, criados por atos discricionários, de cima para baixo, constituem verdadeira colcha de retalhos, sem unidade ideológica, sem mística, sem unidade.

E a sublegenda, longe de resolver o terrível drama das organizações partidárias oficiais, serviu apenas para dar forma legal à desunião e consolidar as lutas intestinas.

Assim, nas disputas eleitorais que se vêm travando, principalmente no âmbito municipal, a refrega não é, muitas vezes, mais acirrada entre os candidatos da ARENA e os do MDB. Muita vez, ocorre que a batalha se transfere para os candidatos das sublegendas, principalmente da ARE



NA, dentro do próprio Partido.

3. De acordo com a Lei nº 5 453, que instituiu a sublegenda, somam-se os votos dados aos diversos candidatos do mesmo Partido, que podem ser três. Vence o candidato mais votado do Partido que obteve maior número de sufrágios, pela soma das legendas, conforme dispõe o art. 12 daquela Lei.

Ocorre, então, não raro, que o candidato mais votado não é eleito porque a soma dos votos das sublegendas do outro Partido reuniu maior número de sufrágios.

Este fato é profundamente anti-democrático porque frustra a vontade da maioria do eleitorado, que deu maior número de sufrágios a outro candidato.

Este fato, segundo entendemos, fere frontalmente o princípio constitucional de que se considera eleito o mais votado e não o menos sufragado.

A Constituição é clara quando exige a maioria absoluta de votos para eleição do Presidente da República (art. 75, § 1º). A eleição de senadores obedece ao princípio majoritário (art. 41). A representação dos Partidos é proporcional (art. 148), isto é, deverá corresponder ao número de votos obtidos, conforme está expresso no art. 148.

O Código Eleitoral nada mais fez do que regular os princípios constitucionais que estabelecem as regras fundamentais das eleições.

Assim, parece-nos claramente inconstitucional o disposto no art. 12 que pretendemos modificar, pois ele, ao arrepio dos princípios da Lei Maior, em determinada



hipótese, garante a eleição de candidato que não obteve maioria de votos.

4. E não somente é inconstitucional o art. 12 como, ainda, claramente injurídico, porque contraria todo o sistema estratificado no Código Eleitoral, que reconhece eleitos os que tiveram maioria de votos.

Não só isso : a soma de votos das sublegendas fere a própria essência da Democracia, cujo conceito moderno nos dá DARCY AZAMBUJA, na sua "Teoria Geral do Estado" (5ª Edição, 1971) :

"A democracia é, pois, o regime em que o povo se governa a si mesmo, quer diretamente, quer por meio de funcionários eleitos por ele para administrar os negócios públicos e fazer as leis de acordo com a opinião geral.

"Baseia-se em certas idéias, cujo reconhecimento e realização foi demorado e difícil, em reivindicações que foram a causa, e ainda são, de lutas prolongadas, quase sempre sangrentas, entre o povo e os indivíduos que lhe queriam impor pela força sua autoridade e sua vontade.

"Baseia-se, em primeiro lugar, na idéia de que cada povo é senhor de seu destino, tem o direito de viver de acordo com as leis que livremente adotar e de escolher livremente as pessoas que, em nome dele e de acordo com a opinião dele, hão de tratar dos interesses coletivos.

"Não são somente os partidários das ditaduras e das tiranias que negam esse princípio; alguns democratas pela metade também o criticam ou encaram com ceticismo" (págs. 236/237).

Em uma palavra, a democracia é aquele tipo de



governo que se baseia na opinião pública, formada livremente pela maioria do povo. O governo das minorias é geralmente o do despotismo e da tirania, onde desaparecem os direitos individuais, em face da segurança do Estado. Eufemismo que esconde a segurança pessoal dos donos do poder.

Assim, torna-se evidente que uma lei que permite que o menos votado seja eleito, em detrimento do candidato que obteve maioria de sufrágios, é um estatuto visivelmente anti-democrático, que aberra dos princípios reguladores dos direitos políticos, constantes do Estatuto Básico e do Código Eleitoral.

Impõe-se, pois, a sua revogação a fim de que seja respeitada a vontade popular, livremente manifestada nas urnas.

As instituições políticas do Brasil deverão sofrer profundas modificações, segundo tudo indica, a partir do corrente ano. A contundente manifestação popular de 15 de novembro do ano passado e a conhecida determinação do Presidente da República no sentido da chamada "distensão política" estão a exigir do Congresso Nacional posição à altura dos acontecimentos e da sua responsabilidade perante a Nação.

Este projeto pretende traduzir uma tomada de posição no sentido de mudar o que está errado, a fim de contribuir para acelerar a restauração da vigência em nosso País, dos princípios que distinguem a verdadeira democracia, — suprema aspiração do nosso povo.

Sala das Sessões, em

Deputado JUAREZ BERNARDES.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 5.453 - DE 14 DE JUNHO DE 1968

Institui o sistema de sublegendas e dá outras providências.

.....

.....

Art. 12 - Nas eleições em que houver sublegendas, somar-se-ão os votos dos candidatos do mesmo Partido.

§ 1º - Se o partido vencedor tiver adotado sublegenda, considerar-se-á eleito o mais votado dentre os seus candidatos.

§ 2º - Havendo empate na votação entre candidatos do mesmo Partido, será considerado eleito o mais idoso.

§ 3º - Se o empate ocorrer entre a soma dos votos das sublegendas de Partidos diferentes, será considerado eleito o do Partido que elegera maior número de representantes para o órgão legislativo correspondente e, persistindo, o candidato mais idoso.

.....

.....



Federacão das Industrias do Estado de São Paulo

SÃO PAULO

São Paulo, 07 de novembro de 1975

Pres.- 016246

P.- 141.418/75



Anexe-se ao Processo referente ao Projeto nº 24/75. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.

Senhor Presidente

Em 19 /11/75

Presidente da Câmara dos Deputados

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entidade sindical de grau superior, por lei órgão consultivo do Poder Público, por seu presidente abaixo assinado, encaminha a V. Excia. parecer de sua Assessoria Jurídica, elaborado pelo Prof. Cesarino Junior, sobre o Projeto de Lei nº 24/75, de autoria do nobre deputado Marcelo Gato, que institui o adicional de turno para os empregados que trabalhem sob o regime de turnos de revezamento.

O parecer em tela, que consubstancia integralmente o pensamento desta Casa, é contrário à propositura, não só porque a legislação já existente, de uma certa forma, atende ao pretendido, como também pelo seu aspecto inflacionário, que contraria a política do governo.

Solicitamos, pois, que a matéria seja encaminhada as doutas Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, incumbidas do seu exame.

Exmo. Sr. Deputado Célio Borja
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

DATA DA ENTRADA



Federacão das Indústrias do Estado de São Paulo

SÃO PAULO



Aproveitamos o ensejo para reiterar a V. Excia.
nossos protestos do mais alto apreço e distinta consideração.

Theobaldo De Nigris
Theobaldo De Nigris
Presidente

Encantado o cava. el.
Em 20.11.75.
Paulo Affonso m. do Ovenc
sec. fidal da men.



Federacão das Indústrias do Estado de São Paulo



Projeto de lei federal n. 869/75 - Institui o adicional de turno para os empregados que trabalhem sob o regime de turnos de revezamento. - (Do Deputado Marcelo Gato).

1. Conforme diz claramente a ementa do projeto, cria ele um acréscimo de 30% sobre a remuneração percebida pelo empregado, quando este trabalha em regime de turnos, mediante escala de revezamento periódico dos horários de trabalho.

2. As justificativas apresentadas para o proposto adicional seriam especialmente de duas naturezas: 1º) o fato de que tal tipo de trabalho afeta a resistencia física do trabalhador, visto que "suas funções orgânicas sofrem fortes impactos de desequilibrio, pois sono, descanso, alimentação e outras necessidades fisiológicas são submetidas a constantes mutações, falta de ritmo e normalidade"; 2º) prejuízos na vida socio-familiar, pois os descansos ocorrem em dias variáveis da semana, não conhecendo o trabalhador o que seja feriado, nem domingo, nem dia santo.

3. Em lcnho trabalho publicado em 1968 M. KABAJ, técnico do "Bureau" Internacional do Trabajo afirma: "En general, las objeciones fundamentales que se formulan contra el trabajo en turnos múltiples son de tres clases: i) las que se basan en deseos de ventajas sociales; ii) las que se basan en factores fisiológicos, y iii) las que se basan en la hipótesis de que la productividad por trabajador es considerablemente inferior en el sistema de turnos múltiples. Las objeciones mencionadas en primero y segundo términos son demasiado conocidas para que las examinemos aquí en detalle. Las que se oponen al turno de la tarde se fundan principalmente en consideraciones sociales, porque es el turno que más perturba el curso normal de la vida social; los trabajadores que cumplen ese turno rara vez pueden ver a sus hijos y no pueden disfrutar de ningún entretenimiento al mismo tiempo que sus amigos. Por otra parte, se objeta en contra del trabajo nocturno mayormente por razones fisiológicas, porque se considera que es contrario al ritmo humano diurno y perturba el sueño al punto que puede perjudicar la capacidad de trabajo" (El trabajo en turnos y la expansión del empleo: En busca de la modalidad óptima, in "Revista Internacional del Trabajo", Ginebra, vol.78, set/68, ps. 279/280).



Federacão das Indústrias do Estado de São Paulo



Ainda o Bureau International do Trabalho no estudo Hours of Work - A World Survey of National Law and Practice (Geneva, 1967, p. 230) informa que em alguns países em que há o sistema de trabalho por turnos com escala de revezamento, a duração do trabalho é inferior à normal ou outras vantagens são concedidas aos trabalhadores, tais como um pagamento adicional.

4. Assim, parece assistir razão ao Deputado Marcelo Gato para propor a medida ora sob exame.

Sucede, porém, que não mencionou o parlamentar a legislação já existente sobre o assunto e que, de uma certa forma, atende ao pretendido.

5. O art. 75 da Consolidação das Leis do Trabalho dispõe: "Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna".

Sabe-se que tal preceito se baseou na Constituição de 1937 que, no art. 157, letra i, dispunha: "A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos: ... j) - o trabalho à noite, e não ser nos casos em que é efetuado periodicamente por turnos, será retribuído com remuneração superior à do diurno".

A Constituição de 1946 alterou substancialmente a matéria ao dispor no art. 157, n. III: "A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores: ... III - salário do trabalho noturno superior ao do diurno".

Após a vigência da Constituição de 1946 surgiram três correntes entre a jurisprudência e a doutrina, que se mantêm ainda hoje, visto que a atual Constituição praticamente repete a de 1946 no art. 165, n. IV. ARNALDO SUSSEKIND faz o seguinte apanhado da situação: "No que tange à inconstitucionalidade da ressalva constante do "caput" do art. 75, por via da qual não é devido o adicional de 20% se o trabalho noturno for prestado pelo sistema de revezamento periódico, persis-



Federacão das Indústrias do Estado de São Paulo



te a controvérsia no campo da doutrina e no da jurisprudência. Para alguns juristas, tendo a Constituição de 1946 excluído do seu texto (artigo 157, n. III) a ressalva que a propósito fizera a Carta Magna de 1937, alínea i), incompatível com a Lei Maior se tornou a respectiva ressalva constante do art. 73 da CLT (cf. ELSON GOTTSCHAFF - Ob.cit., pág. 270). Para outros, entre os quais nos encontramos, determinando a Constituição vigente seja o "salário do trabalho noturno superior ao diurno", a disposição restritiva do "caput" do art. 73 da Consolidação não se chocca com a norma constitucional, visto que, mesmo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o salário do trabalho noturno é superior ao do diurno, pelo simples fato de que cada hora de serviço, remunerada com o salário-hora normal, corresponde a apenas 52 minutos e 30 segundos. Assim, em sete horas de serviço, perceberá o empregado que trabalha à noite, oito salários-hora (cf. "Duração do Trabalho e Repouso Remunerados", págs. 244/5). Uma terceira corrente, por seu turno, sustenta que a ressalva estabelecida pelo art. 73 prevalece até que nova lei ordinária regulamente o aludido mandamento constitucional, por não ser este auto-aplicável (cf. RUSSOMANO - Ob. cit., vol. I, pág. 205)" (In Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho e à Legislação Complementar, Freitas Bastos, Rio, 1960, vol. I, ps. 393/394).

6. Nós nos filiamos à primeira corrente e consideramos inconsistente o argumento de que, mesmo sem o acréscimo salarial de 20%, o trabalho noturno na hipótese de revezamento já estará sendo remunerado com uma quantia superior à do diurno, em virtude da duração da hora noturna ser inferior à da diurna. De fato, se a cabeça do art. 73 garante um acréscimo de 20% sobre o salário-hora diurno e se do seu texto deixou de existir apenas a parte inicial que cogitava de trabalho em sistema de revezamento semanal ou quinzenal, não há por que se entender que, nesta hipótese, não haja a obrigatoriedade de pagamento do adicional.

7. O Tribunal Superior do Trabalho, aliás, consagrou esta orientação com o Prejulgado n. 1 que reza: "O regime de revezamento no trabalho não exclui o direito do empregado ao adicional noturno, face à derrogação do art. 73 da CLT pelo art. 157, item III, da Constituição de 18-9-46".



8. Conforme se conclui facilmente, de uma certa forma os trabalhadores submetidos a regime de turnos, mediante escala de revezamento periódico de horário de trabalho, já têm uma vantagem remuneratória, em relação àqueles empregados que não trabalham nesse regime. É verdade que não são objeto de nenhum tratamento especial, se comparados com aqueles que trabalham apenas à noite, sem ser em regime de turnos, o que nos levaria à conclusão de que o adicional concedido pelo direito pátrio existe não em razão do trabalho ser desenvolvido em turnos, mas sim pelo fato de ser realizado à noite.

Em todo o caso, a história da extensão da regalia àqueles que trabalham em regime de turnos, expressamente excluídos pela Constituição de 1937, poderia configurar uma proteção especial, no sentido de que as circunstâncias incômodas do exercício da atividade foram levadas em consideração para a concessão do adicional.

9. Isto posto, parece-nos que qualquer outra eventualização que se pretenda atribuir aos trabalhadores em regime de turnos, mediante escala de revezamento, deve partir não da lei, mas da contratação coletiva.

10. Resta acrescentar que, em virtude da Lei n. 605, de ... 5-1-49, que instituiu o repouso remunerado nos domingos e feriados, o trabalho realizado nos dias feriados é pago em dobro, salvo se o empregador designar outro dia para repouso (art. 9º). Assim, a vantagem não é de 50% mas de 100%, com base no salário diário.

11. Ademais, não será incômodo insistir no aspecto inflacionário da medida pois, enfim, não são poucas as empresas que trabalham em regime de turnos. Não seria exagerado prever que, em virtude do salário maior, muitos empregados ficariam interessados em ver instituído em suas empresas o regime de trabalho em turnos. Com isto não estamos pretendendo qualificar nesses trabalhadores de gananciosos, mas apenas dar a entender que, em virtude dos baixos salários pagos, em geral, qualquer acréscimo que possa ser obtido pelos trabalhadores é procurado e bem-vindo. Pois não temos nós o exemplo do trabalho insalubre, no qual são conhecidos casos de oposição dos empregados à mudança da técnica de trabalho que eliminaria a causa da insalubridade, z



Federacao das Industrias do Estado de Sao Paulo



penas com o fito de manter o adicional garantido por lei enquanto existe a insalubridade?

12. Por fim, cabe desfazer um equívoco do sr. Deputado ao citar a Petrobrás como uma das empresas na qual é pago um "adicional de turno". Na verdade, a Lei 5.811, de 11-10-72, que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de ductos, apenas mantém a obrigatoriedade de pagamento do adicional previsto no art. 73 da CLT durante o período em que o empregado permanecer no regime de revezamento em turno de 8 horas e cria um adicional de 20% sobre o salário básico quando empregado estiver em regime de sobreaviso. Este adicional visa compensar a eventualidade de trabalho noturno ou a variação de horário para repouso e alimentação.

13. Diante do exposto, somos pela rejeição do projeto examinado, salvo melhor juízo.

/as.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTICA



PROJETO DE LEI Nº 24, de 1975

"Altera a Lei nº 5.453,
de 14 de junho de 1968, que insti-
tuiu as sublegendas partidárias."

Autor: Deputado JUAREZ BERNARDES

Relator: Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA

I. RELATÓRIO

Visa o Projeto de Lei nº 24, de 1975,
de autoria do ilustre Deputado Juarez Bernardes, fazer
substanciais alterações na Lei nº 5.453, de 14 de junho
de 1968, que instituiu o sistema de sublegendas.

Revogada a Lei nº 5.453, de 14 de ju-
nho de 1968, pelo Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril
de 1977, desnecessárias se fazem as apreciações sobre
a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislati-
va e o mérito do Projeto, uma vez que o mesmo se encon-
tra prejudicado.



II. VOTO DO RELATOR

Face às precedentes razões, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 24, de 1975, de autoria do ilustre Deputado Juarez Bernardes, por prejudicialidade.

Sala da Comissão, 2/ab/78

Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA

RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma "A", opinou, unanimemente pela rejeição por' prejudicialidade do Projeto nº 24/75, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:
Jairo Magalhães - Presidente, Afrísio Vieira' Lima - Relator, Cleverson Teixeira, Fernando Coelho, Gomes da Silva, João Gilberto, Joaquim Bevilacqua, Miro Teixeira, Noide Cerqueira, Nunes Rocha, Theobaldo Barbosa.

Sala da Comissão, em 12 de abril de 1978.

Deputado JAIRO MAGALHÃES
Presidente

Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 24-A, de 1975

(DO SR. JUAREZ BERNARDES)



Altera a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968,
que instituiu as sublegendas partidárias; tendo
parecer, da Comissão de Constituição e Justiça,
pela rejeição, por prejudicialidade.

(PROJETO DE LEI Nº 24, de 1975, a que se refere
o parecer).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 24, de 1975

(Do Sr. Juarez Bernardes)

Altera a Lei n.º 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu as sublegendas partidárias.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Dê-se ao art. 12 da Lei n.º 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu o sistema de sublegendas, a seguinte redação:

“Art. 12. Nas eleições em que houver sublegendas, não se somarão os votos dados aos candidatos do mesmo Partido. § 1.º Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de sufrágios.

§ 2.º Havendo empate na votação, considerar-se-á eleito o mais idoso; se houver idade igual entre candidatos de Partidos diferentes, será considerado eleito o da agremiação que elegeu maior número de representantes para o órgão legislativo correspondente.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

1. A sublegenda, instituída pela Lei n.º 5.453, de 14 de junho de 1968, representou uma solução oportunista para o grave problema da unidade partidária da ARENA e do MDB, que foram criados oficialmente, por ato discricionário do Executivo, em seguida à dissolução dos Partidos existentes, já com raízes profundas na consciência popular.

De fato, a Revolução de 1964 encontrou quatro grandes agremiações partidárias no Brasil, além de várias outras menores:

a) o PSD e a UDN, organizações centristas, conservadoras, defendendo programas liberais, que enfatizavam as garantias individuais;

b) o PTB e o PSP, partidos de massa, que empunhavam com mais vigor a bandeira das reivindicações populares e das reivindicações dos trabalhadores.

Pois bem, por um ato de força, essas organizações partidárias foram extintas, conforme estatuiu o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965:

“Art. 18. Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros.”

Ato contínuo, foi instituído o bipartidismo. Embora teoricamente se possam organizar outros Partidos, a experiência tem demonstrado ser isto impossível, dadas as insuperáveis exigências (Constituição Federal, art. 152, VII, e Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, Título II).

Então, ocorreu o seguinte: as forças políticas existentes, inclusive seus representantes no Congresso Nacional, nos Estados e Municípios, tiveram de se filiar à ARENA ou ao MDB, tendo unicamente em vista as conveniências e situações locais.

A consequência mais chocante e mais surpreendente dessa ordem de coisas foi que tanto o MDB quanto a ARENA se constituíram de elementos dos antigos Partidos,


especialmente da UDN, PSD, PTB e PSP. Assim, os dois Partidos criados pela Revolução, embora um apoie o Governo e o outro seja oposição, foram e são constituídos de elementos saídos dos mesmos Partidos.

Portanto, a ARENA é constituída de expessedistas, ex-udenistas, ex-petebistas, ex-pessepistas, ex-integralistas, etc. O mesmo se pode dizer do MDB.

Este fato transferiu para dentro de cada um dos dois Partidos a luta que existia, antes, entre agremiações diferentes. E, de tal maneira, as incompatibilidades se acentuaram que o Governo foi obrigado a recorrer ao estratagema de criar a sublegenda.

Que é, afinal, a sublegenda?

A sublegenda nada mais é do que um artifício que permite, dentro da ARENA ou do MDB, que as diversas facções representativas dos partidos extintos possam ter candidatos próprios, a fim de vencer, às vezes, incompatibilidades insuperáveis das diversas alas.

Por isso, sob a roupagem de sublegenda o que, na verdade, existem são os partidos extintos. Esse fato, para muitos surpreendente, veio mostrar que, muito ao contrário do que muitos que supunham — sobretudo aqueles que não tinham vivência política e que olhavam com menosprezo a chamada classe política — os partidos extintos já tinham fincado raízes profundas na consciência popular, após cerca de vinte anos de disputas eleitorais.

2. A primeira consequência a se tirar desses fatos incontestáveis é que o artifício dos dois partidos, criados por atos discricionários, de cima para baixo, constituem verdadeira colcha de retalhos, sem unidade ideológica, sem mística, sem unidade.

E a sublegenda, longe de resolver o terrível drama das organizações partidárias oficiais, serviu apenas para dar forma legal à desunião e consolidar as lutas intestinas.

Assim, nas disputas eleitorais que se vêm travando, principalmente no âmbito municipal, a refrega não é, muitas vezes, mais acirrada entre os candidatos da ARENA e os do MDB. Muita vez, ocorre que a batalha se transfere para os candidatos das sublegendas, principalmente da ARENA, dentro do próprio Partido.

3. De acordo com a Lei n.º 5.453, que instituiu a sublegenda, somam-se os votos dados aos diversos candidatos do mesmo Partido, que podem ser três. Vence o can-

didato mais votado do Partido que obteve maior número de sufrágios, pela soma das legendas, conforme dispõe o art. 12 daquela Lei.

Ocorre, então, não raro, que o **candidato mais votado não é eleito** porque a soma dos votos das sublegendas do outro Partido reuniu maior número de sufrágios.

Este fato é profundamente antidemocrático porque frustra a vontade da maioria do eleitorado, que deu maior número de sufrágios a outro candidato.

Este fato, segundo entendemos, fere frontalmente o princípio constitucional de que se considera eleito o mais cotado e não o menos sufragado.

A Constituição é clara quando exige a maioria absoluta de votos para eleição do Presidente da República (art. 75, § 1.º). A eleição de Senadores obedece ao princípio majoritário (art. 41). A representação dos Partidos é proporcional (art. 148), isto é, deverá corresponder ao número de votos obtidos, conforme está expresso no art. 148.

O Código Eleitoral nada mais fez do que regulamentar os princípios constitucionais que estabelecem as regras fundamentais das eleições.

Assim, parece-nos claramente inconstitucional o disposto no art. 12 que pretendemos modificar, pois ele, ao arrepio dos princípios da Lei Maior, em determinada hipótese, garante a eleição de candidato que não obteve maioria de votos.

4. E não somente é inconstitucional o art. 12 como, ainda, claramente injurídico, porque contraria todo o sistema estratificado no Código Eleitoral, que reconhece eleitos os que tiveram maioria de votos.

Não só isso: a soma de votos das sublegendas fere a própria essência da Democracia, cujo conceito moderno nos dá Darcy Azambuja, na sua "Teoria Geral do Estado" (5.ª edição, 1971):

"A democracia é, pois, o regime em que o povo se governa a si mesmo, quer diretamente, quer por meio de funcionários eleitos por ele para administrar os negócios públicos e fazer as leis de acordo com a opinião geral.

Baseia-se em certas idéias, cujo reconhecimento e realização foi demorado e difícil, em reivindicações que foram a causa, e ainda são, de lutas prolongadas, quase sempre sangrentas, entre o povo e os indivíduos que lhe queriam impor pela força sua autoridade e sua vontade.



Baseia-se, em primeiro lugar, na idéia de que cada povo é senhor de seu destino, tem o direito de viver de acordo com as leis que livremente adotar e de escolher livremente as pessoas que, em nome dele e de acordo com a opinião dele, hão de tratar dos interesses coletivos.

Não são somente os partidários das ditaduras e das tiranias que negam esse princípio; alguns democratas pela metade também o criticam ou encaram com ceticismo" (págs. 236/237).

Em uma palavra, a democracia é aquele tipo de governo que se baseia na opinião pública, formada livremente pela maioria do povo. O governo das minorias é geralmente o do despotismo e da tirania, onde desaparecem os direitos individuais, em face da segurança do Estado, eufemismo que esconde a segurança pessoal dos donos do poder.

Assim, torna-se evidente que uma lei que permite que o **menos votado** seja eleito, em detrimento do candidato que obteve maioria de sufrágios, é um estatuto visceralmente antidemocrático, que aberra dos princípios reguladores dos direitos políticos, constantes do Estatuto Básico e do Código Eleitoral.

Impõe-se, pois, a sua revogação a fim de que seja respeitada a vontade popular, livremente manifestada nas urnas.

As instituições políticas do Brasil deverão sofrer profundas modificações, segundo tudo indica, a partir do corrente ano. A constante manifestação popular de 15 de novembro do ano passado e a conhecida determinação do Presidente da República no sentido da chamada "distensão política" estão a exigir do Congresso Nacional posição

à altura dos acontecimentos e da sua responsabilidade perante a Nação.

Este projeto pretende traduzir uma tomada de posição no sentido de mudar o que está errado, a fim de contribuir para acelerar a restauração da vigência em nosso País, dos princípios que distinguem a verdadeira democracia — suprema aspiração do nosso povo.

Sala das Sessões, em — Juarez Bernaldes.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

LEI N.º 5.453
DE 14 DE JUNHO DE 1968

Institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências.

Art. 12. Nas eleições em que houver sublegendas, somar-se-ão os votos dos candidatos do mesmo Partido.

§ 1.º Se o partido vencedor tiver adotado sublegenda, considerar-se-á eleito o mais votado dentre os seus candidatos.

§ 2.º Havendo empate na votação entre candidatos do mesmo Partido, será considerado eleito o mais idoso.

§ 3.º Se o empate ocorrer entre a soma dos votos das sublegendas de Partidos diferentes, será considerado eleito o do Partido que elegeu maior número de representantes para o órgão legislativo correspondente e, persistindo, o candidato mais idoso.

Eleições de 74: Filinto espera fim da sublegenda

O líder do Governo no Senado, Sr. Filinto Müller, declarou, ontem, "não estar convicto de que venham a ser mantidas as sublegendas, para governadores e senadores, nas eleições de 1974". Disse, ainda, que "ouviu com reserva as notícias veiculadas sobre o assunto e, pelo contrário, alimenta ainda a esperança de extinguir o sistema das sublegendas, inclusive nos pleitos para as prefeituras".

— A sublegenda — frisou — estimula a desagregação partidária, pois atira correligionário contra correligionário. Além disso, apresenta o inconveniente de permitir a sobrevivência de facções, num mesmo partido.

Na opinião do Senador Filinto Müller, a extinção da sublegenda poderia, de pronto, permitir um ligeiro fortalecimento do MDB. "mas isso — ressaltou — resultaria benéfico para a própria Arena, que se tornaria ainda mais coesa e mais homogênea".

O líder do Governo no Senado defende, também, a instituição das eleições por distritos (Voto Distrital), por achar que no sistema do voto proporcional, ora em vigor, "há uma tendência muito forte para o entredoveramento político".

Ao invés de se limitarem a enfrentar os adversários, unindo forças, os adeptos de um mesmo partido procuram prejudicar uns aos outros, a fim de colocar-se melhor nas eleições.

Como o assunto será resolvido na mensagem governamental propondo ao Congresso uma nova lei eleitoral (no momento o Governo está realizando pesquisa sobre vantagens e desvantagens das eleições proporcionais e distritais, através da Fundação Getúlio Vargas), o sr. Filinto Müller entende que "se deve aguardar uma definição sobre sistema".

Em sua opinião, porém, a lei eleitoral deve ser submetida ao Legislativo ainda no corrente ano, "pois em 1972 tere-

mos eleições para prefeitos e vereadores, em todo o Brasil".

— A respeito da nova lei, além da posição favorável ao distrital, defende o Senador Filinto Müller a adoção de medidas que visem à facilitar a formação do eleitorado e o processo de votação.

— As prefeituras municipais poderiam, elas mesmas, proceder à inscrição de novos eleitores, realizando, assim, um serviço cívico.

Para o representante governista, como o Código Eleitoral envolve questões puramente técnicas, "sua tramitação no Congresso será mais simples do que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos". Filinto Müller vê com simpatia a questão de se conceder direito de voto ao eleitorado de Brasília ou, pelo menos, aos eleitores de outros Estados, radicados na capital do País.

Lembrou que inúmeros países permitem o direito de voto a seus cidadãos, mesmo quando no exterior. A seu ver, poderia permitir-se que em certos casos o eleitorado votasse em trânsito. Mas o senador não crê que a ausência do eleitorado, de suas respectivas circunscrições, no último pleito, tenha sido a causa do alto número de abstenções. Em sua opinião, isso resultou, mais, do emprêgo da cédula única, em todo o País, pela primeira vez (salvo nos Estados de São Paulo e da Guanabara).

Por fim, sobre a questão da sublegenda, o presidente nacional da Arena, Deputado Batista Ramos, informou que "nos Estados nordestinos que percorreu há dez dias, apesar da existência de facções dentro do partido majoritário, há uma tendência bastante forte, para extinguir a sublegenda".

— Nas eleições de 70 — explicou — a Arena não chegou a utilizar o remédio da sublegenda, no Nordeste, nem em um quinto dos municípios. (Sucursal de Brasília.)



Sublegenda



Notas

Políticas

O problema da *sublegenda* 13-11-1971 13 p. 2

eleitoral

O Senador Clodomir Millet (Arena-MA) discorda do presidente do MDB de São Paulo, ex-Senador Lino de Matos, a propósito da existência da sublegenda eleitoral. Para o 2º secretário do Senado, a extinção da sublegenda só se dará pela revogação expressa da lei que a instituiu em 1968, em que pese a argumentação tão brilhantemente desenvolvida pelo ex-Senador Lino de Matos.

Para o ex-parlamentar do MDB de São Paulo, o sistema da sublegenda já não existe, pois a Lei 5.682 revogou a anterior Lei Orgânica dos Partidos e todas as suas alterações, entre estas os dispositivos referentes à instituição do princípio. Mas, argumenta o Senador Clodomir Millet, como considerar revogada a sublegenda, se desta não cogitará a Lei dos Partidos de 1965, agora revogada?

A EXPLICAÇÃO

E prosseguiu o senador arenista: "Dir-se-ia que a revogação de suas alterações abrangia a sublegenda? Que alterações? Se a lei não a estabelecia ou dela não cuidava, qual a alteração que poderia atingi-la?

"A matéria, inicialmente, se enquadrava na legislação dita eleitoral e não na legislação partidária propriamente. Os atos complementares sobre ela dispuseram sempre, sempre o fizeram, tratando-a como matéria pertinente à Lei Eleitoral. E, aí, estão as provas:

Foi instituído, em caráter facultativo, pelo Ato Complementar nº 4, de 20-11-65 (artigo 9º), que declara, expressamente, que "poderá ser admitido o registro de candidatos em sublegendas. Os atos complementares 26 e 37 falaram, sempre, em "Registro de Candidatos", matéria, como se vê, eminentemente eleitoral".

No Ato Complementar nº 7 e nº 25, que o modificou, estabelecem-se as normas para obtenção do quociente eleitoral, e para apuração dos resultados da eleição, incluindo a proclamação dos eleitos, quando adotado o sistema da sublegenda".

AS CONCLUSÕES

E parte o senador maranhense para as suas conclusões: "Ora, ninguém pode contestar que ai ainda se trataria de matéria eleitoral. Por conseguinte, nenhum desses atos poderia ser catalogado como alteração da Lei que disciplina o funcionamento dos partidos políticos.

E a lei das sublegendas, a de nº 5.453, de 1968, não seria uma alteração da antiga Lei Orgânica dos Partidos? E, ele mesmo responde: "Não, em absoluto". Trata-se de uma lei autônoma, que instituiu sublegenda, revogando toda a legislação anterior sobre a escolha dos candidatos, no âmbito interno dos Partidos, e cuida também do registro dos candidatos, disciplina a filiação partidária e até revoga, de maneira expressa, disposição da antiga Lei Orgânica dos Partidos na parte referente aos delegados à Convenção Nacional (artigo 20). O artigo 130 da Lei 5.682, de 1971, quando muito, teria revogado alguns de seus dispositivos, como o artigo 20, já citado".

E prossegue o Senador Clodomir Millet: "Quando da votação da atual Lei Orgânica dos Partidos políticos, o MDB apresentou emendas visando à extinção das sublegendas. Essas emendas foram rejeitadas. E o argumento do relator, para rejeitá-las, foi o de que a matéria não era pertinente.

Como, então, se accitar, agora, o que não foi revogado, expressamente, como se pleiteou, pudesse sé-lo, por via indireta, pela interpretação extensiva e desarrazoada de um dispositivo da mesma lei?

E conclui: "O que se pode fazer, com vistas aos próximos pleitos? Desde uma simples alteração no sistema, até mesmo sua extinção total. Mas, repita-se, através de uma lei específica. Se não fizer isso — e pelos meios legais — estará em pleno vigor para 1972 e 74, o sistema da sublegenda, para a eleição de prefeitos e governadores, tal como dispõe a Lei 5.453, de 1968".



Arte, Páginas...
Sul, grande

Eleições de 74: Filinto espera fim da sublegenda

O líder do Governo no Senado, Sr. Filinto Müller, declarou, ontem, "não estar convicto de que venham a ser mantidas as sublegendas, para governadores e senadores, nas eleições de 1974". Disse, ainda, que "ouviu com reserva as notícias veiculadas sobre o assunto e, pelo contrário, alimenta ainda a esperança de extinguir o sistema das sublegendas, inclusive nos pleitos para as prefeituras".

— A sublegenda — frisou — estimula a desagregação partidária, pois atira correligionário contra correligionário. Além disso, apresenta o inconveniente de permitir a sobrevivência de facções, num mesmo partido.

Na opinião do Senador Filinto Müller, a extinção da sublegenda poderia, de pronto, permitir um ligeiro fortalecimento do MDB, "mas isso — ressaltou — resultaria benéfico para a própria Arena, que se tornaria ainda mais coesa e mais homogênea".

O líder do Governo no Senado defende, também, a instituição das eleições por distritos (Voto Distrital), por achar que no sistema do voto proporcional, ora em vigor, "há uma tendência muito forte para o entredeveramento político".

Ao invés de se limitarem a enfrentar os adversários, unindo forças, os adeptos de um mesmo partido procuram prejudicar uns aos outros, a fim de colocar-se melhor nas eleições.

Como o assunto será resolvido na mensagem governamental propondo ao Congresso uma nova lei eleitoral (no momento o Governo está realizando pesquisa sobre vantagens e desvantagens das eleições proporcionais e distritais, através da Fundação Getúlio Vargas), o sr. Filinto Müller entende que "se deve aguardar uma definição sobre sistema".

Em sua opinião, porém, a lei eleitoral deve ser submetida ao Legislativo ainda no corrente ano, "pois em 1972 tere-

mos eleições para prefeitos e vereadores, em todo o Brasil".

A respeito da nova lei, além da posição favorável ao distrital, defende o Senador Filinto Müller a adoção de medidas que visem à facilitar a formação do eleitorado e o processo de votação.

— As prefeituras municipais poderiam, elas mesmas, proceder à inscrição de novos eleitores, realizando, assim, um serviço cívico.

Para o representante governista, como o Código Eleitoral envolve questões puramente técnicas, "sua tramitação no Congresso será mais simples do que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos". Filinto Müller vê com simpatia a questão de se conceder direito de voto ao eleitorado de Brasília ou, pelo menos, aos eleitores de outros Estados, radicados na capital do País.

Lembrou que inúmeros países permitem o direito de voto a seus cidadãos, mesmo quando no exterior. A seu ver, poderia permitir-se que em certos casos o eleitorado votasse em trânsito. Mas o senador não crê que a ausência do eleitorado, de suas respectivas circunscrições, no último pleito, tenha sido a causa do alto número de abstenções. Em sua opinião, isso resultou, mais, do emprêgo da cédula única, em todo o País, pela primeira vez (salvo nos Estados de São Paulo e da Guanabara).

Por fim, sobre a questão da sublegenda, o presidente nacional da Arena, Deputado Batista Ramos, informou que "nos Estados nordestinos que percorreu há dez dias, apesar da existência de facções dentro do partido majoritário, há uma tendência bastante forte, para extinguir a sublegenda".

— Nas eleições de 70 — explicou — a Arena não chegou a utilizar o remédio da sublegenda, no Nordeste, nem em um quinto dos municípios. (Sucursal de Brasília.)

Partidos Políticos - Sub-legendas



Filinto reitera posição contrária à sublegenda em eleições majoritárias

Brasília (Sucursal) — O líder do Governo no Senado, Sr. Filinto Muller, reiterou ontem, sua opinião à manutenção das sublegendas das eleições majoritárias, esclarecendo, no entanto, que o sistema ainda prevalecerá no pleito municipal de 1972, "porque fatos novos influíram na decisão."

Observou que sem a sublegenda "haveria riscos não só para organização partidária, mas para a meta pela consolidação da política governamental." Com relação às eleições diretas para Governador, em 1974, disse o Senador Filinto Muller que "o assunto ainda não foi examinado, razão pela qual não se pode garantir que a sublegenda prevalecerá até lá."

Desuso

— Vamos ver como ficarão as coisas após as eleições municipais de 1972 com a sublegenda. O que se nota é que pouco a pouco o sistema vai caindo em desuso. O ideal, na minha opinião, seria a sua extinção desde já. Acho que devemos concorrer para a unificação e fortalecimento dos Partidos e a sublegenda, ao contrário, institucionaliza a divisão, os grupos. Isso por enquanto não é possível e já está decidido que a sublegenda prevalecerá no pleito municipal do próximo ano — esclareceu o líder governista.

O Sr. Filinto Muller tem mantido contatos com

deputados e senadores da Arena, a respeito do projeto de reforma da Lei Orgânica dos Partidos. Tem recolhido numerosas sugestões, cópias de emendas, críticas a determinados dispositivos. Outro dia foi procurado por uma alta figura da magistratura, que apontou "faltas técnicas" no projeto.

Sexta-feira, o líder do Governo deverá avistar-se com o Ministro Leitão de Abreu, para troca de idéias sobre o projeto. Anteontem e ontem conversou com os Senadores Petrônio Portela, Carvalho Pinto, Eurico Reisende e Deputados Murilo Badaró e Ildélio Martins.

Fidelidade

Admitiu o Sr. Filinto Muller que algumas modificações possam ser feitas no capítulo da fidelidade partidária. Revelou que o assunto tem sido muito debatido nas suas conversas. Vários parlamentares disseram-lhe que seria inconveniente a delegação de poderes às comissões executivas municipais para a fixação da disciplina do voto nas deliberações dos vereadores.

É possível que no caso dos municípios, além do diretorio local, também a direção estadual seja ouvida antes de qualquer decisão.

A respeito da anunciada disposição do MDB, de não participar das eleições para prefeitos e governadores se mantida a sublegenda, o Sr. Filinto Muller comentou que seria um grave erro político.

— Sem desejar dar opiniões a respeito de questões internas de outro Partido — disse — acho que cabe à direção do MDB estimular a participação das bases nas disputas eleitorais, mes-

mo se achar que não têm possibilidades de vitória. O importante, nesta fase, é disputar, é fazer campanha, concorrer. É uma missão política e pedagógica importante.

Acha mesmo que o desânimo de alguns setores oposicionistas deve-se, em grande parte, à falta de diretórios municipais na maioria dos Estados. Lembrou que em 1969 o então Senador Nogueira da Gama realizou um trabalho "admirável" no interior de Minas, reorganizando diretórios.

— A certa altura — disse — o Sr. Nogueira da Gama sentiu-se desanimado, não pelo seu trabalho, pelas declarações pessimistas de companheiros da direção partidária. O que o MDB deve fazer é arreganhar as mangas e organizar diretórios no maior número de municípios possível. Tenho certeza de que feito isso, desaparecerão o pessimismo e o desânimo, dos quais não é causa a sublegenda.

Punidos

O Sr. Filinto Muller não quis dar opinião a respeito do dispositivo do projeto do Governo que proíbe a filiação partidária de quem foi ou venha a ser atingido por quaisquer sanções com base em atos institucionais.

— Preciso saber primeiro

sobre-se, inclusive, que a liderança arenista receberá de órgãos governamentais pareceres sobre a questão, para melhor orientar os debates.

O Senador Clodomir Millet afirmou ontem, no Senado, que o envio pelo Gabinete do projeto que re-

delegação de poderes às comissões executivas municipais para a fixação da disciplina do voto nas deliberações dos vereadores.

É possível que no caso dos municípios, além do diretório local, também a direção estadual seja ouvida antes de qualquer decisão.

A respeito da anunciada disposição do MDB, de não participar das eleições para prefeitos e governadores se mantida a sublegenda, o Sr. Filinto Muller comentou que seria um grave erro político.

— Sem desejar dar opiniões a respeito de questões internas de outro Partido — disse — acho que cabe à direção do MDB estimular a participação das bases nas disputas eleitorais, mes-

sionistas deve-se, em grande parte, à falta de diretórios municipais na maioria dos Estados. Lembrou que em 1969 o então Senador Nogueira da Gama realizou um trabalho "admirável" no interior de Minas, reorganizando diretórios.

— A certa altura — disse — o Sr. Nogueira da Gama sentiu-se desanimado, não pelo seu trabalho, pelas declarações pessimistas de companheiros da direção partidária. O que o MDB deve fazer é arregaçar as mangas e organizar diretórios no maior número de municípios possível. Tenho certeza de que feito isso, desaparecerão o pessimismo e o desanimo, dos quais não é causa a sublegenda.



Punidos

O Sr. Filinto Muller não quis dar opinião a respeito do dispositivo do projeto do Governo que proíbe a filiação partidária de quem foi ou venha a ser atingido por quaisquer sanções com base em atos institucionais.

— Preciso saber primeiro — disse — a origem desse dispositivo.

Outros dirigentes da Areana, contudo, disseram que o objetivo do Governo, nesse sentido, é o de não permitir o ingresso nos Partidos de pessoas que tiveram não só os direitos políticos suspensos, mas também mandatos eletivos cassados. Acreditam que servidores públicos afastados de suas funções não serão alcançados, "porque a preocupação é mais de ordem política." Um deles afirmou:

— Uma corrente está entendendo que a suspensão dos direitos é mais ampla, atingindo também os que perderam o mandato.

Soube-se, inclusive, que a liderança arenista receberá de órgãos governamentais pareceres sobre a questão, para melhor orientar os debates.

O Senador Clodomir Millet afirmou ontem, no Senado, que o envio pelo Governo do projeto que reformula a Lei Organica dos Partidos Políticos constitui "a nossa primeira abertura política, real e efetiva", aspecto para o qual "devemos todos ter nossa atenção voltada."

Lembrando que a Lei Organica elaborada no Governo Castelo Branco não chegou a ser aplicada, disse que os pleitos realizados no país têm sido processados com sucessivas mudanças da legislação, feitas através de atos complementares, e que só agora se abre o debate em torno de questões tão fundamentais como a lei máxima dos Partidos.

Emendas

Disse o Sr. Clodomir Millet que apreciara, semana passada, aspectos formais do projeto do Governo. Referiu-se, então, a questões que provocariam controvérsias. O estudo minucioso do projeto levou-o a apresentar 75 emendas, "não para mudar ou reformular o projeto, mas apenas no sentido de colaborar para seu aperfeiçoamento."

Afirmou a necessidade de que a matéria seja objeto de estudo o mais meticoloso e de debate intenso, a fim de que "possamos, afinal, fazer uma lei tão perfeita quanto possível."

Lembrou que a Lei Organica dos Partidos Políticos em vigor resultou de ante-

projeto elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral, a pedido do ex-Presidente Castelo Branco. Esse anteprojeto foi detidamente examinado na área do Executivo e, depois, enviado ao exame da Câmara. Esta o estudo cuidadosamente, sendo oferecidas numerosas emendas, disso resultando um substitutivo que foi, então, enviado ao exame do Senado.

No Senado novamente a matéria foi exaustivamente debatida, sendo numerosas emendas aprovadas, determinando a volta do projeto à Câmara. Enviado à sanção do Presidente da República, recebeu alguns vetos.

Inconstitucional

O projeto do Governo, pelas dificuldades que cria para a participação nas atividades políticas, foi considerado inconstitucional em discurso feito ontem na Câmara, em nome da Oposição, pelo Deputado Severo Eulálio (Piauí).

— O Governo perdeu uma oportunidade de mostrar ao povo brasileiro o seu desejo de realmente normalizar a política nacional. O projeto não é uma tentativa de organização de uma lei para os Partidos políticos, mas uma proposição contra os Partidos políticos — de-

clarou o Sr. Severo Eulálio.

Afirmou o Deputado Severo Eulálio que o projeto, se aprovado em sua forma original, tornará "cada dia mais difícil e mais problemática a vida partidária." Explicou que o projeto "amordaça os Partidos e criará dificuldades ao funcionamento da organização partidária, dificuldades estas que farão com que dificilmente surja novo Partido político no país e que se eternize em nosso regime político a malfadada instituição da sublegenda."



Sublegenda

AZEVEDO LIMA

Partidos Políticos **Arena acha sublegenda prejudicial**

CM 7213118 13.2

BRASÍLIA (Sucursal) — A direção da Arena retirou de seus estatutos normas reguladoras da formação de sublegendas para governadores e vai incluir no programa partidário dispositivo considerando aquele princípio prejudicial aos interesses do partido.

Do texto original preparado pela comissão especial que elaborou os estatutos constava o seguinte dispositivo: "Em caráter excepcional, o partido admite a sublegenda, na forma da lei eleitoral vigente. A concessão da sublegenda para governadores deverá processar-se com audiência da Direção Nacional, que opinará, após estudo do quadro político local, se possível com pesquisa de opinião pública, sobre sua conveniência ou não. Os resultados destes estudos e pesquisas poderão ser transmitidos ao Diretório Regional, para sua orientação." Maneteve-se, no trabalho da comissão, a este

respeito, apenas a ressalva quanto a sublegenda permitida pela lei eleitoral.

O presidente da comissão que examinou a matéria, Deputado Félix Ribeiro, destacou entre pontos importantes do texto aprovado o que cuida da arrecadação de recursos para o partido.

Haverá uma campanha de âmbito nacional visando a fazer com que todos os ocupantes de cargos da administração direta ou indireta se filhem à Arena. A tais elementos, quando em cargo político, será solicitada a mensalidade de 2,5% de sua remuneração, não computada a verba de representação (mesmo percentual hoje pago pelos congressistas, com relação à parte fixa de seus subsídios).

Outro dispositivo, no entanto, autoriza a Comissão Executiva Nacional "a anistiar os filiados que estejam em atraso com suas mensalidades, desde que em dificuldades financeiras, ou a dispensar o pagamento aos desempregados."

Críticas à sublegenda

5 NOV 1972

O Senador Milton Cabral retornou da Paraíba convencido de que ou a ARENA acaba com o instituto das sublegendas no processo eleitoral brasileiro ou ele terminará por liquidar com os esforços que a duras penas se fazem para promover a unidade partidária. Com a autoridade de quem já lançou mão do instituto em favor de candidatos de sua preferência, o senador arenista anuncia que na próxima semana apresentará projeto extinguindo as sublegendas, já a partir do próximo pleito.

No encontro que pretende manter com o Senador Filinto Müller logo na segunda-feira, não deseja o senador paraibano fazer propriamente uma consulta sobre a conveniência ou não de seu projeto. Apenas comunicará ao presidente nacional do partido sua decisão de levar a proposição adiante e apresentar um alevantado relatório dos nefastos efeitos que a seu ver as sublegendas vêm produzindo nos quadros partidários, em especial na ARENA.

No caso especial de Campina Grande, seu principal e tradicional reduto eleitoral, o Senador Milton Cabral observa que as sublegendas têm sido a razão de toda a crise, incluindo o agravamento da situação que terminou por afastar, por renúncia precipitada pelas afrontas, a candidatura do Deputado Alvaro Galdêncio. E deixou como resultado uma crise difícilmente contornável entre as duas lideranças naturais arenistas no Estado o Ministro João Agripino e o Governador Ernani Sátiro.

O episódio de Campina Grande, se ilustrativo, não é único. Fatos idênticos estão ocorrendo em todo o Nordeste, gerando ressentimentos e divergências bem mais acentuados que os existentes ao tempo das antigas legendas extintas pelo Ato Institucional nº 2.

Reconhece que ao serem instituídas, as sublegendas representaram um remédio amargo, mas útil.

Era preciso, quando se extinguiram os antigos partidos, criar instrumentos que permitissem, numa primeira etapa, acomodar as correntes oriundas das antigas agremiações. Mas seria que ser uma terapêutica provisória, uma vez que a continuidade de seu uso terminaria por criar males ainda maiores do que os que se pretendiam sanar.

Hoje o que se observa, na opinião do senador paraibano, é que as sublegendas se evidenciam mais nocivas do que qualquer benefício que possa trazer ao partido. E indica que se não bastasse a desagregação que traz ao partido, bastaria para aconselhar sua extinção, o fato de que representa o principal fator de perda da representatividade do eleito.

A solução natural para as divergências internas nos partidos, a seu ver, deve ser encaminhada através das próprias Convenções, na realidade o instrumento legal e democrático. Nas convenções apresentam-se os candidatos das correntes divergentes e, após o resultado, tornam a unir-se em torno de um mesmo objetivo.

A experiência está a indicar que mesmo os que se afastam do vencedor após às convenções, na medida em que se processa a campanha, vão aos poucos se aproximando, levados até pelas críticas que inevitavelmente sofrem por parte dos adversários. E terminam, se unindo numa solidariedade partidária que acaba por conduzir à coesão.

Com as sublegendas, ao contrário, as divergências, por vezes meramente superficiais em princípio, acabam, no decorrer da campanha, por agravar-se e os próprios correligionários freqüentemente se tornam adversários mais ferrenhos do que os próprios integrantes do partido opositor. E isto, sem dúvida, com pésimos reflexos na própria atuação administrativa do eleito, que passa a ter nos próprios companheiros os piores opositores.



Arena paulista quer fim das sublegendas

Do Serviço Local e dos correspondentes

Se a extinção das sublegendas partidárias depender da Arena paulista estas deixarão de existir a partir das eleições de 1974, declarou o presidente da Comissão Regional Executiva da agremiação governista, que considera que o instituto já cumpriu o que dele se esperava e que era a consolidação das forças políticas aglutinadas no partido.

José Salvador Julianelli explica que chegou a essa conclusão, de que a sublegenda já cumpriu a sua tarefa, analisando o quadro político-partidário à luz da eleição do dia 15 próximo. Afirma o chefe governista, embora sem precisar dizer, que "é irrelevante o número de municípios em que a Arena paulista não conseguiu compor-se em torno de um candidato único". E aduz que a luta, que se verifica em diversos municípios onde a Arena concorre aos respectivos Executivos com dois ou três candidatos, decorre de divergências de "caráter pessoal", suscetíveis de superação após o pleito. Em outros municípios — explica ainda — a Arena recorre ao mecanismo das sublegendas para aumentar suas possibilidades de êxito eleitoral, em face de idêntico expediente da oposição.

Com essas palavras, objetivou o deputado Salvador Julianelli dar a impressão de que, de fato, em São Paulo, a Arena já está consolidada organicamente, como partido, superadas a artificialidade de sua criação e a heterogeneidade de sua constituição. Observa-se que Julianelli não se referiu ao elevado número de impugnações que arenistas ofereceram ao registro das candidaturas de outros arenistas, a evidenciar divergências bem mais profundas do que simples diferendos pessoais.

Insistindo em sua tese, Julianelli diz que a situação da Arena em São Paulo é diferente da que se observa em outros Estados, em que o partido governista continua realmente dividido, em função dos extintos partidos. Aponta ele Minas Gerais como exemplo de Estado em que os grupos políticos continuam gravitando em torno das antigas siglas partidárias, que não foram sepultadas até agora. Considera ele lamentável tal situação e acha que a extinção das sublegendas contribuirá para a consolidação do partido.

Julianelli pretende transmitir suas considerações sobre a situação da Arena paulista e sobre as vantagens da extinção das sublegendas ao presidente nacional da Arena, senador Filinto Muller, com quem se avistará após as eleições do dia 15.

Título pode ser usado

Os eleitores cujo título estiver inteiramente preenchido virão dia 15 com esse mesmo título, que será rubricado, no lugar possível, pelo presidente da mesa receptora.

O Tribunal Regional Eleitoral está insistindo na divulgação desse esclarecimento, em face do elevado número de consultas que recebe, diariamente, a esse respeito.

Também é possível ao elei-

tor votar ainda que à ultima hora verifique ter perdido seu título. Basta que ele saiba em que seção está inscrito para votar e ali compareça. A mesa receptora dispõe de elementos que permitem a identificação do eleitor.

Chefe do MDB na campanha

O presidente do MDB paulista, Lino de Matos, resolveu participar da campanha eleitoral dos candidatos de seu partido à Câmara paulistana, gravando mensagens em fita, para estações de rádio, e video-tapes, para a televisão.

O chefe emedebista decidiu, assim, atender aos apelos que recebeu de diversos candidatos, que desejam vê-lo participando de forma efetiva da campanha eleitoral. Alguns concorrentes à Câmara paulistana chegaram a confidenciar que estranhavam o comportamento do chefe regional do MDB que preferia não candidatar-se à vereança para "comandar" a campanha.

Há alguns dias, recorda-se, Lino abandonou inopinadamente uma reunião dos candidatos, na qual se discutia a sua participação nos programas gratuitos, por meio de mensagens gravadas. Para isso, pretendia o Comitê de Propaganda obter mais alguns recursos financeiros de todos os aspirantes à Câmara paulistana. Ante a recusa de muitos em colaborar, a reunião terminou em tumulto generalizado e tentativas de agressões.

Natel foi a Votorantim

O governador Laudo Natel esteve em Votorantim, fazendo campanha em favor dos candidatos da Arena naquele município, cujo atual prefeito pertence aos quadros do MDB.

Natel disse que um arenista na Prefeitura de Votorantim será uma linha direta ligando aquela cidade ao Palácio dos Bandeirantes. E acrescentou: Quem está satisfeito com o governo do presidente Médici e com a situação do governador, não tem outra opção senão votar na Arena. Quem não está satisfeito e acha que o município deve ser atirado contra o Estado pode votar na oposição, com todo o nosso respeito".

Vigário deixa a paróquia

Em Presidente Epitácio, a Igreja política levou o padre Olívio Reato a deixar a sua paróquia. Ao final da missa vespertino de domingo último, o sacerdote comunicou aos fiéis que, em virtude das ofensas que vinha recebendo de elementos do MDB, além de ameaças pelo telefone, não se sentia mais em condições de continuar à frente da paróquia.

O padre Reato deixou, depois, a cidade, tomando rumo ignorado.

Uso exclusivo da Arena

Na Câmara de Diadema, o presidente da Arena local, vereador Gabriel Gonçalves declarou que a fotografia do presidente Médici é de uso exclusivo do seu partido e que, no entanto, o MDB tem em seus comitês "posters" do chefe da Nação, junto do pavilhão nacional.

A declaração de Gabriel foi incorporada ao anedotário político de Diadema e assim vem sendo glosada.

Impugnação intempestiva

Por intempestiva, oferecida fora do prazo de lei, o juiz da 67ª Zona Eleitoral — Jundiaí — indeferiu a impugnação oferecida pelo MDB ao registro da candidatura de Vitoria Furlan de Zouza, da Arena, à Prefeitura daquele município.



8 NOV 1973

29 OUT 1972

Getúlio Gólio



A sublegenda, fórmula para o adesismo

29 OUT 1972

Barbosa Lima Sobrinho

Não sei a que evolução política se refere o Senador Filinto Muller, quando faz da sublegenda uma fórmula de progresso, no processo eleitoral brasileiro. É verdade que havia, no Brasil, 13 Partidos políticos registrados e que hoje existem apenas dois. Mas existem dois porque assim o exigem a legislação eleitoral em vigor? Porque o que estamos vendo é o ressurgimento de antigas forças partidárias e de velhas divergências, sob a forma da instituição da sublegenda.

Instituição unilateral, na verdade, porque não me parece que estejam sendo pleiteadas as sublegendas do Movimento Democrático Brasileiro, as sublegendas da Oposição. E é fácil entender a preferência, quando se sabe o preço alto que se exige das oposições. A inscrição por si só é um perigo, quando os governadores de Estado comparecem pessoalmente aos comícios eleitorais, anuncian- do represálias aos adversários e fazendo promessas de apoio aos correligionários, tanto mais que a própria vitória poderia acarretar a extinção da autonomia do município. Compreendo que todos sintam que é muito melhor correr pela Arena, quaisquer que sejam os sentimentos íntimos do eleitorado. O que pode constituir, para as correntes adversárias, uma fórmula tranquila de adesismo.

Não é por outra causa que as sublegendas da Arena estão sendo disputadas, entre as correntes eleitorais do interior do país. Pelo que me diz um de meus amigos, Ed-

gar Toledo, já existem municípios com cinco sublegendas da Arena e provavelmente nenhuma do MDB. Mas não estarão correndo para as sublegendas as antigas correntes políticas, que formavam as diferentes siglas partidárias do PSD, do PTB, do PSP, do PR, do PDC e outras, que encontraram essa fórmula cômoda de sobrevivência? Que me perdoe o Senador Filinto Muller, se não posso ver um progresso político nessa simples operação de troca de siglas partidárias. Os políticos matreiros que eu conheci, já ensinavam que havia momentos em que era preciso parecer morto. E de certo que acrescentariam logo, que não haveria morte melhor do que a de se disfarçar numa sublegenda dos competidores ou dos adversários do município.

Não creio, por isso, que a própria Arena esteja contente com a infiltração de adversários em suas hostes municipais. O projeto recente do Deputado pernambucano Airon Rios, e as declarações do Senador Nei Braga me parecem traduzir os verdadeiros sentimentos da Arena. Até mesmo porque a sublegenda pode disfarçar um movimento de infiltração subterrânea, para destruir antigas influências partidárias. Bastam que existam fatores aglutinantes, para dar sentido a essa infiltração, na modificação da estrutura do Partido. Não serão antigos pessedistas, ou trabalhistas, mobilizados para vencer antigas correntes pede- cistas, por exemplo? Quando se aceita converter o Partido, através da

sublegenda, num saco-de-gatos, abre-se caminho a todos os planos sorridentes, que aceitem aderir de cima, disputando como Governo as posições eleitorais. O que não resta dúvida é que é muito melhor uma sublegenda da Arena do que a própria sigla do MDB, nos cálculos com que se planeja a vitória e na segurança com que são encaradas as suas consequências. Que em conhece a vida partidária do interior do país, não acreditará na presença de antagonismos suficientes, para evitarem a corrida no sentido da conquista de sublegendas, que podem ser passaportes para a vitória e até mesmo salvo-condutos para as campanhas políticas.

Compreendo, por isso, a reação dos elementos partidários, que refletem lideranças ameaçadas ou cautelosas. Mas também posso compreender a atitude do Senador Filinto Muller e das situações estaduais, que vêem na sublegenda uma fórmula de adesismo, o que vale dizer uma receita de unanimidade, em que não há mesmo que escolher entre os correligionários, uma vez que o eleitorado se encarregará dessa função. Podem brigar à vontade. Podem chegar mesmo ao desafio, à luta corporal, ao assassinato, aos conflitos de praça pública. A sigla, no modelo da sublegenda, absolve todos os pecados e leva a esquecer todas as divergências, para deixar a impressão final de uma unanimidade que, limitada a uma simples troca de siglas, vale por uma coexistência pacífica de antagonismos relutantes.

29 OUT 1972

Oeste dos Estados Unidos

POLÍTICA

29 OUT 1972 061-01-13



Capanema contra sublegenda

Ao regressar ao Brasil, depois de haver estudado, "in loco", as legislações político-eleitorais da Itália, Suiça, Alemanha Federal, Inglaterra, Bélgica e França, o Senador Gustavo Capanema declarou ontem a O GLOBO ter constatado que na Europa inexiste o sistema das sublegendas partidárias ou qualquer coisa que a ele se possa comparar. Fez essa declaração depois de tomar conhecimento de que as queixas contra as sublegendas estão se avolumando às vésperas do pleito de 15 de novembro, quando a elas são atribuídos desentendimentos, e até mesmo conflitos mais sérios, na área municipal.

Outra afirmativa de Capanema, que é o presidente do Grupo de Trabalho da ARENA encarregado do exame da reforma das leis eleitorais e partidárias brasileiras, não é verdade que aquele órgão esteja inclinado a promover a volta à coincidência dos pleitos para os Poderes Executivo e Legislativo, e, muito menos, encurtar para dois anos os mandatos dos prefeitos a serem eleitos a 15 de novembro.

Pesquisa

Meses atrás, Capanema, ex-interventor em Minas, ex-Ministro da Educação, e ex-líder do Governo na Câmara Federal, foi designado presidente da Comissão Especial da ARENA, composta de vinte e quatro deputados e sete senadores, a quem a direção nacional da agremiação atribuiu a missão de proceder a um estudo profundo, a uma sistematização e a uma modernização (vale dizer, a uma ampla reforma) de toda a legislação eleitoral e partidária do País. Como em fins de setembro integrou a delegação brasileira à 60ª Conferência da União Interparlamentar realizada em Roma, deixou-se ficar na Europa até agora, com o fim específico de pesquisar, nas capitais dos seis países que visitou, os problemas das eleições e da organização dos partidos.

Ao ser ouvido pelo O GLOBO, disse ter-se munido de um material muito amplo — observações, textos de leis, livros e ainda outros documentos — que poderá servir como subsídio ao trabalho da comissão especial da ARENA.

— É muita coisa e tem valor porque representa anos e anos de experiência política e partidária, mas nada posso adiantar antes de uma conversa com o presidente da ARENA, Senador Fábio Müller, e de uma reunião com os presidentes dos subgrupos de trabalho da comissão especial do nosso partido, — frisou. — Não ficaria bem, e, além disso, antes de viajar, pedi a cada um dos sete presidentes

dos subgrupos que estudasse a matéria durante a minha ausência. Devo estar terça-feira em Brasília e aí, então, dentro do possível, pois muitos deles estão participando da campanha eleitoral em seus Estados, trarei de ver a que ponto chegou o trabalho.

A pedido de O GLOBO, Capanema enumerou os sete subgrupos: 1º) Alistamento eleitoral; 2º) Eleições; 3º) Justiça Eleitoral; 4º) Inelegibilidades; 5º) Organização dos partidos; 6º) Sanções penais e disciplinares; e, 7º) Eleição do Presidente da República.

Sublegendas

O repórter abordou o problema das sublegendas contando a Capanema o que se passava durante a sua permanência no exterior: convenções municipais que deixaram de ser realizadas unicamente porque as correntes dominantes arenistas não quissem, com medo de uma eventual derrota nas urnas, fornecer sublegendas a grupos minoritários; desentendimentos, e até conflitos armados, com numerosas vítimas, entre a ARENA-1 e a ARENA-2, ou seja, entre ex-udenistas e ex-pesedistas, que integram o partido mas ainda não se conciliaram; repetidos pronunciamentos de parlamentares federais arenistas contra a manutenção do sistema; declaração do presidente do partido, Fábio Müller, prestada a O GLOBO depois de viagem a Pernambuco, de que ouviria os diversos setores da ARENA sobre as sublegendas — especificamente sobre uma sugestão no sentido de que as direções estaduais venham a intervir para evitar a repetição dos abusos agora cometidos nos municípios — e submeteria o assunto ao Grupo de Trabalho encarregado da reforma político-eleitoral do País, e ainda outras ocorrências, inclusive em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e alguns Estados, do Nordeste.

Capanema foi se empoigando com a narrativa e de quando em vez deixava escapar

observações como estas: "É um contra-senso." "Com elas a luta não se dá entre a ARENA e o MDB mas dentro de cada um deles." "Elas estão provocando verdadeiras lutas intestinas", e assim por diante. Contudo, como fechamento formal limitou-se a três ou quatro frases:

— Em nenhum país da Europa se conhece o sistema da sublegenda utilizado no Brasil. Pelo que sei, também nos Estados Unidos o assunto é desconhecido. O Grupo de Trabalho da ARENA tem representantes de todos os Estados. Chegando a Brasília vou escrever cartas solicitando a cada um deles um relatório sobre a aplicação das sublegendas nas eleições municipais para que possamos ter uma visão geral das vantagens e desvantagens do sistema.

Coincidência

Sexta-feira foi divulgada notícia de que o Grupo de Trabalho da ARENA iria promover o retorno à coincidência das eleições para o Executivo e o Legislativo. Para tanto, os mandatos dos prefeitos a serem eleitos no dia 15 de novembro seriam encortados em dois anos.

— É um absurdo — comentou Capanema. — Como poderíamos fazer a lei retroagir para encortar em dois anos o mandato de quem se inscreveu como candidato, realizou campanha eleitoral e foi eleito para um período de quatro anos?

— Quando acabamos com a coincidência das eleições no Brasil acabamos também com uma das maiores fontes de corrupção. O sistema eleitoral brasileiro vem sendo paulatinamente aperfeiçoado desde 1945, quando a Lei Agamenon Magalhães marcou considerável avanço em relação às leis da chamada República Velha. Um dos resultados desse processo de aperfeiçoamento foi, exatamente, a não coincidência entre os pleitos municipais e os federais. Por que, então, a volta ao passado?

Prazo

Capanema lembrou que o Grupo de Trabalho da ARENA tem prazo até 31 de março para terminar sua tarefa. Isto não quer dizer, entretanto, que até aquela data deverá estar com tudo pronto, mesmo porque devem ser elaborados diversos textos legais e não apenas um; alguns serão leis complementares, outros leis ordinárias, alguns têm maior urgência, como o que diz respeito ao colégio eleitoral para a sucessão do Presidente da República, outros podem ficar para depois.

— Poderemos concluir os projetos de maior urgência até o dia 31 de março e pedir prorrogação para os outros — concluiu Capanema.



O GLOBO ★ 29-10-72 - Domingo ★ Página 13

a sublegendas e coincidência



Partidos - Golfito - 22 out 1972

Sublegenda está com os dias contados no sistema político

22 out 1972

Flamurion Messri

Brasília (Sucursál) — A sublegenda está com seus dias contados, apesar da opinião do presidente da Arena, de que o instituto, no futuro, deve ser modificado para que o Diretório possa controlar a concessão.

O Senador Filinto Müller nunca foi favorável à sublegenda e causou estranheza em Brasília notícia de que teria passado a admitir a manutenção do sistema, embora com o controle direto de órgãos partidários.

SUBPARTIDOS

A sublegenda, criada para abrigar as correntes conflitantes que se aglomeraram na Arena e em menor escala no MDB, representa a mentira partidária. Não é sem razão que o Senador Nel Braga, uma das principais figuras do Partido governista, manifestando-se contra o sistema, disse que já é hora se se estabelecer no país a "verdade partidária."

Quem quis fazer sua opção já a fez e quem ainda está pensando e em inscrever-se num partido só tem dois caminhos: Arena ou MDB. Fora disso, só resta ao eleitor sem Partido continuar como está ou passar a ajudar o Sr. Pedro Aleixo a constituir o Partido Democrático Republicano.

A sublegenda já prestou seu serviço, sendo útil na fase de formação dos dois Partidos criados por decreto para substituirem o PSD, a UDN, o PTE, o PDD, o PSD e outros movimentos ou remedos de Partidos políticos que existiam. Desde 1966 só estão funcionando as duas atuais agremiações. Isto, de direito. De fato, temos mais três ou quatro subpartidos, que ganham vida a cada eleição na qual é permitida a sublegenda.

Na medida em que um Di-

retório se veja obrigado a conceder a uma corrente minoritária um lugar na chapa de candidatos, estará concedendo também incentivo à desagregação, à divisão interna. Estará concorrendo para dificultar a tão apregoada e ainda não alcançada coesão partidária. Ao lado da legenda, dos candidatos indicados pela maioria, surgem correntes com direito a lançar outros candidatos, como se Partido político fosse realmente um órgão divisível, repartido, de modo a distribuir quantas fatias a quantos forem os interessados.

Surgem assim, ao lado dos Partidos oficiais, os Partidos extra-oficiais. A própria Arena se encarregou de dar status de Partido político à sublegenda, permitindo que os candidatos indicados por minorias internas apresentem programas administrativos próprios. A sublegenda, além de tudo, tem autonomia e pode ser originária, criando suas próprias metas, seus programas e sua plataforma de Governo.

OPOSIÇÃO

Passado o pícto, determinam os estatutos da Arena, as atividades políticas como grupo de sublegenda devem cessar. É letra morta da lei partidária tal recomendação. Se o candidato da sublegenda ganha, sua facção passa a ser governo, e, se perde, sempre ficará um resquício de ressentimento, surgindo facilmente a ação oposicionista na comunidade, numa luta antropológica.

Vale registrar que o estatuto arenista estabelece, ainda, que as correntes partidárias que formam sublegendas têm como pressuposto "o apoio das mesmas e de seus representantes no Executivo e Legislativo aos governos do munici-

pio, do Estado e da República eleitos pelo Partido." Do apoio ao Governo federal ninguém duvida. Ao Governo estadual, dá para duvidar. Ao municipal, é muito difícil. Exemplos disso acontecem diariamente nas Assembléias Legislativas e até no Congresso. Vozes discordantes de atos e atitudes são comuns atualmente.

Desde que não conteste os princípios programáticos do Partido, a sublegenda pode sobreviver tranquilamente passadas as eleições. Não haverá infringência da disciplina partidária, e muito menos da chamada ética partidária, que até agora ninguém definiu com clareza.

Acusações graves e menos grave a prefeitos e Governadores, perseguições pressões, demissões de auxiliares do Governo por ligações com inimigos, emboscadas, tocaias, agressões, tentativas de mortes, homicídios, e outros crimes políticos, provando que o país vive em clima pré-eleitoral existiam antes, com 10 ou 13 Partidos. Mas continuam esses fatos sendo registrados, com o país possuindo apenas dois Partidos, com a agravante de que tudo está acontecendo em maior índice entre correntes filiadas a uma mesma agremiação.

O drama da direção da Arena é difícil. Se não autoriza a concessão, corre o risco de ver agravada a luta, com os marginalizados engrossando as magras fileiras da Oposição, ou fazendo acordos espúrios com os candidatos do Partido adversário, como está acontecendo em algumas regiões. Se determina a concessão, a fim de que nenhuma liderança fique marginalizada, a disputa fica mais acirrada, a unidade torna-se mais fraca e remota está a coesão.

194
e SERVIÇOS DIVERSOS
e TECNICOS

DIVISÃO de DOCUMENTOS
AGÊNCIA de DOCUMENTOS-CENTRO de Documentos
DOS DEPARTAMENTOS-CENTRO de Documentos
de BIBLIOTECA-SEÇÃO de Documentos



10 NOV 1972
E.S.P. 1074
DOMINGO

Padilha: abolir a sublegenda ou voltar ao pluripartidarismo

Da Sucursal de
BRASÍLIA

O governador Raimundo Padilha, do Estado do Rio, acha que chegou a hora de uma definição corajosa com relação à sublegenda. Em contato com amigos de Brasília, o governador fluminense disse que o sistema partidário está reclamando uma definição: ou se desenvolve o bipartidarismo ortodoxo, sem a sublegenda, ou o País deve partir para o pluripartidarismo, mediante a criação de mais duas ou três agremiações políticas. (Ver a opinião do líder da Arena na Câmara, deputado Geraldo Freire, sobre o partido único, na página 9).

Em 1965, quando foi votada a lei da sublegenda, Raimundo Padilha já entendia que o sistema proposto iria abrir caminho à desagregação partidária. Naquela época ele era o líder do governo Castelo Branco. A liderança, contudo, foi vencida pelos argumentos do então vice-líder Ruy Santos, que apregoava os benefícios da sublegenda e sua necessidade na fase de implantação dos novos partidos criados por decreto.

O governador Raimundo Padilha, do Estado do Rio, pretende avistar-se brevemente com dirigentes nacionais da Arena, para uma troca de impressões sobre temas políticos, notadamente as sublegendas, a respeito da qual tem opinião contrária desde a época em que foi aprovada a respectiva lei no Congresso Nacional.

Outro governador — Cesar Cals, do Ceará — também combate o instituto da sublegenda, que vem causando males ao partido, conforme observou agora em seu Estado. "Quem tinha de fazer a opção entre Arena e MDB já o fez", acentua Cals, "de modo que nenhuma razão justifica que a legenda arenista continue abrindo os descontentes e os recalcados".

MATURIDADE

Senadores e deputados de várias unidades da Federação analisaram o pleito municipal do dia 15, salientando de um modo geral a predominância da Arena e o problema das sublegendas, bem como "o maciço comparecimento do eleitorado às urnas", o que revela um "desenvolvimento crescente da maturidade política do nosso povo".

não modificou o panorama geral das eleições em todo o País. O MDB continua perdendo, embora vença com certeza em apenas três Capitais: Manaus, Natal e Porto Alegre. A Arena, enquanto isso, assiste à ampliação de suas vantagens, conquistando municípios tradicionalmente oposicionistas. (Ver matéria sobre os Estados na página 8).

ELEIÇÕES GAUCHAS

O senador Guido Mondim afirmou que o Rio Grande do Sul oferece um campo vasto à análise política e que as duas agremiações rivais compõem-se, ali, de "homens determinados, cuja posição raramente se alteram à força de argumentos". Embora preveja a vitória global da Arena, somente depois dos resultados finais é que Guido Mondim fará uma interpretação segura do pleito. Os dois partidos — observa — foram pertinazes no esclarecimento do eleitorado.

"Como já era esperado, velhos bastiões da oposição estão ruindo, mas a Arena está perdendo outros, como no caso das Prefeituras, embora compõe as respectivas Camaras Municipais com a maioria arenista" — declarou, acentuando que as sublegendas têm sido consideradas a maior fonte de dissensões partidárias.

COMPARÉCIMENTO

O senador Clodomir Millet, da Arena maranhense, destacou alguns pontos que julga significativos "no maciço comparecimento às urnas e nos resultados gerais do pleito". Pensou-se que as eleições federais, estaduais e municipais deveriam ser realizadas conjuntamente, para que houvesse um melhor estímulo. Chegou-se a afirmar que a abstenção seria grandes nestas eleições, pelo

seu caráter exclusivamente municipal, mas o que se verificou foi uma concorrência elevada de eleitores às urnas, em quase todas as regiões do País — observou Millet.

Na opinião do senador arenista, enquanto houver apenas dois partidos, o melhor será manter o instituto da sublegenda nas eleições para prefeitos e vice-prefeitos.

SUBLEGENDAS

Para o deputado José Alves, membro do Diretório Nacional da Arena, a existência da sublegenda no processo eleitoral "não permite que haja maior definição do eleitorado sobre a excelência de um ou de outro partido", afirmando que somente após uma avaliação da extensão dos males do sistema é que a Arena e o MDB "poderiam recolher uma dose de confiança da opinião pública".

O parlamentar alagoano observou que a sublegenda não passa de um rótulo novo para que dezenas de facções — ou subpartidos — continuem a

prestar os mesmos deserviços que antes eram praticados pelas extintas agremiações. Disse que o mais importante no pleito municipal foi o comparecimento em massa do eleitorado, "o que representou sério revés para os radicais de todas as categorias".

3 OUT 1972

Portaria 10/10/1972 10.2
COMISSÕES PERMANENTES
C.D.
26/10/1972
C.D.

Sublegendas desagregam a ARENA — diz senador

NITERÓI (O GLOBO) — O Senador Paulo Torres (ARENA-RJ) acredita que nas eleições deste ano serão usadas pela última vez as sublegendas. Disse que esse instrumento acabou se constituindo em fator de desagregação dos dois partidos e, embora tendo servido no inicio para a "acomodação do pluripartidarismo no sistema bipartidário", atualmente já não há mais lugar para ele.

Para o ex-Governador Paulo Torres, a posição do Senador Flávio Müller, de alheamento aparente quanto ao problema, se justifica pelo fato de ser ele o líder do Governo e, assumindo uma posição mesmo pessoal, sobre as sublegendas, terminaria sendo envolvido em especulações em favor ou contra elas, em termos de tendência do Governo, o que o parlamentar quer evitar.

Esfacelamento

Paulo Torres, que ontem participou rapidamente da reunião da Comissão Executiva da Arena fluminense e antes do meio dia seguiu para Brasília, para atuar em três comissões do Senado, não acredita que a extinção das sublegendas acarrete, como consequência fatal, o surgimento de um terceiro partido.

Entende que as posições estão definidas no País em termos políticos, e, no bipartidarismo, ou se é de uma agremiação ou da outra. Com a manutenção das sublegendas, tanto a Arena como o MDB terminarão atingindo um ponto tal de desagregação que, no fim, acabará esfacelado o sistema bipartidário.

Afirmou Paulo Torres que, no momento, os principais problemas enfrentados pela Arena são motivados pelas sublegendas, que atuam com mais radicalização entre si do que em relação ao partido oposicionista. Lembrou que em municípios onde o MDB não tem candidatos e, portanto, a Arena concorrerá só, a agremiação encontra-se dividida em facções, revivendo o antagonismo PTB - UDN.

Impugnações

Na reunião de ontem, a Comissão Executiva da Arena passou em revista a situação do quadro político fluminense e ouviu, caso por caso, os problemas surgidos tanto com as sublegendas quanto as impugnações dos candidatos da agremiação. A Arena tem maior número de candidatos impugnados do que o MDB, tanto

para as prefeituras como para as câmaras municipais, mas o setor jurídico do partido anunciou estar garantindo assistência aos recursos no TRE como no TSE, em Brasília. Ficou acertada a participação dos senadores, deputados federais e estaduais nas campanhas eleitorais arenistas. A principal recomendação do presidente da agremiação, Deputado Alair Ferreira, foi a de que os parlamentares procurem evitar, tanto quanto possível, a vinculação a nomes, aurando nas campanhas em favor da Arena. Isso é para não aumentar a radicalização gerada pelas sublegendas.

O Senador Paulo Torres vai retornar de Brasília dentro de duas semanas para iniciar, pelo norte fluminense, uma maratona eleitoral que se encerrará nas vésperas do pleito de novembro.

Veto

Resende, município da região centro-sul do Estado do Rio, está ameaçada de ficar sem prefeito no próximo ano. E que o único candidato, Aarão Soares da Rocha, foi impugnado e o seu recurso contra o veto vai ser julgado hoje pelo Tribunal Regional Eleitoral. Ele concorre pela Arena e este partido já tracionou um esquema para sustentar o recurso até o Tribunal Superior Eleitoral.

O TRE fluminense vai julgar, também hoje, recursos de três candidatos a vereador, cujas impugnações foram mantidas nas sentenças da justiça das comarcas. São eles Laénio Stutz Pereira de Cordeiro, Adalberto José de Moraes, de Itaboraí, e Alcir Lemos, de Paracambi. Os três candidatos vetados pertencem à Arena. Outros recursos devem ingressar ainda hoje no TRE, que espera julgá-los no decorrer da semana.

Em Brasília

Gilberto Pires, candidato da Arena Nº 3 à prefeitura de São Gonçalo, já se encontra

em Brasília e aguarda para hoje o julgamento do seu recurso, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ele foi impugnado por falta de domicílio eleitoral e o veto foi mantido tanto pelo juiz da comarca como pelo TRE. Gilberto Pires, que já foi prefeito de São Gonçalo e ali ainda reside transferiu seu título eleitoral para Tereópolis, onde atua como defensor público.

Em sua defesa, vai sustentar jurisprudência firmada pelo próprio Superior Tribunal Eleitoral, que, em caso semelhante, registrou as candidaturas do Deputado Plínio Saigado por São Paulo embora sendo eleitor do Paraná e a do Senador Domicio Barreto Gondim, eleitor do Estado do Rio, mas eleito pela Paraíba.

Propaganda

A propaganda eleitoral já tomou conta do município de São Gonçalo e os mais prejudicados são os estabelecimentos comerciais do centro da cidade, que ontem amanheceram com cartazes colados ate nos leiteiros de suas taquadas. Na maioria dos estabelecimentos existem placas proibindo a colocação de cartazes, mas ontem de manhã esses avisos estavam cobertos pela propaganda eleitoral de candidatos, tanto da Arena como do MDB.

São Gonçalo terá seis candidatos a prefeito — três da Arena e três do MDB — e todos eles têm seus prospectos, com retrato, colados nas árvores e postes da cidade.

A praça do Bairro do Patrônio, onde existe um monumento em homenagem aos ex-pracinhas, também amanheceu ontem empapelada com propaganda eleitoral, mas a Associação dos Ex-Combatentes local promoveu a limpeza cedo e anunciou que, a partir de hoje, vai processar o candidato que tiver prospectos atixados na área. A Guarda Municipal, por sua vez, retirou, ontem pela manhã, as faixas e cartazes afixados nas praças públicas.



Filinto: Após o pleito, a sublegenda desaparece

5 DEZ 1972

CÂMARA DOS DEPUTADOS
de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Bibliografia e Serviços Diversos

BRASILIA (O GLOBO) — A insistência na manutenção das sublegendas, após as eleições, foi definida pelo Senador Filinto Müller, em artigo agora publicado na Carta Mensal da Arena, como "indisciplina intolerável", que em nada contribuirá para o objetivo da consolidação do partido.

No mesmo artigo, intitulado "Integração Partidária", o presidente da Arena combate a sobrevivência de antigas legendas "que simbolizam o passado, negam a renovação, estimulam a divisão, favorecem os adversários e dificultam a ação revolucionária no campo político".

É o seguinte o texto do artigo do Senador Filinto Müller:

"Passadas as eleições, contados os votos e proclamados os resultados, dirijo-me aos arenistas em todos os municípios para um agradecimento e um apelo.

"É preciso ficar bem claro que a sublegenda foi criada como forma de assegurar a integridade partidária pela composição de objetivos e fins exclusivamente eleitorais, portanto de existência vinculada e limitada ao pleito. Quer dizer, cessada a pugna eleitoral torna-se inadmissível a sua sobrevivência e insistir em mantê-la equivalerá a indisciplina intolerável, que em nada contribuirá para o objetivo da consolidação da Arena; é o que está expresso, aliás, no artigo 99 da lei interna do partido.

De igual modo não se pode admitir que sob a sombra protetora da Arena se pretenda manter vivas antigas legendas, que simbolizam o passado, negam a renovação, estimulam a divisão, favorecem os adversários e dificultam a ação revolucionária no campo político, cujo objetivo é a integração partidária; ou, também, que se queira alimentar o ódio em nome de uma suposta disputa de liderança municipal, e que quase sempre leva ao confronto violento, impossível de ser tolerado como prática política compatível com o Brasil revolucionário e civilizado.

É chegado, pois, o momento de recompor os quadros partidários onde eles acaso se fractionaram em função das eleições. Terminada a refrega, chegou a hora do bom senso, do entendimento, da harmonia. Conto com a ação imediata dos dirigentes municipais e com a compreensão dos correligionários para que a coesão volte a ver o compromisso maior de todos os arenistas. Só assim seremos dignos da confiança renovada do eleitorado brasileiro, e do que de nós esperam a Revolução e o País".

Revogação

O Senador Franco Montoro, do MDB de São Paulo, apre-

Agradecimento pelo esforço realizado em favor da vitória da legenda da Arena, da sua doutrina e do seu programa, que são a doutrina e o programa da Revolução e do Governo Médici. Obtivemos uma vitória consagradora, que não pertence a nenhum líder individualmente, pois que a devemos à dedicação de todos os nossos correligionários, do mais qualificado ao mais humilde, que, acolhendo a palavra de ordem do partido, foram às praças públicas conquistar o apoio popular, expresso de forma livre, democrática, limpida e inequivoca, nas urnas de 15 de novembro.

Apelo fervoroso, em favor da coesão e da unidade, sem o que o esforço eleitoral que nos levou ao triunfo terá sido inútil e se perderá totalmente, uma vez que somente unidos e coesos seremos fortes como nos quer a Revolução, para apoiá-la no plano político."

sentou, ontem, no Senado, projeto que revoga a lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu o sistema de sublegenda partidária.

O projeto, encaminhado ao estudo das comissões técnicas, só será examinado no próximo ano, já que hoje se encerram os trabalhos da presente sessão legislativa, voltando o Senado a reunir-se no dia 19 de março de 1973.

Transição

Esclarece Montoro, na justificativa, que, na fase de estruturação dos novos partidos políticos, após a dissolução de nossas tradicionais agremiações partidárias, foi introduzido na legislação brasileira o sistema de sublegendas, cujo papel seria, sobretudo, o de permitir a transição das antigas facções para as novas unidades partidárias.

— Superado esse período e cumprida a missão que lhe fora reservada na conjuntura política de época, o instituto de sublegenda passou a produzir efeitos diametralmente opostos aos previstos, promovendo dissensões, estimulando competições internas e comprometendo, sobretudo, a unidade partidária — afirma Montoro, acrescentando:

— Trata-se de fato de conhecimento público e ao qual não pode nem deve permanecer indiferente o legislador. Cumpre-lhe, no contrário, sensível ao verdadeiro clamor que justificadamente se levanta contra a insatisfação da sublegenda, atuar permanentemente para sanar seus defeitos hoje altamente negativos. E o que fazemos, através do presente projeto.

O Deputado Siqueira Campos (ARENA-GO), declarou ontem na Câmara que só "a falta de bom-senso pode levar a insistir-se na manutenção de

bipartidarismo, que não passa de fórmula fantasiosa a abrigar inclinações conflitantes dentro da mesma agremiação partidária".

— A falta de opções ou alternativas válidas, na área política, é o que tem impossibilitado a harmonização de correntes divergentes em vários Estados, manifestadas, entre outras coisas, pela disputa de ex-Governadores e Governadores, num clima de quase co-moção na vida dos partidos, já que a solução da sublegenda se constitui num sério perigo para a democracia — afirmou.

Siqueira Campos afirmou que a existência de dois partidos no País não é, a rigor, sequer aparente e que o que ocorre dentro da ARENA e do MDB é bastante para justificar estudos para facilitar a criação de um ou mesmo de mais dois partidos. No seu entender, o terceiro deveria abrigar "tendências nacionalistas e progressistas", enquanto o quarto, embora oposição, "opor-se-ia ao comportamento e linha de ação do MDB".

Para acabar com o atual divisionismo no seio das agremiações, Siqueira Campos faz uma série de sugestões, além da criação de mais dois partidos e da abolição da sublegenda. Destacam-se, entre elas, a revisão do conceito de fidelidade, a supressão da inelegibilidade para os que mudam de partido, mandato como delegação a determinada pessoa e não ao partido, eliminação do voto vinculado, estabelecimento do voto distrital, encampação dos cartórios eleitorais pelo TSE ou criação de justiça eleitoral privativa, adoção de eleições indiretas para prefeito ou a volta de eleições diretas para o Executivo em todos os seus níveis e alistamento eleitoral gratuito com fornecimento de fotografias, certidões de atos civis etc.

Arenistas desconhecem novo partido

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente da Arena, Senador Filinto Müller, disse ontem não haver determinado a nenhum órgão partidário a realização de estudos sobre a possibilidade de criação de um novo partido, no âmbito revolucionário.

A declaração foi feita a propósito de notícia publicada domingo dando conta de que a nova agremiação poderia resultar de estudos que estão sendo realizados relativamente aos efeitos negativos de sublegenda.

Observando que "para o surgimento de um terceiro partido as regras já estão fixadas na lei", Filinto deixou transparecer que não há nenhum interesse do comando da Arena pela criação do novo partido.

Cantídio

Embora desconhecendo qual é o motivo de que um novo

ficável, por isso, o surgimento mesmos objetivos da Arena".

Pedro Aleixo

BELO HORIZONTE (AE — O GLOBO) — O ex-Vice-Presidente Pedro Aleixo, que reuniu de uma agremiação com os ciou em Belo Horizonte os trabalhos de criação do PDR — Partido Democrático Republicano — classificou ontem como "especulações sem origem" as notícias sobre o surgimento de um novo partido político, que não o seu, destinado a acomodar os dissidentes e discordantes da ARENA.

No seu entender, se estudos "sérios e objetivos" estão sendo feito com esse propósito, tendo em vista que o MDB corre realmente o risco de desaparecer, "o fato comprova que o bipartidarismo não existe mesmo no país".

Para Pedro Aleixo "se é isso que convém, ou seja, o partido oficial número 1 e o partido oficial número 2", a

organização, "não atenderia ao objetivo desejado, por constituir uma iniciativa difusa, indefinida e ressentida". Pedro Aleixo passou a informar as providências adotadas para que o terceiro partido possa vir a ser registrado:

— Concluída a fase eleitoral deste ano, obviamente inoportuna para iniciativas desse tipo, uma primeira reunião do PDR, em Minas Gerais, já foi realizada. Nela, ficaram constituídos os diretórios municipais de Ouro Preto, Teófilo Otoni, Varzelândia e Ataléia e os diretórios de Belo Horizonte, em número de sete, um para cada zona eleitoral da cidade.

Até o final do ano estará concluída a lista dos dirigentes do PDR na capital mineira, com um total de 270 nomes, dos quais 235 estão acertados. A eles caberá a tarefa de recolher 27 mil assinaturas, a partir de janeiro. Ainda em dezembro outras comissões serão formadas no interior do Estado. O prazo para o registro

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Bibliografia e Serviços Diversos

BRASÍLIA (O GLOBO) — A insistência na manutenção das sublegendas, após as eleições, foi definida pelo Senador Filinto Müller, em artigo agora publicado na Carta Mensal da Arena, como "indisciplina intolerável", que em nada contribuirá para o objetivo da consolidação no partido.

No mesmo artigo, intitulado "Integração Partidária", o presidente da Arena combate a sobrevivência de antigas legendas "que simbolizam o passado, negam a renovação, estimulam a divisão, favorecem os adversários e dificultam a ação revolucionária no campo político".

E o seguinte o texto do artigo do Senador Filinto Müller:

"Passadas as eleições, contados os votos e proclamados os resultados, dirijo-me aos arenistas em todos os municípios para um agradecimento e um apelo.

"É preciso ficar bem claro que a sublegenda foi criada como forma de assegurar a integridade partidária pela composição de objetivos e fins exclusivamente eleitorais, portanto de existência vinculada e limitada ao pleito. Quer dizer, cessada a pugna eleitoral tornase inadmissível a sua sobrevivência e insistir em mantê-la equivalerá a indisciplina intolerável, que em nada contribuirá para o objetivo da consolidação da Arena; é o que está expresso, aliás, no artigo 99 da lei interna do partido.

De igual modo não se pode admitir que sob a sombra protegida da Arena se pretenda manter vivas antigas legendas, que simbolizam o passado, negam a renovação, estimulam a divisão, favorecem os adversários e dificultam a ação revolucionária no campo político, cujo objetivo é a integração partidária; ou, também, que se queira alimentar o ódio em nome de uma suposta disputa de liderança municipal, e que quase sempre leva ao confronto violento, impossível de ser tolerado como prática política compatível com o Brasil revolucionário e civilizado.

É chegado, pois, o momento de recompor os quadros partidários onde eles secaos se fractionaram em função das eleições. Terminada a refreia, chegou a hora do bom senso, do entendimento, da harmonia. Conto com a ação imediata dos dirigentes municipais e com a compreensão dos correligionários para que a coerção volte a ver o compromisso maior de todos os arenistas. Só assim seremos dignos da confiança renovada do eleitorado brasileiro, e do que de nós esperam a Revolução e o País".

Revogação

O Senador Franco Montoro, do MDB de São Paulo, apre-

agraecimento pelo esforço realizado em favor da vitória da legenda da Arena, da sua doutrina e do seu programa, que são a doutrina e o programa da Revolução e do Governo Médico. Obtivemos uma vitória consagradora, que não pertence a nenhum líder individualmente, pois que a devemos à dedicação de todos os nossos correligionários, do mais qualificado ao mais humilde, que, acolhendo a palavra de ordem do partido, foram às praças públicas conquistar o apoio popular, expresso de forma livre, democrática, limpida e inequívoca, nas urnas de 15 de novembro.

Apelo fervoroso, em favor da coesão e da unidade, sem o que o esforço eleitoral que nos levou ao triunfo terá sido inútil e se perderá totalmente, uma vez que somente unidos e coesos seremos fortes como nos quer a Revolução, para apoiá-la no plano político."

sentou, ontem, no Senado, projeto que revoga a lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu o sistema de sublegenda partidária.

O projeto, encaminhado ao estudo das comissões técnicas, só será examinado no próximo ano, já que hoje se encerram os trabalhos da presente sessão legislativa, voltando o Senado a reunir-se no dia 1º de março de 1973.

Transição

Esclarece Montoro, na justificativa, que, na fase de estruturação dos novos partidos políticos, após a dissolução de nossas tradicionais agremiações partidárias, foi introduzido na legislação brasileira o sistema de sublegendas, cujo papel seria, sobretudo, o de permitir a transição das antigas fações para as novas unidades partidárias.

— Superado esse período e cumprida a missão que lhe fora reservada na conjuntura política de época, o instituto de sublegenda passou a produzir efeitos diametralmente opostos aos previstos, promovendo dissensões, estimulando competições internas e comprometendo, sobretudo, a unidade partidária — afirma Montoro, acrescentando:

— Trata-se de fato de conhecimento público e ao qual não pode nem deve permanecer indiferente o legislador. Cumpre-lhe, ao contrário, sensível ao verdadeiro clamor que justificadamente se levanta, contra a insatisfação da sublegenda, atuar permanentemente para sanar seus defeitos hoje altamente negativos. E o que fazemos, através do presente projeto.

O Deputado Siqueira Campos (ARENA-GO), declarou ontem na Câmara que só "a falta de bom-senso pode levar a insistir-se na manutenção do

bipartidarismo, que não passa de fórmula fantasiosa a abrigar inclinações conflitantes dentro da mesma agremiação partidária".

— A falta de opções ou alternativas válidas, na área política, é o que tem impossibilitado a harmonização de correntes divergentes em vários Estados, manifestadas, entre outras coisas, pela disputa de ex-Governadores e Governadores, num clima de quase comodão na vida dos partidos, já que a solução da sublegenda se constitui num sério perigo para a democracia — afirmou.

Siqueira Campos afirmou que a existência de dois partidos no País não é, a rigor, sequer aparente e que o que ocorre dentro da ARENA e do MDB é bastante para justificar estudos para facilitar a criação de um ou mesmo de mais dois partidos. No seu entender, o terceiro deveria abrigar "tendências nacionalistas e progressistas", enquanto o quarto, embora oposição, "opõe-se ao comportamento e linha de ação do MDB".

Para acabar com o atual divisionismo no seio das agremiações, Siqueira Campos faz uma série de sugestões, além da criação de mais dois partidos e da abolição da sublegenda. Destacam-se, entre elas, a revisão do conceito de fidelidade, a supressão da inelegibilidade para os que mudam de partido, mandato como delegação a determinada pessoa e não ao partido, eliminação do voto vinculado, estabelecimento do voto distrital, encampação dos cartórios eleitorais pelo TSE ou criação de justiça eleitoral privativa, adoção de eleições indiretas para prefeito ou a volta de eleições diretas para o Executivo em todos os seus níveis e alistamento eleitoral gratuito com fornecimento de fotografias, certidões de atos civis etc.

Arenistas desconhecem novo partido

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente da Arena, Senador Filinto Müller, disse ontem não haver determinado a nenhum órgão partidário a realização de estudos sobre a possibilidade de criação de um novo partido, no âmbito revolucionário.

A declaração foi feita a propósito de notícia publicada domingo dando conta de que a nova agremiação poderia resultar de estudos que estão sendo realizados relativamente aos efeitos negativos de sublegenda.

Observando que "para o surgimento de um terceiro partido as regras já estão fixadas na lei 'Filinto deu 15'", recorreu que não há nenhum interesse do comando da Arena pela criação do novo partido.

Cantídio

Embora desconhecendo qualquer indício de que um novo partido poderá surgir no País, o vice-líder Cantídio Sampaio disse ontem não ver razão para a criação de uma nova agremiação partidária, "muito menos de uma que, essencialmente, nada tenha a acrescentar".

Depois de afirmar que o bipartidarismo no Brasil vai bem, Cantídio manifestou a opinião de que os partidos devem lutar quanto possível entre si, dentro das suas doutrinas e do seu

fíeável, por isso, o surgimento mesmos objetivos da Arena".

Pedro Aleixo

BELO HORIZONTE (AE — O GLOBO) — O ex-Vice-Presidente Pedro Aleixo, que reuniu de uma agremiação com os cion em Belo Horizonte os trabalhos de criação do PDR — Partido Democrático Republicano — classificou ontem como "especulações sem origem" as notícias sobre o surgimento de um novo partido político, que não o seu, destinado a acomodar os dissidentes e discordantes da ARENA.

No seu entender, se estudos "sérios e objetivos" estão sendo feitos com esse propósito, tendo em vista que o MDB corre realmente o risco de desaparecer, "o fato comprova que o bipartidarismo não existe mesmo no País".

Para Pedro Aleixo "se é isso que convém, ou seja, o partido oficial número-1 e o partido oficial número-2, nada mais fácil de ser obtido".

— Basta uma penada para se modificar a legislação vigente e se criar partidos com funções de alas. Numa delas, ficariam os dissidentes, na outra os discordantes da ARENA.

O PDR

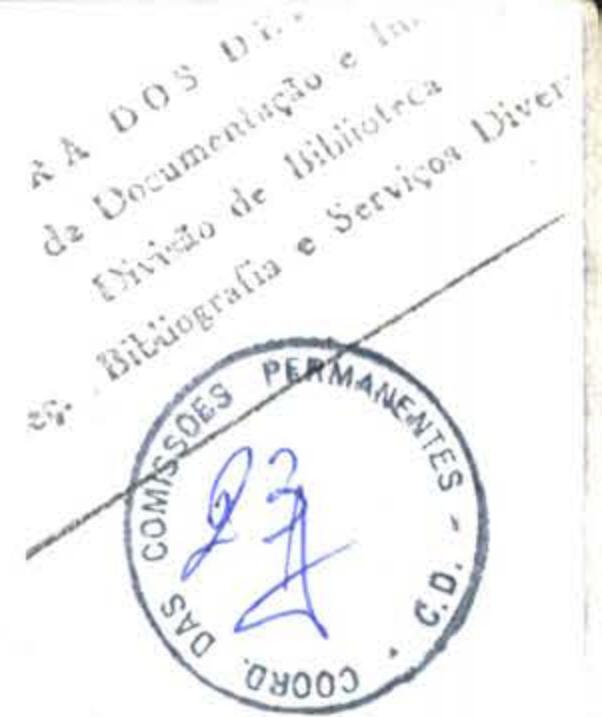
Preferindo não comentar as informações de que o PDR

organização, "não atenderia ao objetivo desejado, por constituir uma iniciativa difusa, indeterminada e ressentida", Pedro Aleixo passou a informar as providências adotadas para que o terceiro partido possa vir a ser registrado:

— Concluída a fase eleitoral deste ano, obviamente inóportuna para iniciativas desse tipo, uma primeira reunião do PDR, em Minas Gerais, já foi realizada. Nela, ficaram constituídos os diretórios municipais de Ouro Preto, Teófilo Otoni, Varzelândia e Ataléia e os diretórios de Belo Horizonte, em número de sete, um para cada zona eleitoral da cidade.

Até o final do ano estará concluída a lista dos dirigentes do PDR na capital mineira, com um total de 270 nomes, dos quais 255 estão acertados. A eles caberá a tarefa de recolher 27 mil assinaturas, a partir de janeiro. Ainda em dezembro outras comissões serão formadas no interior do Estado. O prazo para registro se esgotou em agosto de 1973. Até lá, o PDR terá de receber apoio superior a um milhão de eleitores.

A coleta dessas assinaturas, como na primeira tentativa feita pelo PDR, se dará em apenas 12 Estados, cujos diretórios regionais estarão constituídos ainda este ano. A estrutura anteriormente organizada será aproveitada em grande parte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Ses. Bibliografia e Serviços Diversos

Sublegenda



Krieger pede fim do Sistema de sublegenda

Da Sucursal de
BRASÍLIA

O senador Daniel Krieger, da Arena gaúcha, declarou ontem que a sublegenda é uma "terapêutica heróica" e, como toda terapêutica heróica, transitória. E acrescentou: "Se hoje o partido decidir fazer uma revisão, eu sarei daqueles que votarão contra a sublegenda, porque prefiro um partido menor, mas coeso, do que um partido imenso, dividido por correntes interiores".

Na sua opinião, "a sublegenda não é, como disse o eminente escritor Barbosa Lima, a sugestão de um coronel do interior, que não deseja entrar em controvérsia com outro correligionário", acentuando: "A sublegenda foi buscada por mim, como presidente nacional da Arena, na história do país vizinho, o Uruguai. Eu entendia que nós tínhamos formado um partido constituído dos antigos partidos dissolvidos. E, nas primeiras eleições, era imprescindível encontrarse uma forma que pudesse somar as diversas tendências".

Daniel Krieger afirmou que sempre foi seu pensamento que a sublegenda deveria ser transitória, explicando: "Suprimimos a sublegenda nas segundas eleições para o Senado Federal. E pretendíamos, paulatinamente, suprimi-la".

BIPARTIDARISMO

Concluindo, disse esperar que o bipartidarismo no Brasil dê o resultado que deu nos Estados Unidos e na Inglaterra. "Não sou visceralmente a favor apenas de dois partidos. Mas também não sou favorável a três partidos, quando o terceiro passa definir as situações, porque, então, seria um erro e fonte de entendimentos nem sempre recomendáveis. Mas eu creio que se deve formar mais partidos. Sempre me bati por isso. Na emenda que tratei desse assunto, eu fiz a defesa, junto com Pedro Aleixo, da pluralidade de partidos, naturalmente estabelecendo condições para que não chegassem ao exagero. Na Constituição de 1967, em que eu fui, como juiz e como presidente do período, uma interferência decisiva, resguardamos o direito da formação de novos par-

tidos. Espero, portanto, que o partido, o Congresso e o governo façam uma análise séria da situação e escolham a melhor solução para que a democracia possa ser reafirmada e funcionar nas melhores condições".

Remuneração a vereadores

O deputado Geraldo Freire, contrariando as afirmações do senador Filinto Müller, disse, ontem, que desconhece qualquer tomada de posição, quer por parte do Executivo como da Arena, no sentido de se promover reforma constitucional para atribuir remuneração a todos os vereadores, e, também, com o intuito de alterar a proporcionalidade da composição da Câmara dos Deputados, que passaria a ser em relação à população do Estado e não mais de seu eleitorado.

O deputado explicou que tais assuntos são frequentes nos debates e conversações políticas em Brasília, e que certa-

mente serão examinados pela comissão especial que está sob a presidência do senador Gustavo Capanema. Preferiu, contudo, não antecipar seu ponto de vista, tanto por não haver discutido os temas com o senador Filinto Müller, como por não haver ainda iniciado consultas entre seus companheiros de bancada.

Em Goiás, não prejudicaram

Enquanto isso, em Goiânia, o presidente do Diretório Regional da Arena em Goiás, deputado José Fleury, afirmou que embora seja contra as sublegendas, entende que elas não causaram prejuízos substanciais ao partido do governo nas últimas eleições — pelo menos em seu Estado. Reconhece que houve desseissões no pleito de 15 de novembro, mas sem a profundidade que à primeira vista aparentavam, afirmando que hoje a Arena de Goiás encontra-se em uma situação de unidade jamais experimentada no passado.

5226

Cúpula arenista E 25 JUL 1973 12 00 apoia posição de Carvalho Pinto



109.5
Documentação e
Divisão de Biblioteca
Bibliografia e Serviços Diversos

DOS DEPUTADOS
Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Bibliografia e Serviços Diversos

Da Sucursal do
BRASÍLIA

Elementos ligados à cúpula da Arena — inclusive seu presidente, Petronio Portela — manifestaram ontem sua concordância com a posição defendida pelo senador Carvalho Pinto, contraria ao restabelecimento das sublegendas para as eleições senatoriais de novembro de 74.

Mesmo o antigo presidente do partido situacionista, Filinto Müller, não aprovava a adoção da sublegenda e Petronio Portela, falando ontem, afirmou que esse recurso só foi utilizado em 1966, no plano federal, e que ser for adotado agora servirá mais para proteger interesses pessoais do que para preservar a unidade partidária, como acontece no plano municipal.

O novo presidente da Arena não ignora que setores do partido continuam defendendo o restabelecimento da sublegenda para as próximas eleições para o Senado — como forma de resolver questões regionais e acomodar lideranças conflitantes. Ele não acredita, porém, que esse sistema será adotado em 74, mesmo admitindo que algumas lideranças arenistas

regionais, se preferidas, poderão favorecer o candidato da oposição em alguns Estados.

Esse não é, sem dúvida, o caso do próprio Petronio Portela, que detém cerca de 70% do diretório da Arena no Piauí. Mas, em outros Estados, a divisão é mais equilibrada, havendo, aliás, aqueles onde as lideranças naturais do partido estão hoje praticamente sem condições de alcançar resultado positivo numa convenção, tal o domínio político exercido pelos governadores sobre o partido.

VALIDADE

Com relação à sublegenda nas eleições municipais, no entanto, a posição de Petronio Portela é diferente. Ele acha que sua extinção nos municípios deixaria como caminho natural aos dissidentes o MDB e, por isso, a sublegenda, nesse caso, vale como elemento de união e de acomodação de lideranças que lutam pelo poder local.

Com relação às outras declarações de Carvalho Pinto, contra as eleições indiretas para governador, os dirigentes arenistas preferiram não fazer qualquer comentário. Lembraram, porém, que a Constituição prevê o pleito direto como regra e o indireto em 1974 como exceção. Acrescentaram os parlamentares que esse problema "é constitucional e, como tal, cabe no partido, disciplinadamente, acatar o preceito inserido no texto através de votação do Congresso".

CAMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Bibliografia e Serviços Diversos

Seq.

CAMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca

Seq.

O senador Petrônio Portela não aprova a adoção da sublegenda no pleito para o Senado, a exemplo do que pensava o ex-presidente Filinto Muller.

Opinião contrária de Carvalho Pinto é a mesma da Arena

A opinião do Senador Carvalho Pinto, contrária ao restabelecimento do instituto da sublegenda na eleição para o Senado, conhecida há muito tempo, não difere muito do ponto de vista da maioria da Arena e dos próprios dirigentes.

O Senador Petrônio Portela, a exemplo do que pensava o ex-presidente do partido, Filinto Muller, não aprova a adoção da sublegenda no pleito para o Senado, lembrando que o instituto só foi utilizado em 1966. Acha o líder do Governo que a sublegenda, no plano federal, serve mais para abrigar interesses pessoais do que para preservar a unidade partidária, como acontece no plano municipal.

O novo presidente da Arena não ignora, contudo, que setores do partido continuam advogando o restabelecimento da sublegenda na eleição para o Senado no próximo ano como fórmula de resolver questões regionais e acomodar lideranças conflitantes.

Petrônio Portella acredita que o sistema não vigorará no pleito majoritário para o Senado em 1974, embora admita que algumas lideranças regionais, se preferidas, poderão favorecer o candidato da oposição em alguns Estados.

Não é o seu caso, por exemplo, já que detém cerca de 70 por cento do diretório da Arena do Piauí. Mas em outros estados a divisão é mais equilibrada, em outros os líderes naturais do Partido estão hoje praticamente sem condições de alcançar resultado positivo numa convenção, tal o domínio político — partidário do Governador.

No que diz respeito às eleições de prefeito, Petrônio Portella não aprova a extinção da sublegenda, pura e simples. Ao contrário de muitos, o presidente da Arena não considera o sistema elemento desagregador, mas fator de união e de acomodação de lideranças que lutam pelo poder local. Se extinta a sublegenda, o caminho natural dos dissidentes seria o MDB — é a sua opinião.

O grupo de trabalho da Arena que estuda a reforma da legislação político-eleitoral sugeriu, recentemente, modificações na lei da sublegenda, para dificultar a sua concessão. Seria exigido quorum maior a fim de

JS DIFUNTOS
Documentação e Informação
Banco de Dados
Biblioteca e Serviços Diversos

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Biblioteca e Serviços Diversos

Set

Set

O Senador Petrônio Portella, a exemplo do que pensava o ex-presidente do partido, Filinto Müller, não aprova a adoção da sublegenda no pleito para o Senado, lembrando que o instituto só foi utilizado em 1966. Acha o líder do Governo que a sublegenda no plano federal, serve mais para abrigar interesses pessoais do que para preservar a unidade partidária, como acontece no plano municipal.

O novo presidente da Arena não ignora, contudo, que setores do partido continuam advogando o restabelecimento da sublegenda na eleição para o Senado no próximo ano como fórmula de resolver questões regionais e acomodar lideranças conflitantes.

Petrônio Portella acredita que o sistema não vigorará no pleito majoritário para o Senado em 1974, embora admita que algumas lideranças regionais, se preteridas, poderão favorecer o candidato da oposição em alguns Estados.

Não é o seu caso, por exemplo, já que detém cerca de 70 por cento do diretório da Arena do Piauí. Mas em outros estados a divisão é mais equilibrada, em outros os líderes naturais do Partido estão hoje praticamente sem condições de alcançar resultado positivo numa convenção, tal o domínio político — partidário do Governador.

No que diz respeito às eleições de prefeito, Petrônio Portella não aprova a extinção da sublegenda, pura e simples. Ao contrário de muitos, o presidente da Arena não considera o sistema elemento desagregador, mas fator de união e de acomodação de lideranças que lutam pelo poder local. Se extinta a sublegenda, o caminho natural dos dissidentes seria o MDB — é a sua opinião.

O grupo de trabalho da Arena que estuda a reforma da legislação político-eleitoral sugeriu, recentemente, modificações na lei da sublegenda, para dificultar a sua concessão. Seria exigido quorum maior a fim de que apenas duas sublegendas fossem criadas — e não três, como a lei permite atualmente.

Dirigentes da Arena não quiseram comentar as declarações do Senador Carvalho Pinto contrárias às eleições indiretas para Governador. Lembraram, porém, que a Constituição prevê o pleito direto como regra e o indireto em 1974 como exceção.

"O problema é constitucional e como tal cabe ao partido, disciplinadamente, acatar o preceito inserido no texto através de votação do Congresso" afirmaram alguns parlamentares.

Y.S. D.F.
Mentoria e Re-
visão de Bill de
Gouvêa e Seregin Lúcio
Vasconcelos

CD. 4246
Centro da Documentação e
Divulgação da Biblioteca
Militarista e Seregin Lúcio
Vasconcelos



CAMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Seção Bibliografia e Serviços Diversos

CAMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Seção Bibliografia e Serviços Diversos

Sublegendas

DEPUTADO
Informações

Carvalho Pinto E 58 24 JUL 1973 contra a volta das sublegendas

O senador Carvalho Pinto, em entrevista a "O Estado", declarou-se inteiramente contrário ao restabelecimento das sublegendas para as eleições de senador ou quaisquer outras e apontou o pleito indireto, no plano estadual, como fator que prejudicou o processo de formação e de renovação de autênticas lideranças políticas.

No próximo ano haverá eleições para renovação parcial da câmara alta e, no que concerne a São Paulo, a cadeira que estará em jogo é a do ex-governador do Estado. E, à medida que o tempo avança passa a figurar na ordem do dia dos assuntos políticos a possibilidade de restauração do sistema de sublegenda.

A propósito, diz Carvalho Pinto:

"O problema das sublegendas geralmente ressurge às vésperas dos pleitos, por força de interesses regionais. Instalado o sistema como valvula capaz de permitir a coexistência, sob o mesmo teto partidário, de correntes políticas adversas ou distintas, serviu, sem dúvida para atenuar as dificuldades inerentes a uma formação partidária artificial, originária das duas agremiações provisórias que, com o advento da Revolução, substituiram as 14 legendas partidárias pré-existentes. Mas, como solução de emergência, seus efeitos uteis naturalmente se iriam esgotar com o decurso do tempo necessário à diluição dos antagonismos ou à fusão e homogeneização das correntes astatinadas. A vida dos partidos democráticos, pressupondo liberdade de consciência, se enobrece, sem dúvida, com as próprias divergências internas, desde que inspiradas pelo interesse público mas não se compadece com processos que conduzam à institucionalização interna de grupos concorrentes, como se fossem subpartidos, gerando desarmonias e ensejando, por vezes, indecorosos acertos externos, com grave dano à unidade partidária e ao próprio prestígio das instituições".

TEMPORÁRIO

Acentuando o caráter transitório da sublegenda, prossegui o senador paulista:

"Por isso mesmo — temporário por natureza — quando o sistema da sublegenda ultrapassa o período necessário à consecução de seus objetivos de emergência, passa a ter efeito exatamente oposto, vulnerando, com o divisionismo, a estrutura partidária que deveria fortalecer, com a unificação. É claro que vantagens momentâneas eventualmente usufruídas pelo partido, numa ou noutra situação ocasional, não alteram a realidade exposta, a qual, no interesse do regime, há de ser considerada nas perspectivas mais amplas de todo o processo democrático.

"Por tal motivo, na-

de seus ideais, no proselitismo partidário, na escolha e propaganda de seus candidatos, no voto livre e respeitado. Se isso assegura plena normalidade funcional à vida partidária — especialmente em seus aspectos formais — não é o bastante, contudo, para que essas instituições atinjam maior grau de autenticidade, o que é indispensável a uma democracia verdadeira".

ELEIÇÕES INDIRETAS

Passando a apontar fatores adversos ao nosso progresso partidário, o senador Carvalho Pinto assim se pronunciou:

"Como já tenho observado, inclusive da tribuna do Senado, várias circunstâncias têm-se revelado adversas à nossa evolução partidária e, dentre elas, a falta de orientação e de medidas valorizantes da função política (refiro-me à função e não à classe), o retardamento na regulamentação do fundo partidário, o desinteresse popular pela vida pública (em grande parte paradoxalmente decorrente do inegável êxito da Revolução fora do campo institucional e político) e a suspensão das eleições diretas no plano estadual. Esta última medida — com todo respeito aos que pensam de outra forma — eliminou, a meu ver, um dos mais uteis instrumentos de politização e motivação popular e, invertendo o processo de escolha, afetou vivamente o processo de formação e renovação de autênticas lideranças políticas.

"Certamente é nos prejudiciais efeitos produzidos pelas referidas circunstâncias que vão os adeptos da sublegenda buscarem razões para caracterizá-la como instrumento útil à defesa de forças políticas autênticas contra a prepotência dos grupos oligárquicos, eventualmente na posse das cúpulas partidárias. Sem contestar a existência, em certos casos, de riscos dessa natureza, acho, entretanto, pelas razões expostas, que os males da perpetuação do sistema superam o seu benéficio alcançado em casos limitados, mesmo porque tais riscos devem e podem ser evitados por intervenção da direção nacional e das próprias autoridades com influência no processo político, sem prejuízo, ainda, do redobrado esforço dos interessados junto às bases partidárias".

NAO ACEITOU

O professor Carvalho Pinto conclui sua declaração nos termos seguintes:

"A mistério, como se sabe, es-



CAMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Seção Bibliografia e Serviços Diversos

CAMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Seção Bibliografia e Serviços Diversos

cimento das sublegendas para as eleições de senador ou quaisquer outras e apontou o pleito indireto, no plano estadual, como fator que prejudicou o processo de formação e de renovação de autênticas lideranças políticas.

No próximo ano haverá eleições para renovação parcial da câmara alta e, no que concerne a São Paulo, a cadeira que estará em jogo é a do ex-governador do Estado. E, à medida que o tempo avança passa a figurar na ordem do dia os assuntos políticos a possibilidade de restauração do sistema de sublegenda.

A propósito, diz Carvalho Pinto:

"O problema das sublegendas geralmente ressurge às vésperas dos pleitos, por força de interesses regionais. Instaurado o sistema como valvula capaz de permitir a coexistência, sob o mesmo teto partidário, de correntes políticas adversas ou distintas, serviu, sem dúvida para atenuar as dificuldades inerentes a uma formação partidária artificial, originária das duas agremiações provisórias que, com o advento da Revolução, substituíram as 14 legendas partidárias pré-existentes. Mas, como solução de emergência, seus efeitos uteis naturalmente se iriam esgotar com o decurso do tempo necessário à diluição dos antagonismos ou à fusão e homogeneinização das correntes aglutinadas. A vida dos partidos democráticos, pressupondo liberdade de consciência, se enobrece, sem dúvida, com as próprias divergências internas, desde que inspiradas pelo interesse público mas não se compadece com processos que conduzam à institucionalização interna de grupos concorrentes, como se fossem subpartidos, gerando desordens e ensejando, por vezes, indecorosos acertos externos, com grave dano à unidade partidária e ao próprio prestígio das instituições".

TEMPORÁRIO

Acentuando o caráter transitório da sublegenda, prossegui o senador paulista:

"Por isso mesmo — temporário por natureza — quando o sistema da sublegenda ultrapassa o período necessário à consecução de seus objetivos de emergência, passa a ter efeito exatamente o oposto, vulnerando, com o divisionismo, a estrutura partidária que deveria fortalecer, com a unificação. É claro que vantagens momentâneas eventualmente usufruídas pelo partido, numa ou noutra situação ocasional, não alteram a realidade existente, a qual, no interesse do regime, há de ser considerada nas perspectivas mais amplas de todo o processo democrático.

"E' por tais motivos, naturalmente, que o sistema tem sido considerado como um "mal necessário", cabendo a visão política dos supremos responsáveis pela Nação, promover, em face da evolução política, sua progressiva extinção, de forma a que não chegue a atingir o momento crítico em que opera a reversão de seus efeitos, em detrimento da autenticidade partidária".

INAUTENTICIDADE

Admite o professor Carvalho Pinto que em certos casos podem as sublegendas constituir garantia contra oligarquias dominantes. A este respeita disse:

"Nã há dúvida de que, num clima de respeito aos princípios constitucionais e às regras da Lei Eleitoral e da Lei Orgânica dos Partidos, têm as agremiações políticas usufruído de condições adequadas ao desenvolvimento normal de suas atividades, na sustentação

de seus ideais, no proselitismo partidário, na escolha e propaganda de seus candidatos, no voto livre e respeitado. Se isso assegura plena normalidade funcional à vida partidária — especialmente em seus aspectos formais — não é o bastante, contudo, para que essas instituições atinjam maior grau de autenticidade, o que é indispensável a uma democracia verdadeira".

ELEIÇÕES INDIRETAS

Passando a apontar fatores adversos ao nosso progresso partidário, o senador Carvalho Pinto assim se pronunciou:

"Como já tenho observado, inclusive da tribuna do Senado, várias circunstâncias têm-se revelado adversas à nossa evolução partidária e, dentre elas, a falta de orientação e de medidas valorizantes da função política (refiro-me à função e não à classe), o retardamento na regulamentação do fundo partidário, o desinteresse popular pela vida pública (em grande parte paradoxalmente decorrente do inegável êxito da Revolução fora do campo institucional e político) e a suspensão das eleições diretas no plano estadual. Esta última medida — com todo respeito aos que pensam de outra forma — eliminou, a meu ver, um dos mais úteis instrumentos de politização e motivação popular e, invertendo o processo de escolha, afetou vivamente o processo de formação e renovação de autênticas lideranças políticas.

"Certamente é nos prejudiciais efeitos produzidos pelas referidas circunstâncias que vão os adeptos da sublegenda buscar razões para caracterizá-la como instrumento útil à defesa de forças políticas autênticas contra a prepotência dos grupos oligárquicos, eventualmente na posse das cúpulas partidárias. Sem contestar a existência, em certos casos, de riscos dessa natureza, acho, entretanto, pelas razões expostas, que os males da perpetuação do sistema superam o seu benefício alcance em casos limitados, mesmo porque tais riscos devem e podem ser evitados por intervenção da direção nacional e das próprias autoridades com influência no processo político, sem prejuízo, ainda, do redobrado esforço dos interessados junto às bases partidárias".

NÃO ACEITOU

O professor Carvalho Pinto concluiu sua declaração nos termos seguintes:

"A matéria, como se sabe, está sendo estudada, sob recomendação especial, pelos órgãos partidários. De minha parte, o que posso dizer é que sou inteiramente contrário ao restabelecimento das sublegendas para as eleições de senador ou quaisquer outras e sinto-me muito à vontade a essa respeito, pois recusei-me a aceitá-las já no pleito que me conduziu ao Senado. No tocante aos municípios — onde mais vivos ainda remanescem os cicatrizes de lutas antigas — entendo que, se acurado estudo vier a sugerir, no interesse público, a manutenção do sistema, só o deveria ser como última e imorrorável oportunidade oferecida à unificação partidária, e, assim mesmo, com redução do número das sublegendas, tendo em vista sua gradativa extinção, e forçando, dessa forma, a definitiva fusão ou caracterização das forças políticas".



A sublegenda deverá mesmo ser extinta

Das Sucursais

BRASÍLIA — Apesar do recesso do líder Célio Borja no que diz respeito a uma possível e próxima reforma política, que poria fim ao instituto das sublegendas e aorandaria o da fidelidade partidária, alguns observadores políticos estão convencidos que esses temas figuram com certeza na pauta da próxima reunião que o presidente Geisel realizar com seu Conselho Político — que pode ser reunido a qualquer tempo, pois se destina a ter existência informal.

Crêem os mesmos observadores que o líder do governo quis apenas esclarecer sua posição, pois o primeiro notícioso que saiu a respeito do assunto dizia que ele, por haver estado pondo antes com o presidente da República e com o chefe do Gabinete Civil da Presidência, evidentemente transmitia recado do governo. Mas não o fazia. E foi isto que ele pretendeu esclarecer, assinalando que em primeiro lugar não estivera com o presidente e sim apenas com o general Golbery do Couto e Silva. Depois, a questão das sublegendas e a da fidelidade partidária envolvem controvérsias que só serão esclarecidas por ocasião de uma reforma política que — adiantou — por enquanto se encontra ainda no plano das cogitações.

Parceiro claro, porém, aos mesmos observadores que, embora Célio Borja pudesse não estar transmitindo uma informação diretamente ao governo, o simples fato de ele, nas suas primeiras declarações, ter mencionado o assunto, significaria que este teria sido objeto ao menos das conversações que pouco antes mantivera com o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Ele não estava autorizado a dar as informações. Talvez suas primeiras palavras tivessem sido até mesmo mal interpretadas. Mas o certo é que a questão — é a conclusão de alguns analistas — já está merecendo exames preliminares nos círculos que compõem o que o presidente Geisel já denominou de Conselho de Desenvolvimento Político. O general Golbery do Couto e Silva é efetivamente um dos membros mais preeminentes desse Conselho, que já funcionou por ocasião da elaboração e aprovação da lei da fusão dos Estados do Rio e da Guanabara.

Preocupação prioritária

É não se estranha que o assunto, sobretudo as sublegendas, esteja ocupando lugar prioritário na ordem das preocupações do governo, pois não são poucos os observadores políticos que a elas atribuem, em boa parte, a derrota sofrida pelo partido governista nas últimas eleições. Criadas iniçialmente como engenhoso artifício destinado a permitir a convivência, dentro de um só partido, dos romanesquentes de extintas correntes partidárias radicalmente antagônicas entre si — e assim permitir a existência de um grande partido governista — elas acabaram, com o tempo, produzindo efeito contrário, minando e solapando a própria estrutura da agremiação. Impediram que a Arena se consolidasse e se transformasse num verdadeiro partido. A Arena que disputou as eleições de 15 de no-

vembro não era um partido, mas dois, três e até quatro — e lutando mais entre si mesmos do que com o MDB, desejando mais a derrota dos candidatos uns dos outros do que do candidato da própria oposição. Não terá sido somente essa a razão da vitória do MDB em quase todos os Estados, mas ela deu também sua contribuição.

O MDB não teve esse problema. Não sofreu o mal da sublegenda. Não tendo nem a perspectiva de uma fatia do bolo do poder a distribuir — ao menos em prazo previsível —, o MDB reuniu em suas fileiras uma grande maioria de homens que, embora também de origens partidárias e ideológicas diversas, divergindo às vezes entre si, tinham um denominador mais forte para unidos: a oposição ao governo. Por isso, o MDB nunca precisou das sublegendas para resolver problemas internos. Pode assim montar estrutura mais sólida que a da Arena. Apesar de nele existirem também facções como a dos "moderados" e dos "autênticos", o MDB tem conseguido funcionar como um só partido.

É natural, portanto, conforme as mesmas observações, que o governo, se deseja, como proclama, consolidar a Arena, montar uma forte estrutura partidária no País, a extinção das sublegendas deve necessariamente estar sendo examinada com toda atenção nos círculos de decisão.

A. R.

Acelera-se a abertura

RIO — Com os estímulos intencionais à intensificação da atividade política, com marcante iniciativa e presença de representantes qualificados do governo, o presidente Ernesto Geisel não está pretendendo apenas familiarizar gradualmente, sem choque e nem impactos, todo o Sistema com o exercício de uma atividade normal e indispensável. Na verdade, estamos começando a assistir à execução de um esquema de abertura, que se vai acelerando pela necessidade de atender prazos e a acudir uma multiplicidade de problemas que se apresentam simultaneamente e que aspira a que se crie, ao longo de uma experiência, um modelo de regime, forjado na prática e que se vá impondo ao País como o melhor e o mais viável.

Ora, esta é uma decisão de governo maduramente assentada e que apresenta a sua base de originalidade criativa. Arquivou-se por inépia e, após uma experiência malograda pela insinceridade dos seus aplicadores, a fórmula procrastinadora e enganosa da perempração dos atos e de todo o instrumental de exceção, pelo desuso. Não era possível insistir nela depois de desacreditada. No governo anterior, dela muito se falou, como a chave para desvendar a promessa formal do então presidente Médici de instaurar o regime democrático, na sua plenitude, no final do seu mandato. Todas as condições assentadas, até o esgotamento da imaginação, pelos representantes políticos do governo, foram não apenas alcançadas como no geral superadas.

O governo colheu os seus sucessos administrativos e, quan-

do não atingiu resultados inteiramente satisfatórios, apelou para a gigantesca máquina de propaganda e arrebatou uma opinião pública aturdida e perplexa, à qual se negava o contraponto da crítica. Com o País tranquilo, a atividade subversiva reduzida a níveis irrelevantes e sob controle, o governo no auge do favor popular, toda a faixa política domada com mão de ferro, ainda aí não soube a hora de serem honrados compromissos explícitos e repetidamente postergados.

Cuidado para não haver retrocesso

Não deseja o atual governo bisar um teste malogrado. Mas também não atrai a objetividade de um espírito como o presidente Geisel, acostumado ao raciocínio do enxadrista e que sempre projeta lances à frente, recuar a insucessos mais vetustos e abrir o debate da institucionalização pela discussão de suas soluções formais. Em outras palavras, o governo sabe que seria inviável e perigoso se ele desse os passos iniciais do degelo, aceitando ou patrocinando o debate de um modelo de institucionalização, no qual se insistissem nos itens polêmicos e inflamáveis da revogação do AI-5, por qual das suas diversas e insatisfatórias veredas ou até mesmo a declaração de caducidade do decreto 477.

Entre as duas alternativas esquematizadas na dureza da opção radical, o governo optou pelo atalho que desenha uma curva, mas que deverá levar ao mesmo objetivo.

No ano político que já começou, o governo imprimiu todos os estímulos à valorização da atividade política. Desejando que ela se exerça em atmosfera estimulante de liberdade, até mesmo para que procure e encontre os seus próprios caminhos.

Ao lado, portanto, de uma legislação excepcional que não deverá ser aplicada, a não ser em extremas circunstâncias e para abortar um mal maior, a área política irá criando, com imaginação e um mínimo de ousadia, um direito consuetudinário, estruturado com a colaboração e boa vontade dos dois lados. Para ficar num exemplo elementar, se as liberdades no Congresso, da Arena e do MDB, se respeitarem e criarem o hábito da consulta para procurar a solução do interesse nacional nos casos de crise ou de dificuldade, estará sendo forjado um instrumento que uma posterior reforma constitucional terá que incorporar ao modelo democrático do futuro.

O presidente Ernesto Geisel vai reger a orquestra, mas contando com a capacidade de improvisação e a competência de cada um dos seus integrantes, em especial do "spala" e dos solistas.

Quando amadurecer a oportunidade da reforma, num futuro que não pode antecipar mas que tem seu limite no mandato do atual presidente, não haverá a preocupação de revogar peças de museus mas em oficializar o resultado de uma experiência que todos aceitem e desejem. E que será a síntese das contribuições do Congresso e dos políticos, na sua universalidade sem qualquer exclusão.

V. S. C.



SUBLEGENDA



Paulino Cícero pede que a reforma política elimine as sublegendas

21 JAN 1975

Belo Horizonte — O vice-líder do Governo na Câmara, Deputado Paulino Cícero (Arena-MG), disse ontem que vai sugerir ao seu Partido que, na reforma política a ser feita este ano, sejam eliminados todos os chamados "arranjos partidários", principalmente a sublegenda que "no lugar de pacificar e unir, estabelece disputa interna de correntes conflitantes."

Para o parlamentar mineiro, é necessário que se institua na vida política do país, um sistema partidário que tenha, sobretudo, representatividade, programa e diretrizes de ação, dentro do princípio democrático da disputa do Poder pelo voto.

Os arranjos

O Deputado Paulino Cícero, afirmando que o mais importante é a união dentro do Partido, lembrou que em "centenas de casos, verifica-se que a luta dentro da Arena é muito maior, às vezes, do que a luta entre Arena e MDB."

— E as últimas eleições — disse ele — foram um exemplo disso, quando vários candidatos do MDB puderam se eleger obtendo os votos de eleitores vinculados a correntes da Arena. Esses eleitores preferiam a eleição de um candidato do MDB a do seu adversário dentro da Arena.

Terminando os chamados "arranjos partidários", os Partidos se consolidariam e a disputa seria não apenas entre eles: um no Poder e o outro na Oposição, tentando conquistar o Poder: "Mas caso esses arranjos não terminem, outras vitórias episódicas ocorrerão, como a das diversas correntes da Arena em 1970, e das do MDB em 1974."

69. 107-3

Sublegendas, o foco do enfraquecimento



Das Sucursais

RIO — O agravamento das dissensões na Arena, como consequência da manutenção do sistema de sublegendas, tende, na opinião de aeadores observadores arenistas, a promover o enfraquecimento do partido oficial, abrindo perspectivas de crescimento do MDB ou de surgimento do PDR, desde que se disponham a reformular sua estratégia política. As sublegendas, no pleito municipal de novembro, observam, agravarão os ressentimentos herdados das antigas legendas, gerando crises de difícil superação e reflexos no pleito proporcional de 1974.

Na medida em que a direção do MDB ou a Comissão Organizadora do PDR recearem capacidade de mobilização, poderão retrair da desagregação interna da Arena resultados positivos para o seu desenvolvimento. Esses serão ainda mais promissores na medida em que puderem somar esforços, dentro de uma revisão da estratégia até agora seguida.

Justificáveis após o Ato Institucional n.º 2 pela necessidade de consolidação dos partidos, em especial a Arena, agasalhando ex-integrantes do PSD ou da UDN, as sublegendas terminaram por transformar-se em foco de desagregação partidária que se agrava na razão direta do seu aparente fortalecimento.

A extinção gradual das sublegendas — criadas numa situação de reconhecida emergência — era prevista já no nascêndulo, como imperativo de ações e unidade programática. A extinção, para o Senado, foi o primeiro passo no processo gradualista de desuso que não chegou a ser completado porque se revelavam ainda necessárias à garantia de um crescimento numérico do partido nos municípios, principalmente pela falta de um programa que lhe emprestasse conteúdo ideológico.

O gigantismo arenista, contudo, passou a atrair mais do que o necessário à manutenção da unidade. E apesar dos esforços no sentido de minimizá-las, as sublegendas cresceram, agravando as divergências internas. Observam hoje os dirigentes arenistas que ao contrário das dissensões partidárias nas convenções, de natural superávits no decorrer da campanha eleitoral, as crises surgidas como consequência das sublegendas só tendem a agravar-se na campanha, tornando-se incontornáveis após o pleito.

Das crises até agora surgidas entre os partidários das diversas Arenas agasalhadas nas sublegendas extrai-se a convicção de que o resultado se refletirá de forma sensível nas próximas eleições para a Câmara e Senado. As divergências se refletirão na constituição das chapas de candidatos, com insuportáveis defecções.

Tentativa de sobrevivência

Mais como estratégia individual do que como orientação

da cúpula partidária, o MDB tem manifestado evidente desinteresse pelo pleito de novembro. Não só pelas restrições impostas à sua atuação, como pela averiguação de que as Prefeituras, transformadas em apêndice natural dos governos estaduais, não oferecem grandes perspectivas de atuação política à oposição.

Os nomes de prestígio no MDB sabem que de pouco lhes adiantará conquistar Prefeituras. Eleitos, ou aderem aos governadores ou malogram em sua administração. Daí transformarem seu retraimento em apoio a uma das Arenas, numa tentativa de sobrevivência política.

Se a curto prazo isto poderá resultar no crescimento numérico ainda maior da Arena e uma catástrofe para o MDB, a médio prazo poderá oferecer oportunidade de fortalecimento para os que não se enquadram na orientação oficial, desde que dispostos a promover uma reformulação em seus métodos e programas no sentido de mobilização das bases arenistas descontentes. Nas eleições proporcionais de 1974 não cabem as sublegendas que agasalhem, pelos artifícios do sistema, os conflitos internos da Arena.

As sublegendas evidenciam-se, para a Arena, um verdadeiro cavalo de Troia, invenção dos gregos, que se revelaram posteriormente ainda mais sábios ao descobrirem a fórmula mágica da democracia, indiscutivelmente a mais eficiente para a solução de crises.

Esvaziamento do Legislativo

BRASÍLIA — Pesquisa recentemente realizada pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília indica que o esvaziamento da função propriamente legislativa do Congresso Nacional não se iniciou em 1964, mas a partir de então se intensificou. E a tal ponto que, dos 77 projetos de lei aprovados no ano passado, nada menos que 56 (73 por cento) eram de iniciativa do Executivo, quando, em 1960, 66 por cento dos projetos aprovados eram originários do próprio Legislativo.

Essas conclusões são tão óbvias que não haveria necessidade de uma pesquisa científica para apontá-las. Qualquer pessoa medianamente informada, por simples leitura dos jornais, está vendo o que ocorre. Mas a pesquisa tem o mérito de quantificar e demonstrar, por meio de gráficos, tabelas, números e porcentagens, esse fenômeno que já era perceptível. Quatro sociólogos, segundo as informações agora divulgadas, passaram um ano analisando os Anais da Câmara e do Senado, examinando a sinopse dos trabalhos parlamentares e entrevistando deputados e senadores.

Nota o estudo da UnB que o esvaziamento do Poder Legislativo, com o correspondente fortalecimento do Executivo, que passa inclusive a exercer função legislativa, é um fenômeno.

menos geral no Estado moderno. Isto se observa em quase todos os países, inclusive naqueles onde as instituições parlamentares se apresentam mais solidas, como os Estados Unidos. Nesse país, o Congresso "perdeu totalmente o controle legislativo nas questões de segurança e de política externa".

O moderno Legislativo, porém, segundo os pesquisadores, encontrou novos caminhos para subsistir como engrenagem importante na máquina política, transformando-se em órgão de controle da atividade do governo e da administração cotidiana. Passou a exercer, cada vez mais, seu poder de fiscalização. No Brasil, acrescentam, o Congresso passou, de 1964 para cá, pelo mesmo processo que se verificou em outros países. Perdeu grande parte de seu poder legislativo, mas adquiriu atribuições fiscalizadoras.

Transferência e ampliação

Assinalam observadores políticos que essa afirmação é realmente verdadeira. De fato, a partir de 1964, dispositivos de atos revolucionários, depois incorporados às Constituições de 1967 e de 1969, transferiram para o Executivo atribuições legislativas, ampliaram sua iniciativa exclusiva na proposição de leis e, consequentemente, reduziram as atribuições e iniciativas do Congresso. Em troca, ampliaram as funções fiscalizadoras do Legislativo. O art. 45 da atual Constituição, por exemplo, confere ao Legislativo poderes para fiscalizar os atos do Executivo, inclusive os da administração indireta. Naturalmente, atos no seu mais amplo sentido, já que o dispositivo constitucional não faz quaisquer restrições.

Ocorre, porém, que, diferentemente de outros Legislativos, o Congresso Brasileiro não está exercendo essas novas e importantes funções. O art. 45, acima mencionado, ainda para ficar nesse exemplo, não é auto-executável. Ele próprio estabelece que uma lei regulará o processo de fiscalização. Essa lei, contudo, a despeito de sua relevância, talvez justamente por isso, até hoje não foi elaborada. A liderança do governo, que controla totalmente o Congresso, não encontrou sinal verde para fazê-lo ou pressente que não é oportuno mexer no que pode revelar-se uma incomoda caixa de marimbondos.

Outros instrumentos de fiscalização, além disso, foram praticamente inutilizados. São as comissões de inquérito e os requerimentos de informações. A majoritária bancada da Arena, amarrada pela legislação de fidelidade partidária, evidentemente não os utiliza. E a oposição não tem número para constituir comissões de inquérito e não obtém resposta para os poucos requerimentos que consegue fazer chegar ao Executivo.

Assim, o Legislativo brasileiro dispõe de novas funções sómente em tese. Na prática, apenas perdeu atribuições.

Conselho Editorial

Octavio Gouvêa de Bulhões — Presidente
Jorge Leão Teixeira — Diretor-Responsável
Luiz Alberto Bahia

Redação

Diretor

Washington Novaes

Editor-Chefe

Zuenir Carlos Ventura

Diretor-de-Arte

Ziraldo Alves Pinto

Departamento de São Paulo

José Yamashiro — Diretor

Editores

Aloysio Biondi — Economia e Finanças

Cláudio Bueno Rocha — Cultura

Henrique Coutinho — Internacional

Redatores: E. Pacote, Fábio Mendes. **Fotografia:** Georges Gaffner. **Revisão:** Ruy Onaga — chefe. Mauro Feliciano Alves, Sebastião de Freitas Valim, Joaquim A. de Assis Vilar. **Arquivo:** Urandi B. Castro. **Dep. de Arte:** Manoel C. Mayrink. **Colaboradores:** Antônio Callado, Asdrúbal Galvão, Conrad Wirs, Delmira Gonçalves, Geraldo Azevedo, José E. Blasco, José G. Orsini, Lauro Oliveira Lima, Luiz Viana, Mário M. Alves, Norma Pereira Régo, Oriel P. do Vale, Paulo Lorgus, Rubem Braga, Sandra Brisolla, Sophie Rhosenhaus, Vladimir Herzog, Walter Fontoura, Wladir Dupont. **Correspondentes no País:** Aracaju: Francisco Rosa Santos; Belo Horizonte: Waldemar P. Coronha; Cuiabá: Pedro Rocha Jucá; Curitiba: Milton Cavalcanti; Fortaleza: Aloysio Bonvides; João Pessoa: Afonso Pereira; Manaus: Philippe Daou; Natal: Otomar Cardoso; Niterói: Eugênio Borges; Porto Alegre: Antônio Barata; Recife: Vladimir Calheiros; Salvador: Wilton Soares; São Luís: Sebastião Jorge. **Correspondentes no Exterior:** Argentina: Daniel Prieto; América Central: Júlio Smith; Bonn: Hans Khlmey; Bruxelas: Peter Dreyer; Caracas: Ricardo Ocampo; Dusseldorf: Ferdinand Simoneit; Genebra: Janos Lengyel; La Paz: Gonzalo López Muñoz; Lima: Enrique Chirinos Soto; Londres: Wilfred Ryden; Madrid: Adolfo Drigani; Emissio Moya, Alfredo Gomez Legendre; México: José Audiffred; Nova Delhi: Srikrishna; Nova York: Igor Gordevitch; Fortuna Calvo; Ottawa: A. J. Wright; Paris: George Herald; Quito: Sólon Ramírez; Roma: Corrado Pallenberg; Santiago: Marcos Chámedes; Tel Aviv: Henri Zoller; Tóquio: Karl Bachmeyer; Washington: Anne Mansfield, Winthrop Carty. **Publicada pela Revista Visão Ltda.:** A Revista Visão sa reserva todos os direitos, inclusive os de tradução, no Panamá, Grã-Bretanha, México, Chile, Bolívia, Cuba, Venezuela e em todos os países signatários da Convenção Pan-Americana e da Convenção Internacional sobre os Direitos Autorais.

Diretor-Geral

Braz S. de Camargo

Diretor-Superintendente

Carlos Nehring Netto

Diretor de Publicidade e Gerente-Geral

Fernando de Sousa Reis

Assistente da Diretoria

Ramiro Müller

Departamento de Publicidade: SÃO PAULO: Gerente: Roberto Prado Camarinha; Representantes: Glau-
diston Eisenhahr e Dorival Batista de Seta. RIO:
Gerente: F. S. A. Conde; Representantes: Robert
Kastrup e João Batista de Miranda Netto. PÓRTO
ALEGRE: Carlos Regius.

Produção: Alfonso De Stefano Neto, Antônio Colhado.
Endereços: SÃO PAULO: Rua Sete de Abril, 125 - 4.º - fone 33-4184. Endereço telegráfico "Revista-
visão". RIO DE JANEIRO (GB): Av. Gal. Justo, 275 -
entrada B - 6.º andar - fones 52-6358 (Redação),
52-3085 (Publicidade) e 52-5747 (Circulação). Endre-
ço telegráfico "Revistavisão". PÓRTO ALEGRE: Rua
Vigário José Inácio, 30 - 4.º - cj. 42 - fone 4-1835.

Departamento de Circulação: Gerente: Renato Pi-
mentel Scatt.

Departamento de Assinaturas: Gerente: Pedro
Louzada.

Para endereços de representantes, veja ao pé da
seção "Tome Nota".

Composta e impressa pela
Companhia Lithographica Ypiranga
São Paulo - Brasil

Membro do



Deserto

Temos a satisfação de dirigir-lhe, pela presente, nossas efusivas congratulações pela profundidade, oportunidade e propriedade com que, em sua edição de 11 de agosto último, essa revista abordou o tema do florestamento e reflorestamento em nosso País, através do Artigo de Capa "Brasil no caminho do deserto".

E nossa satisfação justifica-se, sobremodo, pois não estamos apenas fazendo eco ao "clamor contra as trevas", mas "estamos acendendo uma vela"...

Desde sua fundação, em 1965, o Conselho de Desenvolvimento do Município de Arroio do Meio se vem empenhando em promover, pela Prefeitura Municipal, com facilidades aos interessados, o fornecimento de mudas de diversas espécies de culturas permanentes. Assim, em 1966 foram introduzidas 32 mil mudas de *Pinus elliottii* e outras espécies. No corrente ano, em campanha recém-encerrada, foram fornecidas 11.500 mudas de *Pinus* e 12.500 de outras espécies (eucaliptos, erva-mate, frutíferas, etc.). Sabemos que é uma parcela do necessário, mas nossa disposição é prosseguir sempre.

Arroio do Meio, ns

Prefeito ARNESTO DALPIAN
Vereador A. RAFAEL LOCH

Divórcio

Lendo essa conceituada revista, como habitualmente faço, deparei com a carta do Sr. Antônio Carlos dos Santos. É lamentável que ainda tenhamos no Brasil pessoas dêsse jaez, que, com paupérrimos argumentos, vêm a público combater o divórcio.

Pelo que se depreende, o referido senhor pouco conhece o assunto. Deveria saber, como bom cristão, que o divórcio existe há séculos, estando, inclusive, consagrado, com outro nome, na própria Bíblia. No Código de Hammurábi, 3 mil anos antes de Cristo, estava inserto o divórcio, que era considerado, como de fato o é, da essência do casamento. Em Roma, o berço do Direito, os legisladores consideravam casamento e divórcio conceitos afins, não aceitando os jurisconsultos convenções contrárias ao divórcio. Não argumentem os antídovoristas que por isso mesmo o Império Romano se esborrou. Não foi o divórcio o causador da decadência romana. Antes dêle, muitos outros fatores, e o cristianismo principalmente, corroeram as bases daquela civilização.

A humanidade, assim, atravessou o tempo, sempre abrigando em suas legislações o divórcio como um instituto útil à comunidade. Foi sómente na Idade Média, o manto negro da História, quando a Igreja cometeu os mais estapafúrdios e ignominiosos atos em nome de Deus, que o divórcio passou a ser visto como uma "coisa" — como diz o Sr. Antônio — que devia ser banida do seio da sociedade. De lá para cá, muitos, com a mente obnubilada pelos preceitos medievais, se mostram ainda recalcitrantes, retrógrados e arcaicos quando afirmam que "sem as bênçãos de Deus e da Igreja o casamento caminha fatalmente para a destruição".

O problema social nunca foi da alçada da Igreja, tampouco subordinado a leis divinas. No segundo dia da Criação, quando Deus separou o Céu e a Terra, ficamos entregues ao livre arbítrio, surgindo, então, o direito para reger, cá embaixo, as relações dos indivíduos. Cabe, portanto, ao homem adaptar sua vida dentro da sociedade, aceitando fatos novos que venham a surgir. O divórcio não é, como sabemos, fato novo, não foi criado por nenhuma lei. Erradamente, diz-se que em tais e tais países existe o divórcio e que em tais outros não. Ele existe em toda parte, o que se tem feito é tão-somente regulamentá-lo. Não se pode criar o divórcio através de uma lei, como não se poderia fazê-lo com o crime, o roubo, etc. São fatos inerentes ao próprio conceito de sociedade.

Só mesmo num país utópico, como pensou Thomas Morus, ele não existiria. Mas isso é ilusão. O divórcio é uma realidade e por isso não podemos fugir dêle. É uma necessidade moral, biológica e, até mesmo, psicológica.

Entretanto, é no campo do Direito onde encontramos maiores e mais fortes argumentos a favor da regulamentação do divórcio. O casamento, que, como o divórcio, se encontra na sociedade, é um contrato bilateral, sendo passível, pois, de rescisão, já que o hâbea principal é a vontade livre e espontânea. Seria racional que dois seres tivessem de viver unidos por toda uma vida, embora não mais houvesse amor, tão-somente em razão de um contrato que não pode ser desfeito mesmo faltando-lhe o elemento essencial que o originou?

O divórcio só não está regulamentado no Brasil (como em outros países) porque não é interessante que se faça isso. Os homens de prestígio político, com honrosas exceções, fazem da indissolubilidade do vínculo matrimonial um dos seus principais argumentos





Paulo Pimentel



Ney Braga



Corvalho Pinto



Arnaldo Cerdeira



O que há sobre e sob as sublegendas

O Presidente Costa e Silva não patrocinará um projeto de reforma eleitoral que tenha como objetivo instituir o sistema das sublegendas. Essa decisão já é do conhecimento das principais lideranças da Arena, às quais o Governo pretende entregar o assunto como a significar que o encara como um problema que interessa exclusivamente ao partido. No fundo, porém, o que Costa e Silva quer evitar é o patrocínio de uma reforma legislativa que possa significar a abertura de um processo de reformas da chamada legislação revolucionária. Isso não interessa ao Governo, que continua fazendo repousar a sua segurança no conjunto de leis e decretos, e até de atos institucionais, deixados por Castello Branco.

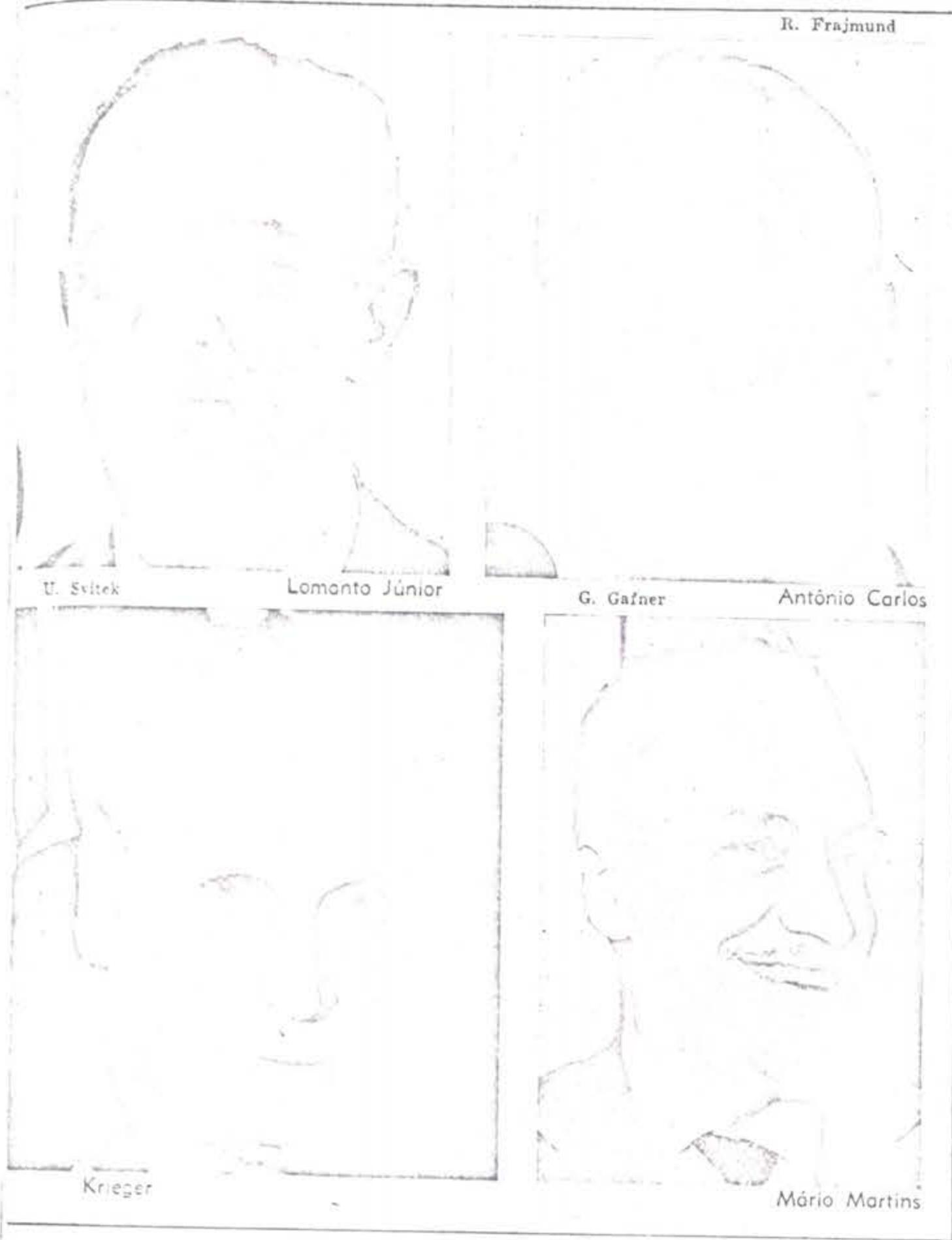
Costa e Silva, tanto quanto Krieger e Satyro, está informado do verdadeiro tumulto que se processa dentro da Arena. O partido, constituído a capricho

para ser o suporte político e parlamentar dos governos provindos da Revolução de Março, funcionou relativamente bem enquanto o regime era só o dos atos institucionais, que falavam mais alto e mais forte do que a dissensão regional que separa pessoas ou grupos da Arena nos Estados. Hoje a Arena é um estado permanente de conflitos internos, de que tem resultado a escassa cobertura política e parlamentar do Governo, exposto freqüentemente a situações delicadas, como por ocasião da recente votação do projeto de lei que estatizou os seguros contra acidentes do trabalho, em que foram precisos todos os votos do MDB para que a proposição fosse aprovada.

A instituição das sublegendas, sistema utilizado por Castello Branco nas eleições de 1966 como fórmula de vitória da Arena, passou a ser encarada como uma espécie de varinha de con-

dão, capaz de fazer, num passe de mágica, a união do partido. Visão demonstrou recentemente que a Arena está desunida do Chui ao Oiapoque, e não há um só Estado em que os grupos não estejam em choque por causa de uma eleição que só se realizará daqui a três anos e meio.

Dois anos de experiência do bipartidarismo não foram suficientes para unir na Arena — a situação se reproduz em menor escala também no MDB — correntes políticas adversárias há anos nos Estados. Quem quer que se dedique a um exame mesmo superficial do partido governista, nota nêle, com nitidez, as faixas distintas da composição: o PSD está ali bem caracterizado, agindo como se ainda existisse, no Congresso, nos Estados e nos municípios; a UDN também e, de certa forma, as outras correntes de antigos partidos que, por força de circunstâncias que escaparam



R. Frajmund

também correr o risco de um esvaziamento. Muita gente ainda está no MDB porque a Arena ainda não dispõe do instrumento legal que lhes permita manter as posições estaduais.



Projetos — Há vários projetos de sublegendas já apresentados à direção da Arena. São quase todos iguais, pois se encontram num ponto comum: na maneira de permitir que cada grupo divergente possa apresentar o seu candidato ao Senado, ao Governo do Estado e às prefeituras municipais, somando os votos, como ocorreu na eleição de 1966. As variações refletem apenas pequenas peculiaridades de situações locais, isto é, dos Estados a que pertencem os autores dos projetos.

Legalidade — O MDB diz que as sublegendas são ilegais e, antes disso, inconstitucionais. E explica: a Constituição diz que os prefeitos, governadores e senadores são eleitos por voto secreto, direto e pelo sistema majoritário. Se assim é, o sistema de sublegenda não pode ser adotado porque, ao votar numa eleição majoritária, o eleitor dá um voto pessoal, que não pode ser transferido para mais ninguém.

A oposição tem outro argumento, este extraído da lei eleitoral. O artigo 77 do Código Eleitoral diz: "É proibida a existência de qualquer entidade com fim político ou eleitoral sem que haja satisfeito os requisitos legais para funcionar como partido político". Os juristas da oposição estão convencidos de que um recurso ao Superior Tribunal Eleitoral, com base no artigo da lei eleitoral, jogará por terra todo o esquema das sublegendas. Enquanto o assunto estiver na esfera partidária, o MDB não pretende tomar qualquer iniciativa. Mas, no instante em que os projetos já em debate chegarem ao Congresso, é certo que usará de todos os instrumentos disponíveis para impedir as sublegendas, inclusive o recurso judicial.

Quem quer — As sublegendas estão sendo defendidas com maior empenho pelos ex-governadores que desejam voltar ao poder em seus Estados. E é uma constante estarem eles em frontal divergência com os seus sucessores. Ney Braga foi um dos primeiros a preparar um projeto de sublegenda, pois sabe que Paulo Pimentel, que detém o comando da Arena no Paraná, não lhe dará a legenda. Arnaldo Cerdeira está também com um projeto para resolver o problema de São Paulo, onde Carvalho Pinto quer ser candidato mas não tem o controle do partido. Na Bahia o grupo de Lomanto Júnior está de corpo e alma na campanha da sublegenda para resguardar sua posição.

ram ao controle dos políticos, passaram a viver sob a legenda da Arena.

A sublegenda, se instituída, nada mais será, portanto, do que o reconhecimento — já então da lei — de que nem cem anos de convivência serão capazes de unir grupos tão conflitantes. O princípio matemático é quem diz: não se somam quantidades heterogêneas.

A desenvoltura com que alguns grupos da Arena procuram forçar a solução da sublegenda se choça com o constrangimento de políticos de maior responsabilidade e tradição na vida pública brasileira que só entendem solução dessa natureza como resultante de um ato de força praticado por quem detém esmagadora maioria no Congresso. A Arena faria, assim, uma reforma eleitoral que atinge a todos, indistintamente, para resolver um problema interno seu, quando deveria utilizar-se da privilegiada posição de majoritária

para devolver ao processo político e partidário a sua autenticidade.

A resistência à instituição da sublegenda dentro da Arena é reduzida e só seria vitoriosa se Costa e Silva ficasse contra. Lavando as mãos, como fez, o Presidente de certo modo estimulou a campanha. Teremos então — como ainda recentemente comentava uma importante figura da Arena, que está contra o processo — uma situação *sui generis* na vida política do País. A luta partidária, que sempre se deu no Brasil entre os partidos adversários, passará a ser travada entre os adversários de um mesmo partido.

A oposição está contra. E não poderia ser de outra maneira. Instituídas as sublegendas eleitorais, o MDB no mínimo terá cristalizada para sempre sua situação de partido minoritário, sem a mais remota possibilidade de aumentar a sua representação. Mas poderá

diante da candidatura de Antônio Carlos Magalhães, que comanda o partido. No Rio Grande do Sul o Senador Krieger teme perder a eleição para o Senado, e vê na sublegenda a saída, tal qual aconteceu ali em 1966.

Há na oposição uma exceção, por enquanto: o Senador Mário Martins é favorável à sublegenda. Explica-se: Mário

Martins pretende suceder Negrão de Lima e tem quase certeza de que na hora de arrumar a sucessão acontecerá o mesmo problema do ano passado, quando sua eleição só foi possível porque ele pôde candidatar-se por uma das três sublegendas com que o MDB concorreu ao Senado Federal, no Estado da Guanabara.

As sublegendas surgiram pela primeira vez, nessa atual fase da política brasileira, com o Ato Complementar nº 6, baixado por Castello Branco a 31 de janeiro de 1966. O sistema foi aperfeiçoado por atos seguintes, até mesmo depois de já realizadas as eleições e em plena fase de apurações. A atual lei eleitoral não prevê o sistema. #



MDB o movimento que chegou à inércia

Impulsionado pelo entusiasmo dos parlamentares eleitos em 15 de novembro do ano passado, o MDB, nos primeiros dias da sessão legislativa iniciada em março, parecia entrar numa nova fase de excepcional dinamismo.

A 5 de março, a bancada oposicionista constituiu sete grupos de trabalho, integrados por quatoze deputados, incumbido cada qual de estudar e apresentar sugestões relacionadas com a torrente de decretos-leis baixados nos últimos dias do Governo Castello Branco.

No mês de abril, seguiu-se a constituição de dez novos grupos de trabalho e de onze comissões e subcomissões especiais, abrangendo tarefas que iam desde a revisão da Lei de Segurança até a elaboração das emendas que pretendiam reformar a Constituição recém-promulgada.

Os grupos de trabalho possibilitaram a colaboração de 53 deputados, enquanto as subcomissões atribuíram tarefas a 28 deputados e nove senadores oposicionistas. Formaram-se inclusivamente comissões especiais do MDB para o estudo dos projetos que instituem o Código de Obrigações e o Código Civil, sendo designados para compô-las dez efetivos e dois suplentes.

As providências para dinamização do partido, entretanto, não ficaram nesses grupos, comissões e subcomissões. Fizeram-se tantas reuniões de bancadas quantas as reivindicadas pelos seus

componentes; convocou-se uma convenção nacional do partido; criaram-se novos grupos de trabalho, novas comissões e subcomissões. Fêz-se o possível e o impossível, em matéria de estratégias e tramas, para que o MDB afinal se projetasse como o autêntico partido de oposição ao Governo da Revolução.

Mas nada do que se estabeleceu funcionou. Com exceção dos esforços de liderança do Deputado Mário Covas e dos trabalhos apresentados pelos deputados Humberto Lucena (decretos-leis), Francisco Amaral (previdência social) e Martins Rodrigues (emendas constitucionais), todas aquelas outras dezenas de grupos de trabalho e subcomissões não deram um único passo para se desincumbir das tarefas consideradas fundamentais ao prestígio da bancada federal do MDB. A própria Comissão de Mobilização Popular, criada pelos novos como um repto à denunciada ineficiência dos velhos dirigentes, não conseguiu até agora sequer constituir-se ou traçar planos.

No início do mês de junho passado, o líder Mário Covas, que dia a dia se torna mais impaciente com o imobilismo do MDB, deu execução a um plano que, com a necessária antecedência, forameticulosamente esquematizado. A oposição, cada semana, se dedicaria totalmente a um ou dois temas de interesse nacional, fazendo-os repercutir estrondosamente no Senado,

na Câmara, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, nos jornais, rádios, televisões e nas conversas de esquina.

A primeira semana, por exemplo, abrangeu os temas das eleições diretas e da anistia. Além dos discursos e entrevistas, formular-se-iam emendas constitucionais simultaneamente na Câmara e nas assembleias, num esforço de ação política e de divulgação, respaldado na máquina partidária oposicionista. Também este plano pifou completa e discretamente, faltando-lhe fôlego para as 48 horas da primeira semana. Não se falou mais no assunto.

Ainda recentemente, a direção nacional do MDB resolveu atender às queixas dos parlamentares mais exaltados que, através de muitas manchetes de jornais, exigiam o repúdio do partido aos acordos regionais: em alguns Estados elas estavam atraindo o MDB para a órbita de influência de governadores da Arena. Também com larga antecedência, programou-se a reunião da Comissão Diretora Nacional para um dos dias mais concorridos em Brasília. Na data estabelecida, apesar das tentativas promovidas pela manhã, à tarde e à noite, não se pôde reunir o órgão máximo por falta de quorum mínimo de 78 presenças. Mas um número superior de componentes da Comissão Diretora estava em Brasília, no próprio Palácio do Congresso; mais interessado, porém,



R. Frajmund



Editora Abril

Editor e Diretor: VÍCTOR CIVITA
Diretores: Edgard de Silvio Faria
Richard Civita
Roberto Civita

Conselho Editorial: Edgard de Silvio Faria, Hernani Donato, Mino Carta, Odílio Costa, Nilo, Paulo Mendonça, Pompeu de Sousa, Richard Civita, Roberto Civita, Víctor Civita

Diretor Comercial da Divisão Revistas: Sébastião Martins

veja

Revista Semanal de Informação

ED LEIA

REDAÇÃO

Diretor

Mino Carta

Redatores-chefes: Luiz Garcia, Sérgio Pompeu

Secretário: Uívases Alves de Souza

Editores: Carmo Chaves, Dorival Harazim, Elio Gaspari, Geraldo Mayrink, K. Matsumoto, Leo G. Ribeiro, Paulo Henrique Amorim, Sébastião Ribeiro Gomes Pinto, Silvio Lancelotti

Editores Assistentes: Alberto Souza Cruz, Almyr Galardoni, Armando Saad, Fernando Semedo, Helio Gama Filho, Luis Adolfo Pinheiro, Luis Góesberg, Nelson Siva, Paulo Totti, Renan Miranda, Renato Pompeu, Sérgio Chaves, Wilson Palhares

Redatores: Antônio C. Augusto, Bernardo de Mendonça, Eda Maria Roni, Geraldo Hassé, Hersh Schechter, José Antônio Dias Lopes, Marco Antônio de Rezende, Roberto Pompeu de Toledo, Ronaldo Campos, Tárik de Souza

Assistente administrativo: José Ferreira da Silva

Departamento de Informações

Chefe: Guilherme Veloso

Reportagem: Guilherme Smith Vasconcellos, Maria de Penha Della, Nelly Peixoto Gandra (especial), Angela Zirpolo, Dálio Varella, Eliane Machado, Joacim Barbosa, Nery, Luis Nassif (reporteres), Antônio Machado de Barros Filho (analista de investimentos), Maurício Benassatto (produção)

Bureau: Rio: Nelson Silva (chefes) / Elizabeth de Carvalho, Eva Soitz, Fernando Martins, Joaquim Ferreira dos Santos, Marcos de Sá Correa, Maria Helena Dutra, Maurício Dias, Minami Ferreira, Lige, Oswaldo Amorim, Rui Xavier / São Paulo: 36. 89/112 andares, fone: 222-8665, telex: 031-451 — Belo Horizonte: Diretor: Pompeu de Sousa / Lula Acosta Pinheiro (chefes) / José Carlos Bardelli, Leda Flora, Luis Gutemberg, Fernando Azevedo, Suzana Veríssimo — Ed. Central, salas 1201 e 1208 — Setor Comercial Sul: fones: 24-9200, 24-7116, 24-9250, telex: 041-254 — Salvador: Alberto Souza Cruz (chefes) / Durval Guimarães / R. Alvaro Cabral, 908, fone: 22-3720, telex: 027-224 — Porto Alegre: Paulo Totti (chefes) / Lula, Cláudio Cunha — av. Osório Rocha, 115, 3º andar, piso: 302, fones: 24-2760 e 24-4825 — Recife: Renan S. Miranda (chefes) / Franklin Campos, Marcelo Pontes, Ronilde, Mário Leite / R. Siqueira Campos, 45, sala 204 — Ed. Lygia Uchôa de Meldeiros, fone: 44-9557 — Salvador: Edgard M. Catão (chefes) / Sérgio Gomes — trev. Bonifácio Costa, 1, sala 904, fone: 3-6301 — Nova York: Luis Fernando Mercadante — 11 W. 42nd Street, telex: 422-063 — Paris: Pedro Cavalcanti — Londres — Dr. P. de Vale

Correspondentes: Cláudio Bueno Rocha (Vitória), Hélio Rocha (Goiânia), Heitor de Souza (Campo Grande), Hélio Taisseira (Curitiba), Jé Ferreira (Cuiabá), José Maria Andrade (Fortaleza), Lúcio Flávio Pinto (São Paulo), Mário Oliveira (Teresina), Martinho Moreira Franco (João Pessoa), Roberto Daniels (Manaus), Roberto Guedes da Fonseca (Natal), Sérgio da Costa Ramos (Florianópolis)

Colaboradores: Uívases: Bruna Becherucci, Medicina: Iracy Novak Moraes

Fotografia

Chefe: Darcy Trigo

Fotógrafos: Carlos Nóbrega, Cristiano Maccaro (São Paulo); Adhemar Viana, Antônio Andrade (Rio); Luiz Humberto (Belo Horizonte); Celso Apolinário (São Paulo); Leonid Strainikov (Porto Alegre); Clodomir Bezerra (Recife); José Martins (Salvador)

Arte e Produção

Chefe: Hélio de Almeida, Pedro de Oliveira

Diagramadores: Ademir Assoca, Américo Letto Filho, Ângela de Oliveira, Leila Eduardo, N. B. Brito, José Bigatti, Carlito Nucci (produção gráfica)

Serviços Editoriais

Diretor: Samuel Dirceu / Documentação: José Carlos Klutni (superintendente), Célio Zilda, Ribeiro, Décio Cozzani, Cláudio Cersoghi, João Guizot, Justina C. Tereza, Maria de Lourdes Ortiz, Marília S. Juan França, Pedro Manuel de Souza, Sheá e V. M. Ribeiro, Utríbari Forte, Vera Regina M. Portugal / Estúdio Fotográfico: Francisco Albuquerque (gerente), Sérgio Jorge e Júlio Letto (superintendentes) / Cartografia: Francisco Beltran (gerente) / Abril Press: Brian Gould (subgerente)

Serviços Internacionais

Newspack Associated Press: Materiais Internacionais via Varig, Air France e British Caledonian Airways

DEPARTAMENTO COMERCIAL

Diretor: Ivo de Miranda Reis

Diretor de Publicidade: Oscar Colucci

Gerente de Planejamento e Promoção: Jorge Gurgel do Amaral

Assistentes: M. Angeló de Silvio e Rose Marie Genevá

Chefe de Arte: Michele Iacobca

Representantes: São Paulo: Edir J. P. Franco, José Filinto da Silva Neto, José Carvalho N. de Andrade, Rubens Carvalho dos Santos; coordenadora de Publicidade: Conceição Araújo Oliveira, Belém: gerente: Paulo Silveira Viana, Belo Horizonte: gerente: José Wanderley Corrêa, Belo Horizonte: Luiz Edgard P. Tostes, Centro e Porto Alegre: gerente: Michel Barzilai; Centro: sub-gerente: Aldo Schiobach; Recife: gerente: Edmundo Moreira; Rio: gerente: Ricardo Tadeli; representantes: Eduardo P. Tostes, Leopoldo Amorim, Salvador: gerente: José de Melo

Chefe de Relações Públicas: Hernani Donato

Mesmo escudados na traqueza que os torna aparentemente inofensivos, os dirigentes do MDB pareciam advertidos para o fato de que não vale a pena promover a unidade do partido à custa da tranquilidade política. E lembravam que num passado mais ou menos recente, sempre que os parlamentares tentaram sobrepor a força do Legislativo à do Executivo, o preço — alto — da discordia foi pago pelo avalista. No caso, as instituições democráticas.

SUBLEGENDAS

Maná eleitoral

O Ato Institucional n.º 2, editado em 1965, devolveu ao governo da Revolução os poderes que ele havia perdido com o falecimento do Ato n.º 1 e liquidou, em poucas palavras, com os cabalísticos treze partidos dos velhos tempos.

Seus herdeiros recém-nascidos, Arena e MDB, tiveram que acolher um contingente de órgãos políticos sem precedentes.

Para garantir a união de todos e proteger os interesses eleitorais de cada um, nascia com o bipartidarismo o peculiar instituto da sublegenda — um expediente jurídico-eleitoral que pretendia conciliar nos dois novos partidos forças políticas tradicionalmente opostas. No começo, apenas o MDB, irmão relutante da Arena, sentia-se prejudicado pelo artifício que fazia o partido da situação crescer a cada eleição, impulsionado por gente de todas as tendências, repentinamente unida no apoio comum ao governo federal — a que todos desejavam servir.

Na semana passada, porém, analisando as primeiras notícias recebidas da frente eleitoral, políticos da própria Arena faziam circular pelos corredores e salas do Congresso, em Brasília, críticas à sublegenda, que já não parece mais um fator de união. "As sublegendas deixaram de ser instrumento de integração de correntes oriundas de vários partidos, para se transformarem em fator de desagregação partidária", disse a VEJA o secretário-geral, deputado Arnaldo Prieto.

Prazo para exame — Mais comedido, o presidente Filinto Müller prefere não comentar, ainda, a denunciada inconveniência das sublegendas: "Precisamos primeiro ver o resultado do seu uso na próxima eleição".

Mas o senador Tarso Dutra, pouco antes de embarcar para Roma, onde representa o Brasil na reunião da União Interparlamentar, disse que no Rio Grande do Sul elas vêm servindo às manobras do MDB, que tem preferido não lançar candidatos próprios



Freire, Prieto, Dutra: 15 de novembro vai provar muita coisa

e, acenando com a possibilidade de seu apoio eleitoral, estimula o surgimento de sublegendas dentro da Arena. "Isso já vem ocorrendo em pelo menos cinqüenta municípios", garantiu o senador. Um fato que parece confirmado pelo também gaúcho Arnaldo Prieto: "Em muitas cidades, a sublegenda acabou criando novos grupos, dividindo ainda mais o partido".

Mais problemas — Há mesmo arenistas que reconhecem não existir mais a velha divisão entre udenistas e pessedistas, responsável, em 1965, pela engenhosa idéia de instituir as sublegendas. Mas seu uso continuado ameaça consolidar divisões nascidas já dentro do partido da revolução. O deputado baiano Theodulo de Albuquerque promete para os próximos dias a apresentação de um projeto de lei, acabando de vez com elas e salvando a unidade arenista. Albuquerque, por inoportuna coincidência, acaba de ser envolvido num rumoroso caso de invasão de cartório para destruição de registros eleitorais, em Remanso, às margens do rio São Francisco. Em Brasília, ele garante aos dirigentes partidários que não foram seus correligionários da Arena-1 que destruíram os registros dos adversários da Arena-2 (em Remanso, o MDB, que deveria ser o verdadeiro adversário, nem existe). Para ele, "a culpa é simplesmente da sublegenda".

Família desunida — É claro que nem sempre a luta chega a tais extremos, mas de qualquer forma o espetáculo que a Arena está oferecendo, na maioria dos municípios, não parece alentador. "São os filhos xingando a mesma mãe, da qual foram todos gerados. Isso, além de ilógico, é absolutamente ridículo", disse o presidente da seção paraense Gérson Peres.

E, quando não gera a violência que

destrói cartórios ou provoca xingamentos incontidos entre supostos correligionários, as sublegendas podem fazer a campanha eleitoral descambiar para o grotesco: em Itaúna do Sul, Paraná, cidade de 1 000 eleitores e de apenas uma rua não pavimentada, seis candidatos dividem Arena e MDB em sublegendas na busca das duas centenas de votos suficientes para que um deles se torne prefeito.

Serviços a prestar — Criticadas em toda parte, mas em toda parte utilizadas sem moderação, as sublegendas acabaram recebendo em Minas Gerais seu uma defesa formal pelo menos o reconhecimento dos serviços já prestados pelo partido.

"A Arena está se fortalecendo graças a elas as siglas do passado se minham para o esquecimento", disse o deputado Geraldo Freire, que conciliou o exercício da liderança do governo da Câmara Federal com a presidência do partido em Minas.

Na verdade, o reconhecimento de Freire e o prudente pedido de tempo de Filinto Müller parecem indicar que mesmo sob o fogo cerrado das críticas dos líderes arenistas, a que devem estar prestando serviços, as sublegendas ainda não encerraram sua carreira política brasileira. Para o governo, elas são uma garantia de que grupos minoritários de seu partido, inconformados com a falta de perspectiva, vão engajar as raquíticas fileiras emedebistas e então colaborar decisivamente para a formação de um terceiro partido. Na linguagem bíblica do mineiro Nacélio Mendes: "Os políticos estão como os judeus caminhando no deserto, rumo à terra prometida. Foram quarenta anos de caminhada, uma geração. Como o maná, as sublegendas vão ajudar uma geração de políticos a encerrar sua fome".

VEJA

n.º 212



Arenista propõe o fim da sublegenda

Da Sucursal de
BRASÍLIA

O presidente da Arena de Goiás, José Fleury, ao debater ontem com o ministro da Justiça problemas ligados à reestruturação do partido em seu Estado, pediu a reformulação do mecanismo eleitoral da sublegenda, que considerou um fator de desagregação partidária. Fleury é de opinião que o percentual para a criação de uma sublegenda deve ser elevado de 20 para 30, para que as minorias sejam representadas apenas quando expressivas.

Para o dirigente arenista, a sublegenda foi "um remédio amargo, porém necessário" no momento de sua implantação, mas na prática se revelou contraprodutiva. A reforma que preconiza propõe que o diretório regional seja investido de poderes para aceitar ou rejeitar a concessão da sublegenda requerida, tendo em vista os interesses partidários considerados de um ângulo mais amplo e menos emocional que o da política municipal.

O presidente da Arena goiana, durante seu encontro com Armando Falcão, estava acompanhado do deputado Siqueira Campos, também da Arena de Goiás, que vem contestando o processo de escolha do presidente da Câmara dos Deputados. Siqueira Campos esclareceu, porém, que esse assunto

não foi analisado durante o encontro com o ministro.

Ulisses

O presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, negou ontem em Brasília que pretenda debater, desse agora, com o presidente da Arena, senador Petronio Portella, a possibilidade da extinção da sublegenda antes das eleições municipais do próximo ano. Depois de explicar que falariam sobre esse problema e outros temas "em ocasião oportuna", Ulisses reafirmou sua posição contrária à sublegenda partidária, lembrando que ela é também contrária aos princípios defendidos no programa do partido oposicionista.

Para Ulisses Guimarães, a sublegenda prejudica não só o MDB mas, principalmente, a Arena. O dirigente emedebista apontou o que considera uma contradição da atual legislação eleitoral: enquanto a indisciplina partidária pode ser punida até com a perda do mandato, a sublegenda, "que é a institucionalização da indisciplina" e "atentado permanente contra a coesão partidária" merece o reconhecimento da lei.

Ulisses acha que se a solução do problema da sublegenda for confiada aos deputados, a maioria se manifestará por sua extinção, mesmo porque — acrescentou — ela acaba com as lideranças regionais e dos grandes municípios, principalmente nas áreas mais sensíveis à propaganda pela televisão.

Sublegenda



Continua no Senado o debate da sublegenda

CC 12 ABR 1971 P-8-5

A legislação criadora das sublegendas partidárias poderá ser revogada se for aprovado projeto de lei do Senador Franco Montoro. Nesse sentido, a ser apresentado na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O relator, Senador José Lindoso, já deu parecer contrário afirmando que o sistema das sublegendas é um instrumento eficaz para desoligarquizar a política municipal, não sendo recomendável, portanto, sua simples revogação, considerando mais aconselhável o seu aperfeiçoamento.

COMPETIÇÃO

Ao apresentar o projeto, o Senador explicou que, cumprida a missão para a qual foi criado - permitir a transição das antigas facções para as novas unidades partidárias - o sistema, agora, está promovendo efeitos diametralmente opostos, "promovendo dissensões, estimulando competições internas e comprometendo, sobretudo, a unidade partidária".

Trata-se - acrescentou - de fato de conhecimento público e ao qual não pode, nem deve permanecer indiferente o legislador. Cumprilhe, ao contrário, sensível ao verdadeiro clamor que justificadamente se levanta contra a insatisfação da sublegenda, atuar prontamente para sanar seus

defeitos hoje altamente negativos.

AJUSTAMENTOS

O relator não concorda com este argumento, defendendo a permanência do sistema, mas sugerindo alguns ajustamentos ao desenvolvimento do que chama de "Projeto Político da Revolução".

A sublegenda - afirma o sr. José Lindoso - não é, como superficialmente insinua a Oposição, um instrumento de fortalecimento da ARENA, pois o MDB dela tem-se utilizado na proporção de sua expressão. Trata-se de um fato social, mas caracteristicamente de interesse da Antropologia Política e que, se distanciando do idealismo das teorias perfeitíssimas, está cimentado na realidade local.

Ao defender, paralelamente, a necessidade de se introduzir modificações no sistema, o relator revela a intenção de, "na oportunidade devida", oferecer projeto de lei ao Congresso rediscutindo a matéria.

Pessoalmente - afirma o Senador - defendendo as seguintes linhas básicas das modificações a serem introduzidas: a) manutenção do sistema de sublegenda exclusivamente para o município; b) redução a duas sublegendas; c) adaptação e aperfeiçoamento dos princípios, de modo a eliminar a chamada sublegenda fria.



Sublegenda

*Deputado
ESR P. P. B.
é contra
14 OUT 1973
sublegenda*

Do correspondente em
JUNDIAÍ

Durante encontro que manteve com dirigentes arenistas de Jundiaí, o deputado federal Rafael Baldacci Filho criticou o sistema de sublegendas, apontando-o como fator de desagregação do partido governista.

O parlamentar, que esteve em Jundiaí, segundo disse para "tentar pacificar" as correntes políticas aglutinadas na Arena local, voltou a defender a instituição do voto distrital como formula capaz de dar autenticidade à representação popular.

ELOGIOS

Baldacci Filho, apontado como "coordenador político" do governador, fez referências elogiosas à direção regional de seu partido pela série de concentrações que que vem promovendo no interior, dizendo que a iniciativa contribui para a "criação da consciência partidária que estamos almejando". Diz reconhecer a impossibilidade de unanimidade de pensamento, mas considera necessária a unidade partidária.

Edison Lobão

Sublegenda em pauta

09 24 JUL 1973
BRASILIA — O problema das cable

BRASÍLIA — O problema das sublegendas, que durante tanto tempo angustiou uma parcela ponderável de políticos do interior, mas serviu à maioria deles, e um grave problema que terá de ser examinado pela direção nacional da Arena daqui por diante. Muitos senadores que têm nitidas condições eleitorais de reeleição, mas não conseguiram a preferência da convenção arenista, encontram na sublegenda para o Senado a última esperança. Carvalho Pinto é o exemplo que mais comove os arenistas em Brasília.

O Senador Petrônio Portella, como presidente do partido, terá de comandar o processo. Ele já tem ponto de vista firmado e não o guarda para o momento da decisão. Aceita e até defende a manutenção das sublegendas municipais, sem as quais arenistas e emedebistas entrariam em convulsão política nos períodos eleitorais. A tese não é nova, mas continua igualmente válida e tem a sustentá-la, agora, a palavra prestigiosa do chefe nacional do partido governista. Em relação à sublegenda que já existiu para o Senado, pensa o Sr. Petrônio Portella de maneira diametralmente oposta. Sustenta que a experiência não produziu bons resultados porque serve apenas para acomodar reivindicações pessoais e não de facções importantes dos partidos. Por mais legítimas que sejam determinadas situações, como a do Senador Carvalho Pinto, não vê como possa colocar em grau de equivalência às sublegendas municipais, que servem para contornar problemas graves em centenas de comunidades brasileiras, como a do Senado que foi uma experiência frustrada, no seu entendimento.

Não é este o ponto de vista de todos os seus companheiros da direção nacional da Arena. Muitos deles querem estudar melhor o problema, entendendo que não deve ser abandonada a idéia da cobertura, por meio de uma sublegenda, a alguns senadores ou simplesmente candidatos que não terão vez nas respectivas convenções regionais, a despeito de prestigiados junto ao eleitorado.

E' possível que esse problema seja abordado na reunião do próximo dia 10 de agosto que cuidará fundamentalmente da participação de Secretários de Estado na disputa aos postos eletivos. São inúmeras as denúncias que chegam à Comissão Executiva Nacional do Partido. O Senador Filinto Müller havia marcado uma reunião para aquela data e pedido ao Deputado Airon Rios que estudasse os documentos recebidos e fizesse um relatório contendo inclusive sugestões.

Antes dessa reunião o Senador Petrólio Portella encaminhará a eleição do primeiro vice-presidente do Senado e o preenchimento da primeira vice-presidência da Arena exercida por ele até a morte do Senador Filinto Müller. Embora não estejam ainda concluídos os estudos e sondagens, tudo conduz ao nome do Senador Paulo Torres para a presidência do Senado, devendo ser eleito para a primeira vice-presidência o Senador Acioly Filho, se aceitar o convite que lhe foi feito. De contrário, entrarão em cogitação os nomes dos Senadores Flávio Brito, José Lindoso e Saldanha Derzi, este último, como uma homenagem ao Estado natal de Filinto, Mato Grosso.

Para a Arena o Senador Petronio Portella preferiu também a chamada solução natural, em razão da qual o Deputado Pereira Lopes, que é o segundo vice-presidente, será promovido a primeiro e o Sr. Peruchi Barelos, terceiro vice, ocupará o posto imediato. Para o lugar do ex-Governador gaúcho irá o Senador Ney Braga ou o ex-Governador Luiz Viana Filho.

Não terá mais, o Senador Petronio Portela, que voltar ao Palácio do Planalto para resolver os problemas pendentes, seja na Arena como na mesa do Senado. Comandará todos os entendimentos e definirá soluções na condição de presidente e líder do Partido e do Governo.

Ontem mesmo ele era cumprimentado por seus colegas pela coordenação do nome do Deputado Emílio Gomes para o Governo do Paraná, que foi sua primeira missão. Esta foi considerada uma solução feliz, porque apoiada pela unanimidade do Diretório Regional do Partido. No Palácio do Planalto registrou-se reação idêntica.

O êxito inicial do presidente da Arena reforça o seu prestígio junto aos companheiros do Partido oficial, cuja tarefa, daqui por diante, é extremamente pesada em razão das grandes decisões políticas que ainda terão de ser tomadas este ano e no ano seguinte.

Padilha quer Arena
sem as sublegendas

30 JAN 1973 (P.N.) 4-2

Padilha quer Arena sem as sublegendas

BRASÍLIA (Sucursal) — Até o fim da semana estará de volta a Brasília o Senador Filinto Müller, que neste momento encontra-se em viagem de férias na Europa.

O presidente da Arena gosta de programar o seu trabalho. Antes de viajar estabeleceu uma agenda para ser cumprida em sua ausência e projetou para o seu regresso, uma tomada de sugestões a respeito do programa novo da Arena.

Desde que assumiu a chefia do Partido todo procurado difundir a tese da inadmissibilidade de um programa trenista capaz de, por si mesmo, capturar simpatias e adesões. Para isso sabe que se impõe algo com definições claras, assegurando à Arena, uma imagem que na verdade ela nunca teve. Partido organizado para dar sustentação política à Revolução, não se preocuparam jamais os seus líderes em estabelecer linhas programáticas que marcassesem objetivos definidos, mas esta situação não pode perdurar para sempre.

Por outro lado, acredita o Senador Filinto Müller que sem um pouco de paixão não se pode tornarável uma agremiação partidária. E não haverá essa paixão política, se não forem estabelecidas algumas regras e metas a serem alcançadas.

De todos os documentos do Partido programa e, por isso, o que mais preocupa o Senador Filinto Müller, algumas sugestões de sociólogos já foram recolhidas, outras ainda virão, mas não poderá deixar de consultar também os governadores que hoje já, pelo menos, teoricamente os maiores cabos eleitorais nos Estados. Os contatos a esse nível ele os quer fazer pessoalmente, sem embargo das providências que já estão em curso através do Grupo de Trabalho presidido pelo Senador Gustavo Caparéna, do qual não se conhece, até agora, nenhuma contribuição válida. Há são decorridos quatro ou cinco meses e parece que esse grupo, muito mais pela lentidão de seu presidente, do que pela disposição de trabalho dos demais membros, não conseguiu dar senão alguns passos curtos e tímidos.

O Governador Raimundo Padilha, de larga experiência e tradição política, já se encontra em condições de prestar sua contribuição. Desde a última eleição municipal da qual saiu implamente vitorioso no Estado do

Rio, ganhando, inclusive, na capital que sempre foi uma fortaleza inexplorável da oposição, recolhe contribuição para o programa arenista. Conhece os objetivos do Senador Filinto Müller e concorda com eles, mas acha que antes de qualquer medida nesse sentido é necessário criar condições para a unidade efetiva do Partido, sem o que todas as demais iniciativas, por dependerem desta, estarão fadadas ao fracasso.

«Como será possível dar-lhe coesão, mantendo-se esse poderoso instrumento de desagregação, que é o instituto das sublegendas?»

Fala o Governador Raimundo Padilha com a autoridade de quem ganhou as eleições, para dizer que as sublegendas destroem qualquer vínculo partidário mais profundo e tornam inimigos correligionários que deveriam darse às mãos para a luta comum.

Para ele não basta reduzi-las a uma, como têm sido proposto nas últimas semanas. «Teríamos, com esse artifício, reduzido a área de atrito, mas a luta se concentraria tornando-se mais violenta, quando é, precisamente, isto que todos nós queremos evitar.»

O governador fluminense não vê alternativa para o caso das sublegendas. Ou se promove sua extinção, por inteiro, ou é melhor deixá-las como estão. «As decisões mais graves exigem determinação. Ouço que a maioria do Partido já se pronunciou contra essa promiscuidade de facções dentro da Arena. Mas a prudência, que não consigo alcançar, sugere a sua manutenção. Não creio que seja com acomodações que se devam enfrentar os grandes problemas, mas com a coragem que todos devemos ter em momentos como este.»

Com o pensamento central do Sr. Raimundo Padilha estão outros governadores, mas também os há em posição diametralmente oposta. Daí a dificuldade que o presidente da Arena encontra para resolver esse grande problema.

Nem por isso deixará o Senador Filinto Müller de seguir na luta pela organização de um programa que dê à Arena uma imagem nova e dinâmica. Este é o item número 1 de sua pauta de trabalho a partir do momento em que reassumir o comando do Partido, que se encontra nas mãos do Senador Petrônio Portela neste momento.



Sua Legenda



Coisas da política

Vida e morte da sublegenda

Brasília (Sucursal) — De tal forma vem se intensificando as manifestações de políticos do Governo contra a sobrevivência das sublegendas que se tem a impressão de que elas estão com os dias contados. Seus próprios criadores integram o coro.

Esta agonia, porém, durará ainda alguns anos, provavelmente até 1980. Passada a eleição de 15 de novembro, o presidente da Arena, Senador Filinto Muller, designou uma comissão para analisar os resultados do pleito e "avaliar o funcionamento do instituto da sublegenda, quer como fórmula de conduzir o Partido à vitória eleitoral, quer como instrumento para harmonizar tendências municipais." Deu ele a esta comissão o prazo de 120 dias para concluir a tarefa e incluiu entre os seus componentes alguns parlamentares notoriamente favoráveis à sublegenda, como o Senador José Augusto, presidente do grupo, e o Deputado José Carlos Fonseca.

Este critério e a própria formulação dos objetivos da comissão indicam que as sublegendas não morrerão agora. Na realidade, a tendência hoje predominante no seio da Arena é no sentido de uma alteração progressiva, até o desaparecimento. Para as eleições municipais de 1976, elas seriam reduzidas de três para duas e elevado de 20

para 35 por cento o quorum das Convenções necessárias à sua admissão. Nas eleições seguintes, isto é, em 1980, poderiam então ser extintas.

Em verdade, a sublegenda é um problema polêmico dentro do Partido oficial. Instituída como recurso para salvar a unidade partidária, mais da Arena do que do MDB, é claro, muitos consideram que não cumpriu sua finalidade no pleito de 15 de novembro. Alega-se que em vez disso teria criado condições para que se agravassem as dissensões e rebeldias, transformando as campanhas eleitorais nos municípios em verdadeiras guerras internas. Graças a ela em muitos casos o que se teria visto foi o deprimente espetáculo de arenista em luta de morte contra arenista, como se tratasse não de correligionários afastados por divergências ocasionais, mas de inimigos históricos afastados por divergências intransponíveis.

Muitos também são os que preferem o outro lado da moeda, isto é, o obstáculo que a sublegenda representou para que os descontentes, na falta de outra alternativa, passassem a formar nos quadros do Partido contrário. Segundo estes, a sublegenda levaria evitado que desgassem no MDB as correntes de opinião em divergência com as direções municipais do Partido do Governo, sem se contar a

circunstância de que, sendo a Arena Partido único em 30 por cento dos municípios brasileiros, a sublegenda teria funcionado como uma pacífica válvula de escape, com o mérito de promover o espírito de emulação entre os candidatos, a valorização do voto e o estímulo ao eleitor, assim como para manter naquelas paragens pelo menos um sucedaneo do bipartidarismo.

Tempo ao tempo

Entre estas duas tendências prefere a direção da Arena encaminhar as coisas pela estrada amena e cômoda de dar tempo ao tempo. O Senador Filinto Muller se mostra sensível a alguns setores que entendem não deveria ser realizado agora um levantamento sobre o funcionamento da sublegenda, "quando a paz não voltou ainda ao seio do Partido." Ele próprio dizia recentemente na Carta Mensal da Arena que "é chegado o momento de recompor os quadros partidários onde acaso eles se fracionaram em função das eleições" e que "terminada a refrega, chegou a hora do bom senso, do entendimento e da harmonia." Por outro lado, não seria lícito ignorar o clamor que se ergue contra a sublegenda. Daí a decisão de promover uma pesquisa com prazo certo e assegurar de antemão que o problema será examinado com vagar, como convém aos casos controvéridos.

Nova crítica ESP 20 DEZ 1971 1305 à sublegenda

Da Sucursal do
RIO

As sublegendas continuam sendo alvo das críticas da classe política, que as considera perniciosas à consolidação partidária. Esse ponto de vista foi defendido também pelo senador Orlando Zancaner, ontem, salientando que a Arena só terá força, tornando-se realmente o partido da Revolução, quando forem extintas as sublegendas — e que essa opinião não é sua exclusiva, mas quase unânime no partido.

O senador paulista, por outro lado, acha que falta às lideranças naturais da Arena uma maior participação na condução da política nos Estados. A seu ver, só por meio do acesso das lideranças aos postos de comando, pela livre escolha de seus membros, o partido do governo poderá atrair a juventude para seus quadros, formando novas lideranças, "indispensáveis para a consolidação dos objetivos revolucionários".

LIDERANÇAS

Orlando Zancaner acha que é vital para a Arena abrir suas portas à juventude, permitindo que emergam naturalmente novas lideranças. E observou que a cada eleição é notável a preferência do eleitorado jovem — a maioria do eleitorado brasileiro — pelos candidatos de menos idade.

Além disso, acha que o fato de os governadores escolherem os comandos partidários estadais também concorre para a desagregação da Arena. Observou que "quando as lideranças naturais disputam livremente entre si um posto, a que perde curva-se diante da vontade da maioria, aliando-se ao

adversário de antes, numa causa comum".

O mesmo não acontece — prosseguiu o senador — quando a decisão pertence ao governador: o preferido transforma-se em oposição dentro do próprio partido e, não raro, alia-se ao partido adversário, com quem passa a fazer causa comum.

SUBLEGENDAS

Segundo o senador, por causa do emprego das sublegendas, os partidários da facção derrotada, em lugar de se unirem naturalmente aos correligionários da outra sublegenda, aliam-se ao MDB, deixando, nas bases municipais, os prefeitos de seu partido em situação minoritária de fato.

Afirmou que as sublegendas se justificavam quando de sua criação, para agasalhar, num mesmo partido, políticos oriundos de legendas diversas, mas que, hoje, se revelam um perigoso agente desagregador da unidade partidária. "Nos municípios — disse — a sublegenda que perde vira oposição, e acaba existindo um terceiro partido dentro da própria Arena".

MDB CRESCE

Orlando Zancaner reconhece que a extinção das sublegendas — que considera inevitável, "porque o próprio senador Flávio Müller está atento ao problema" — provocará um crescimento do MDB em alguns municípios. A seu ver, entretanto, esse é um fenômeno saudável para a democracia.

"O País precisa de uma oposição fortalecida, embora não contestatória, para cumprir seu papel de vigiar e alertar o governo". E recomenda, por isso, que a oposição se estruture, pois na medida em que conseguir se organizar, tenderá a crescer.



Sublegenda

Sublegenda no Senado



BRASÍLIA — Os problemas criados pela sublegenda, nos dois partidos, especialmente no majoritário, não foram poucos, mas os dirigentes da Arena estão convencidos de que teriam muito mais contratempos se se extinguisse aquele princípio, de uma hora para outra. Abalou-se a estrutura do edifício, mas, afinal, ele manteve-se de pé e, agora — segundo já informou o presidente da Arena, Sen. Flávio Müller — resta reforçar os alicerces que tremeram e reparar os danos de sua fachada.

A sublegenda não chega a ser uma paixão inofensiva, sem contra-indicações, pois se reconhece que aguçou contradições intestinas. O pior, porém, já passou e este temível peristaltismo acabou não tendo consequências, embora as circunstâncias fossem bastante perigosas — os fundadores do PDR estavam na expectativa de colher os frutos dos descontentamentos municipais.

Portanto, tudo indica que a fórmula miraculosa capaz de manter juntos os adversários de outros tempos venha a ser conservada.

A Lei Eleitoral, aliás, já havia reduzido a aplicação do princípio apenas às eleições municipais. E outro pleito nos municípios ocorrerá somente dentro de mais quatro anos. Isto é, em 1970. Por este motivo, pois, seria o caso de não se tocar mais no assunto. Mas, nunca se falou tanto em sublegenda como agora. Por quê?

As próximas eleições a realizar-se no País são as de deputados estaduais e federais e de senadores, em 1974. Naquelas duas, nunca foi permitida a sublegenda. Os grupos que compõem os atuais partidos sem-

pre se acolhodaram nas respectivas chapas e os problemas são contornados. Isso, porém, já não acontece com relação às disputadas para o Senado. Em 1970, a Câmara Alta renovou-se em dois terços. Cada partido, portanto, concorreu com dois candidatos. Foi possível, assim, em quase todos os Estados, conciliar as reivindicações das principais correntes formadoras da Arena ou do MDB. Já em 1966 — tal como ocorrerá em 74 — também devia ser eleito, em cada unidade da Federação, apenas um novo senador. Sabem, todos, que, naquela oportunidade, não se teve outro jeito, senão apelar para a sublegenda. Houve, então, resultados eleitorais surpreendentes e saíram eleitos candidatos menos votados que outros, devido à soma de votos das sublegendas. A reação negativa a esse tipo de escamoteação foi muito forte — mais do que agora, nos municípios — e extinguiu-se a sublegenda para o Senado.

Agora, contudo, verifica-se que os ectoplasmas ainda não desapareceram. E temos, em dois anos, eleições para o Senado, havendo em cada Estado apenas uma vaga. Não será possível, pois, fazer como se fez em 1970, em Minas Gerais, por exemplo, onde a Arena concorreu com um elemento da antiga UDN e outro do extinto PSD.

Todos estes aspectos serão devidamente analisados pela Comissão Especial da agremiação majoritária, que está estudando a reforma eleitoral, e, ao que se prevê, a resurreição da sublegenda para o Senado não está fora dos cálculos.

AZEVEDO LIMA

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Sec. Bibliografia e Serviços

100
BIBLIOTECA DOS DEPUTADOS
Divisão de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Bibliográfica e Serviços Diversos

RA DOS DEPU
de Documentação e
Divisão de Bibli
Bibliografia e Se

Goesão e Fidelidade 7 DEZ 1972

A circular stamp with a double-line border. The text "COMISSÕES PERMANENTES DO C.D." is written in a clockwise direction around the perimeter. In the center of the stamp, there is a blue ink signature consisting of several diagonal and curved lines.

Um grupo de trabalho, constituído de parlamentares da Arena, foi incumbido pela Executiva Nacional da agremiação majoritária de avaliar, no prazo de 120 dias, os efeitos da sublegenda na unidade partidária e nos resultados das eleições municipais de 15 de novembro. Outra incumbência do grupo especial será o exame da eficácia da estrutura do Partido, através da comparação entre a campanha e os resultados.

A Arena está longe de qualquer unanimidade em relação à sublegenda, que muitos condenam e outros defendem, com pontos-de-vista variáveis, de acordo com a região e as condições de cada um. Há testemunho e farta documentação sobre o sentido divisionista que a sublegenda revelou nas eleições municipais. Há, entretanto, aqueles que, pelo simples fato de o MDB fazer reparos àquele artifício, sustentam a necessidade de ser mantida a sublegenda.

Para retirar a questão de seu condicionamento subjetivo e desvinculá-la do interesse de cada um, a Arena vai levantar, através de estudos, um quadro real em que se alinhem vantagens e desvantagens. Do confronto poderá nascer uma diretriva, capaz de tornar-se decisão, já num plano mais alto de responsabilidade política.

Na *Carta Mensal* da Arena, relativa a dezembro e já em circulação desde o começo da semana, diz o Senador Filinto Muller, no artigo de abertura, que é inadmissível que à "sombra protetora da Arena", procure-se manter vivas as antigas legendas, "que simbolizam o passado, negam a renovação, estimulam a divisão", retardando a integração partidária. Condena a disputa, marcada de ódio, de "suposta liderança municipal." Sem coesão, o presidente da Arena con-

sidera vão o esforço dispendido para alcançar a vitória eleitoral.

Na Assembléia Legislativa da Bahia, uma voz com responsabilidade de liderança do MDB denuncia o acordo que os dois Partidos fizeram num município, para dividir a representação na Câmara de Prado, eliminando-se a disputa. A Prefeitura coube à Arena.

Conquanto seja o único caso conhecido entre praticamente 4 mil municípios, ainda assim o aspecto negativo se propaga e agrava a desgastada imagem do político brasileiro, preço que paga igualmente, em perda de conceito, a própria atividade política. Pior, de consequências mais graves no animo do eleitor, é o espetáculo das adesões de candidatos, eleitos pelo MDB, às vantagens da Arena, instrumento do Governo federal e da quase totalidade dos governos estaduais.

Antes da posse e mal proclamada a vitória nas urnas, já se anuncia que prefeitos, sagrados pelos eletores que votaram na legenda oposicionista, preparam as malas para ingressar no Partido do Governo. A pequena ração de vitória que o MDB conseguiu nas urnas seria assim um despojo a que a Arena não abdicaria, por ter sido esmagadora sua vantagem. A fidelidade partidária, que tanto sensibiliza a maioria arenista, deveria ser realmente um princípio político, de conteúdo ético. A simples aceitação da adesão já é grave e solapa o sentido moral da coesão, buscada por via de uma fidelidade imposta contra numerosas vontades que preferem o antigo regime de irresponsável desenvoltura, no que toca aos compromissos com as legendas com que vão às urnas.

PUTADOS
de Informação
Biblioteca
e Serviços Diversos

A DOS DEPUTADOS
de Documentação e Informação
Divisão de Biblioteca
Bibliografia e Serviços



A substância da sublegenda

3 DEZ 1972

Barbosa Lima Sobrinho

Gostaria que fizessem da sublegenda uma análise mais segura, em face do funcionamento dos Partidos políticos, criados pela Revolução de 31 de março de 1964. Como se sabe, havia, no Brasil, devidamente registrados na Justiça Eleitoral, cerca de 13 Partidos políticos, donos de algumas siglas que, nos pleitos travados, somavam muito mais de 50% do eleitorado que ia às urnas. Uma delas, no primeiro pleito que se travou depois de 1945, conseguiu triunfar por maioria absoluta em relação aos seus concorrentes. A chamada legislação revolucionária, entendeu que havia Partidos demais, e talvez houvesse realmente. Mas achou que o ideal seria seguir o modelo inglês e talvez mesmo o modelo norte-americano de dois Partidos dominantes, embora existam muitas outras democracias, que vivem bem fora desse padrão clássico. Mas quando chega a vez dos números, aparecem os palpites que, no fundo, são apenas uma questão de gosto. Há os que acham que o número dois é mais simpático do que o número cinco ou seis. Ou será que haverá razões mais sérias para a explicação da preferência dos apostadores?

Imaginemos o caso de um pequeno município, em que estejam registradas apenas as duas organizações partidárias admitidas, a Arena e o MDB. Na fase das eleições, o que seria curial é que ambas concorressem ao pleito com duas chapas, se se prefere realmente o número dois e acham que ele é o número da sorte. Mas acon-

tece que nem os partidários da Arena nem os do MDB se conformam com a lista dos nomes escolhidos pelos Diretórios locais. O processo de escolha é sumário e não resulta de uma tomada prévia de opiniões ou de votos. Surgem outros competidores, dentro do Partido, e ninguém quer aceitar os inconvenientes da decisão e as incompatibilidades que ela pode acarretar. Aí aparece um Maquiavel de quotilhê e sugere que se deixe ao eleitorado a tarefa de decidir. E vêm então os números e as sublegendas, Arena-1 ou 2, MDB-1 ou 2. Mais Arena do que MDB, que ninguém, nesses vastos sertões do Brasil, se dá ao luxo de aspirar a sublegendas da Oposição. Mas que é afinal, que se deixa de lado? Pelo menos a justiça partidária, que deveria sobrepor-se a tudo, para lutar pelos nomes que tivessem maior merecimento eleitoral ou político. E depois de fazer justiça, exigir disciplina dos inconformados, se se pretende realmente dar ênfase ao sistema do bipartidarismo.

Imaginemos que uma das chapas se recomendaria melhor em face dos chamados ideais revolucionários. Por que não exigir também do eleitorado um pronunciamento, que faça justiça a essa identificação? Porque se há um meio de lutar para impedir a dispersão e a fragmentação das forças políticas, é sem dúvida o esforço para fazer prevalecer os sentimentos de disciplina partidária, em face dos nomes que mais se imponham à consagra-

ção das urnas. Se se entende que tudo vai depender da sabedoria dos eleitores, então por que criar Partidos políticos? Por que limitá-los a dois, para evitar os prúridos anarquizantes de um excessivo individualismo?

Não me parece que, em nenhum momento, haja a sublegenda surgido de um ideal revolucionário. Nem deve ter vindo dos homens que se preocupavam com a reforma de nossos costumes políticos. O que se sabe é que foi um alvitre insinuado por um inveterado político municipal, que não queria ter que decidir entre duas correntes de seus melhores amigos. E teve a astúcia necessária para fazê-la adotar por pessoas, que nunca haviam feito qualquer experiência no domínio político. Não veio, pois, como reforma. Acredito mais que tenha traduzido um contrabando, como tantos que se insinuam na legislação eleitoral, parecendo que expressam grandes aspirações progressistas, quando não passam de expedientes de uma politicagem subalterna.

O bipartidarismo, em substância, dá excelentes resultados, quando corresponde a uma tradição como na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Mesmo no Uruguai, há que reconhecer que os males da sublegenda são dissimulados pelas tendências nacionais, divididas entre *blancos* e *colorados*. Mas num país que vinha da realidade de 13 Partidos registrados, a sublegenda, acobertando a indisciplina, serve apenas para favorecer e estipular o adesismo.



RESENHA POLÍTICA

Ninguém ama
sublegenda

Goiânia (Sucursal) - Tantos, tão notórios e de tal sorte inconvenientes se têm revelado os males das sublegendas, que não se comprehende como a fórmula tenha sido aviada no pleito de 70 e repetida agora, nas eleições municipais em expectativa. Mas parece iminente a eliminação desse incrível expediente, que enseja e oficializa a desunião no seio dos partidos. Ainda anteontem o senador Tarsio Dutra, arenista do Rio Grande do Sul, em conversa informal com jornalista no Palácio do Congresso, anunciou a existência de uma predisposição do seu partido à extinção das sublegendas sabendo-se que a mesma preocupação domina inclusive o espírito do sr. Filinto Müller, alarmado com as proporções que vêm tomando as dissensões partidárias estimuladas pelo processo.

Observou o senador Dutra, na sua palestra com os jornalistas que, além dos outros males que causa aos partidos a sublegenda, um, novo, acaba de ser identificado no seu Estado: os emedebistas deixam de lançar candidatos às prefeituras, para emprestarem o seu apoio a um dos candidatos da Arena, que lhes pareça em melhores condições de vitória, para galgarem, através dele, se a quando eleito, o poder municipal que assim conquistar por via tortuosa e antidemocrática.

Essa, alias, é uma das fórmulas preferidas pelo partido minoritário. Mas a outra, também tão adotada, não é menos malefica ao arenismo autêntico: por ela, os emedebistas, proclamando-se conversos ao partido da Revolução, vestem-se com os trajes e as insignias da Arena, lançam candidatos emedebistas na legenda arenista, empurram para fora o páreo os candidatos provados de antiga e segura fidelidade ao partido do sr. Müller, e acabam assim vitoriosos pelo convencimento, incutido no espírito do eleitorado, de que realmente passaram a professar a fé e a doutrina dos seus antagonistas de tanto tempo.

Todas essas coisas têm-se repetido com tamanha frequência, e com tão largos resultados, que a direção nacional da Arena afinal acordou para a realidade e se propõe a eliminá-la.

A verdade é que, a esta altura dos acontecimentos políticos nacionais, a Arena está simplesmente inflacionada de prestígio e de apoios. Mas sobretudo de apoios individuais de um eleitorado que claramente se manifesta favorável à obra da Revolução e quer ratificá-la com a expressão do seu pronunciamento nas urnas. Então, não se explica, nem se faz necessário, que a Arena continue a receber, de olhos fechados, todas as promessas de adesão emedebista, quando esta signifique apenas, e no fundo, um meio de chegarem os velhos líderes da oposição aquelas velhas posições de mando, que haviam perdido por falta de votos.

Tudo isto está sendo bem enxergado agora pela direção nacional da Arena. E a identificação desses graves inconvenientes por certo significará que as sublegendas já estão com seus dias contados.

MÉDICI HOJE

Autoridades e povo recepcionarão hoje, em Goiânia, o Presidente Médici, que visitará esta Capital juntamente com o Ministro Cirne Lima, da Agricultura, e com o governador Prates da Silveira, do Distrito Federal, para fazer oficialmente a abertura da 1a. Exposição Nacional de Campeões, mostra promovida pelos governos da República, de Goiás e do Distrito Federal e que reúne campeões bovinos e equinos de todas as exposições estaduais realizadas no território nacional.

As autoridades goianas já têm preparado o esquema de recepção.

A programação que cumprirá em Goiás limitar-se-á à recepção no Aeroporto Santa Genoveva, de onde seguirá diretamente para o Parque da Pecuária. As diversas representações políticas goianas comparecerão através de comissões já designadas e a Assembleia Legislativa formou uma comissão composta de quinze membros das duas bancadas, chefiada pelo presidente Jesus Meirelles e integrada de toda a Mesa Executiva além das duas lideranças partidárias.

EM VIAGEM

Tratando de assuntos particulares, o deputado Paulo Rezek esteve nos últimos dias afastado dos trabalhos parlamentares e mesmo da movimentação eleitoral em sua região de influência, vez que se encontrava no Sul do País em visita aos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passando também, em seu regresso, por Minas Gerais.

O parlamentar mostrou-se entusiasmado com a repercussão em todos os centros onde manteve contatos, da Exposição de Campeões, a ser aberta oficialmente hoje. Foi acrescentado que os agropecuaristas sulinos, em sua totalidade, demonstravam o maior interesse em conhecer detalhes da agropecuária regional, mormente no que tange ao esforço que se faz para a melhoria do rebanho local.

A programação que cumprirá em Goiás limitar-se-á à receção no Aeroporto Santa Genoveva, de onde seguirá diretamente para o Parque da Pecuária. As diversas representações políticas goianas comparecerão através de comissões já designadas e a Assembleia Legislativa formou uma comissão composta de quinze membros das duas bancadas, chefiada pelo presidente Jesus Meirelles e integrada de toda a Mesa Executiva além das duas lideranças partidárias.

EM VIAGEM

Tratando de assuntos particulares, o deputado Paulo Rezek esteve nos últimos dias afastado dos trabalhos parlamentares e mesmo da movimentação eleitoral em sua região de influência, vez que se encontrava no Sul do País em visita aos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passando também, em seu regresso, por Minas Gerais.

O parlamentar mostrou-se entusiasmado com a repercussão em todos os centros onde manteve contatos, da Exposição de Campeões, a ser aberta oficialmente hoje. Foi acrescentado que os agropecuaristas sulinos, em sua totalidade, demonstravam o maior interesse em conhecer detalhes da agropecuária regional, mormente no que tange ao esforço que se faz para a melhoria do rebanho local.

MAIS ATIVIDADE

"Embora o trabalho eleitoral esteja se desenvolvendo em ritmo normal, as condições peculiares da região exigem atividade mais intensa das lideranças da Arena, caso queira realmente eleger seus candidatos". A opinião unânime, é de um grupo de políticos situacionistas, em se referindo ao Sudoeste do Estado, notadamente os municípios de Jataí (onde o MDB conta com três chapas), Santa Helena e Quirinópolis, além de Itumbiara - onde a disputa é de três chapas emedebistas contra duas arenistas.

O advogado José Bonifácio, um dos líderes arenistas de Rio Verde e grande incentivador da campanha Eurico Veloso do Carmo (de cuja administração anterior participou como presidente da Câmara), esteve nos últimos dias nesta Capital, promovendo contatos com autoridades, tendo sido recebido pelo sr. Alcyr Mendonça, superintendente da Osego, com quem palestrou demoradamente acerca de problemas ligados à política rioverdense.

NOVOS CANDIDATOS

Nova lista de candidatos à Câmara Municipal de Anápolis, pela legenda da Arena, deverá ser encaminhada à Justiça Eleitoral para registro, em razão da impugnação de seis nomes, feita por solicitação do MDB e acatada pelas autoridades. São eles os srs. Camilo Barbosa das Neves, Idálio Pedro da Silva, João Cremonez, Luiz Wolney Fonseca, Pedro Sérgio Sobrinho e Manoel Gomes dos Santos, em desfavor dos quais foi alegada a falta de tempo legal de filiação partidária.

O vereador Lincoln Xavier Nunes, tão logo tomou conhecimento do fato, começou imediatamente a trabalhar no recurso de defesa, coligindo provas e tomando fatos, providência paralela à qual o partido iniciou contatos com vistas à substituição, vez que pretende disputar as vagas no Legislativo, contando com o número máximo de candidatos.

Também mandado de segurança impetrado pela Arena anapolina contra a Câmara de Vereadores, que deixando o local tradicionalmente estabelecido passou a funcionar em outras dependências, teve decisão no Tribunal que ratificou decisão da primeira instância dando ganho de causa ao Legislativo.

DO INTERIOR

Continua chegando do interior do Estado grupo de políticos e de candidatos à procura de apoio e de dados a serem usados na elaboração de planejamento eleitoral. Enquanto os candidatos oposicionistas se limitam a visita ao diretório regional na tentativa de colher subsídios, os arenistas procuram principalmente o Palácio das Esmeraldas e a Secretaria do Interior e Justiça.

Anteontem, o sr. Leonino Caiado palestrou com um grupo de Itapaci, liderado pelo candidato Waldemar Nunes de Castro, e ainda com um de Inhumas, do qual faziam parte o candidato Domingos Garcia Filho e o deputado Alcântara Marques Palmeira.

DIVERSAS

-Os dirigentes locais do MDB continuam estudando o local mais indicado para realizar sua primeira concentração popular, faltando também escolher a data mais propícia, uma vez que pretendem, segundo afirmação do sr. Idelfonso Avelar, promover o maior encontro até hoje visto em campanha eleitoral.

Goiás poderá dispor a partir dos próximos meses, com grande reserva de terras pertencentes à União e que passará aos domínios do Idago, caso seja aprovado projeto do Senador Benedito Vicente Ferreira, apresentado anteontem à Câmara Federal e que trata do assunto. A venda a particulares, entretanto, somente será feita caso o adquirente se comprometa a utilizá-las para abastecimento de Brasília.

-As repartições públicas estaduais e municipais permanecerão com suas portas fechadas, hoje, no período vespertino, vez que foi decretado ponto facultativo. Querem as autoridades proporcionar maior acolhida popular à comitiva presidencial.

-Depois do susto inicial, notícia de Inhuias dá conta de que o estado de saúde do ex-deputado Getúlio Vaz, vítima de acidente com arma de fogo, é normal, sem merecer maiores cuidados, embora deva continuar guardando leito em casa hospitalar.



30.11.1970

CB 1-84

EDITORIAIS

SUBLEGENDA, O ERRO

Essa troca de acusações entre vencidos e vencedores da eleição é normal. Ninguém gosta de perder nas urnas. E a derrota tem sempre explicações que vão além desta verdade verdadeira: vence quem tem mais votos. Perde quem tem menos. Há sempre versões especiais. Foi a chuva, corrupção, pressão policial, traição dos chefes ou cabos eleitorais, dizem os vencidos. Foi a excelência do nosso candidato, seu espírito público, o reconhecimento do eleitorado ao acerto do governo, o prevalemento do bom senso, assim falam os vencedores. Nesse clima é feita a apuração, nesse clima é lavada a roupa de uma política feita de paixão e de competição. Portanto, feita também de emoção, dentro da qual a razão é o de menos, quase sempre.

Essa eleição de 15 de novembro reabre, porém, um debate antigo: Sublegenda. Acusada por todos, a sublegenda é tida pela Arena como mal necessário. Para o MDB, instrumento de pressão, de força, deformadora dos partidos. A Arena reconhece que a sublegenda é recurso eventual. Mais dia menos dia, tem de acabar. Mas não acabou até hoje, tendo servido a três eleições em alguns Estados, a quatro em outros Estados, a partir de 1966. Tudo indica que, por enquanto, ela permanece, embora as opiniões coincidam num ponto: a sublegenda dificulta e até impede a não disputa eleitoral entre os dois partidos, Arena e MDB. Na verdade, forma três partidos dentro de cada partido, percentuando saudosismos carregados de ortodoxia pessedista ou de paixão udenista. Na Arena, sublegenda lembra saudade. Tanto que em muitos municípios ninguém se diz filiado à Arena. Sou da Arena da UDN, ou da Arena do PSD, ouve-se frequentemente. É, pois, uma Arena feita de muitas Arenas, só que todas elas feitas também de estima pelo poder, esse poder que tanto movimenta a disputa eleitoral em Minas - mesmo estando longe de todos, parecendo próximo.

Sublegenda é, pois, um problema novamente em debate. Continuar ou não com ela é decisão para ser tomada mediamente. Sua manutenção se deve exatamente à contemporização. Parece que todos têm medo de enfrentar a questão. Vão deixando como está para ver como é que fica.

lavam as mãos. Prometem que a sublegenda só funcionará até o dia da eleição. Depois, tudo volta a estaca zero, ao aprisco acolhedor de um partido em que adversários brigam para depois se reconciliarem, como se fosse possível ou normal promover disputa eleitoral entre correligionários. Está errado, evidente. Disputam os adversários, isso sim. O correligionário pode patrocinar candidaturas ou candidatos dentro do partido. Disputa a preferência do filiado, como é da lei eleitoral. Se ganha, fica com a legenda. Perdendo, tem de aceitar a decisão da maioria.

Pelo sistema atual, há solução para tudo. Um grupo vai à convenção partidária com seu candidato a prefeito. Se perde, pode, então, requerer a formação de uma sublegenda. Mais, ainda: decidiu a direção da Arena, parece que também a do MDB, que a formação da sublegenda deveria ser facilitada a qualquer grupo. Mesmo aqueles que não tivessem direito a requerer pela falta dos 20% dos votos convencionais. Ora, isso é levar longe demais o estranho direito de repartir partidos já tão repartidos. E a prova é que nunca houve tanta sublegenda como na última eleição. Geralmente formadas, no caso da oposição, para enfrentar uma Arena tão dividida e ao mesmo tempo tão unida pelo milagre da soma de legendas: ganha não o candidato mais votado, mas o candidato mais votado na legenda vencedora, o que é outra sutil e pragmática disposição de uma legislação eleitoral que dizem realista, mas que na verdade é mais do que isto: é oportunista e antinatural, pois aceita como normal o conflito entre partidários que a própria lei extinguiu, dando como eleito o mais votado entre os adversários.

E chegada a hora de decisões. Só haverá outra eleição municipal daqui a quatro anos. Se a sublegenda acabar logo, a composição entre grupos há de ser promovida logo, aí sim, por realismo positivo. Não acabando, haverá brasa sob as cinzas, pois o perdedor da eleição do dia 15 afiará desde logo suas armas para nova disputa que começará não nos seis meses anteriores à eleição de 1976, mas antes mesmo da posse dos que se elegeram no último pleito. Se acabar agora, serão quatro anos para promover a conciliação, tempo que dá e sobra. Não acabando, serão qua-

Outubro



24 NOV 1972. ESP. 1503

O ESTADO DE S. PAULO — 3



Sublegendas poderão acabar ainda em 73

Das Sucursais

RIO — Tem-se como certo e decidido que a partir de 1973 estarão extintas as sublegendas e será introduzido, no processo eleitoral brasileiro, o sistema do voto distrital. Essas modificações viriam como consequência de estudos para a reforma da legislação eleitoral que se realizam através de uma comissão presidida pelo senador Gustavo Capanema, e cujos resultados o senador Filinto Muller pretende submeter ao partido no decorrer do próximo ano.

Pouco se sabe a respeito dos estudos que estão sendo orientados pelo senador Gustavo Capanema, veterano defensor da implantação, no Brasil, do voto por distrito. Mas já se sabe que ele será adotado, conquantão não se tenha ideia do sistema e da forma de sua aplicação. A apoiar a tese já existem os estudos e pesquisas feitos pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getulio Vargas que, embora praticamente concluídos, só serão encaminhados à guisa de colaboração, ao ministro da Justiça, em fevereiro.

O conhecimento que se tem da pesquisa e de sua análise preliminar leva a crer que se fará tentado o sistema misto, o que não obrigará a reforma da Constituição, que prevê o sistema proporcional "no todo ou em parte". Mas não há condições de prever em que termos se fará a divisão dos distritos ou o modelo que será adotado. E, desconhecendo-se o essencial, parece impossível prever suas consequências, especialmente no que tange à sobrevivência do MDB e à marcha, que para alguns se figura inexorável, para o monopartidarismo de modelo mexicano.

Os políticos e cientistas políticos que participaram daquele trabalho dividiram seus pontos de vista, mas em torno dos aspectos puramente teóricos da questão. Deixaram claro que o sistema só deveria ser testado se abolidas as sublegendas e suficientemente debatidos os modelos para sua aplicação. Todos advertiram, independentemente dos partidos a que pertenciam, que o sistema não devia ser introduzido apenas como mais uma forma de estrangulamento da precária oposição. Nem que o sistema adotado viesse a conduzir ao fim a já escassa representação ideológica, levando ao Congresso apenas aqueles preocupados com o simples exame das questões municipais e administrativas, o que terminaria por formar uma bancada de total e inquestionável apoio ao governo.

O fim da experiência

Considera-se, portanto, que o resultado das eleições do dia 15 está oferecendo dados que serão capazes de nortear os estudos para a implantação do voto distrital. Não para que se descubra neles a maneira de liquidar de vez com o MDB e impedir o surgimento de uma nova legenda oposicionista.

Mas exatamente para que se assente uma fórmula que possibilite a abertura de comportas por onde venham a fluir, normal e democraticamente, as manifestações das diversas correntes de opinião existentes no País.

É certo também que as eleições municipais assinalaram o fim da experiência das sublegendas, com as quais, reconhecem os próprios arenistas, será impossível aumentar esferanças de que a Arena venha a transformar-se em verdadeiro partido político. É ponto pacífico que, se elas não tivessem sido utilizadas, dificilmente se teria conseguido realizar as eleições municipais, tal a dificuldade, como o comprovou a campanha, de conciliar as correntes divergentes.

Normalmente elas só voltariam a ser utilizadas dentro de quatro anos, quando os eleitores deverão ser novamente chamados para eleger seus prefeitos. Até lá, acredita-se que se tenham atenuado as divergências ou, pelo menos, criado condições para que aqueles que discordam da orientação partidária se filiem ou organizem outra agremiação. As divergências, sabe-se agora, não decorrem das antigas legendas extintas pelo AI-2, mas existem em razão de desacordos locais e familiares que dificilmente poderão ser esquecidos em atendimento a um decreto ditado de cima para baixo. Elas são, na base, reflexo dos anseios de manifestação que não podem ser permanentemente submetidos a critérios pouco definidos de fidelidade partidária.

MDB busca novo líder

BRASILIA — A direção do MDB está procurando, para substituir o deputado Pedroso Horta na liderança da bancada do partido na Câmara, um nome que tenha bom transito dentro da agremiação e possa, assim, servir de ponto de ligação para a união e a reconciliação entre os dois grupos em que ela se dividiu: os "moderados" e os "autênticos". Sintiu-se a direção do partido livre para iniciar esses entendimentos, porque o próprio deputado Pedroso Horta tomou a iniciativa de comunicar ao presidente da agremiação, Ulisses Guimarães, que não pretende retornar ao posto no próximo ano.

Ainda continua se restabelecendo o distúrbio circulatório que sofreu em fins do ano passado e que o manteve afastado do exercício do mandato durante quase toda a presente sessão legislativa. Teme ele que em princípios do próximo ano seu estado de saúde ainda não lhe permita assumir os pesados encargos de uma liderança. Pretende, assim, no próximo ano, apenas voltar ao exercício do mandato, continuar dando ao partido toda a colaboração possível, mas como simples membro da bancada.

Embora ressaltando que a escolha do novo líder é um assunto da bancada, Ulisses Guimarães nota que a direção do partido não pode a ele ficar

alheia, pois é uma questão essencial para a unidade da agremiação. Lembra que foi precisamente por esse motivo — o afastamento de Pedroso Horta e sua substituição por Jayro Brum — que mais se acentuou a luta interna. Mas está confiante em poder resolver o problema. Assinala que se todos estiverem sinceramente imbuídos do propósito de fazer oposição, como ele está, a unidade do partido será alcançada, pois ninguém pode ignorar que a divisão interna só desserviria o MDB e a causa oposicionista.

Quanto ao rerudescimento da crise que se esboça, com os "autênticos" pondo a culpa no comando partidário pelo malogro do MDB nas últimas eleições e pensando até em pedir a renúncia coletiva da comissão executiva nacional, Ulisses Guimarães não demonstra maior preocupação. Em primeiro lugar, porque ocupa o cargo que lhe foi confiado pela vontade da maioria do partido e enquanto tiver o apoio dessa maioria nele permanecerá. Recebeu-o como missão e, por isso mesmo, de todos os cargos que já exerceu — ministro de Estado e presidente da Câmara dos Deputados — esse, para ele, é o mais honroso. Em segundo lugar, está com a consciência tranquila com respeito às eleições. Afirmou que a direção partidária fez o que era possível. Ele, pessoalmente, esteve em quase todos os Estados, percorrendo "mais de 300 cidades". Se o resultado foi mais adverso do que se esperava, foi porque assim determinaram as circunstâncias.

Luta muito desequilibrada

A luta, reitera, é tremenda e desigual. As forças governistas têm tudo nas mãos, desde uma propaganda permanente por meio de todos os veículos de comunicação — cinema, rádio, televisão, revistas e jornais — até as sublegendas, que constituem eficiente instrumento para embaraçar a situação e distorcer a vontade do eleitorado. O resultado das urnas foi, portanto, acima de tudo, consequência do quadro vigente no País. Isto é que não pode ser esquecido. Não se pode — assinala — confundir a causa com o efeito, a leitura com a doença.

Não obstante, Ulisses Guimarães está disposto a ouvir o que os "autênticos" têm a dizer. Tanto que, nota, ao convocar a reunião do diretório nacional por eles solicitada, trouxe a iniciativa de incluir na pauta um item referente ao balanço das eleições. Ao mesmo tempo, está procurando saber exatamente o número de votos obtidos pela legenda sindicalista em cada município, em cada Estado e no País todo, pois entende que esse é um dado essencial para se avaliar a situação do partido depois das eleições. Isto porque, nota, o MDB perdeu num princípio mas, às vezes, por pequena margem de votos. O que se tem então de verificar é se o número total de votos por ele obtidos cresceu ou diminuiu em relação ao último pleito.



Efeitos da sublegenda

26 NOV 1972

Quem venceu o último pleito municipal no Brasil? A resposta será fácil, se contados os votos das duas siglas que a ele concorreram. Mas se passarmos da contagem dos votos à análise das forças políticas vitoriosas, falham todos os pontos de referência, como se tivéssemos que medir, a olho nu, a distância das estrelas. Porque a instituição da sublegenda veio justamente permitir a vitória de quem tivesse maior número de votos, fosse qual fosse o sentido ou a expressão da corrente vencedora. A menos que se fizesse antes um trabalho de depuração, para somar, de um lado, as vitórias da Arena e, do outro, o resultado obtido pelas sublegendas que se foram formando, para congregar os elementos dos Partidos políticos, que a Revolução de 31 de março suprimiu e, de certa forma, restaura, através da sublegenda.

A Arena verdadeira seria realmente a antiga UDN, com alguns enxertos do PSD. Mas onde apareceram as sublegendas, é que ressurgiram os grupos antigos, que formavam as outras siglas partidárias extintas, o PSP do Sr. Ademar de Barros, o PTB, o PDC do bravo padre Camara, o PR de Artur Bernardes e tantos outros grupos, que acabaram liquidados, num esforço para a reeducação da democracia brasileira, dentro de modelos clássicos de bipartidarismo. Mas, se depois desse esforço e desse programa admitem a sublegenda, é como se voltassem a convocar as antigas forças partidárias; desde que aceitassem voltar como sublegendas e não como Partidos distintos. Uma reforma política que acaba, afinal, se contentando com a simples al-

teração de siglas, para que em vez de PTB se diga Arena-2 ou, em vez de PSP, se prefira Arena-3. Será o bastante, como reforma de costumes políticos?

Já dizia Alberto Torres que — a "base das nossas organizações é a politiquice local. Sobre a influência dos corrilhos eleitorais das aldeias ergue-se a pirâmide das coligações transitórias de interesses políticos, mais fracos na representação dos Estados, dependentes dos estreitos interesses locais; tênue, no Governo da União, subordinado ao arbitrio e ao capricho dos governadores." Mas, à medida que se torna mais difícil a tarefa das correntes de oposição e mais fácil o caminho dos que se beneficiam com o apio dos Governos estaduais, a pirâmide se altera, para traduzir apenas o aventureirismo, o adesismo, a ausência absoluta de ideais, de princípios, de doutrinas, para reduzir tudo a uma luta desesperada pelas posições de mando. E a sublegenda serve para isso mesmo: para estimular essas paixões, que sempre existiram e atuaram nos porões de nossa vida política.

Nem a realidade política do Brasil é outra causa do que aquela antiga política dos governadores, de que Campos Sales fizera um dos pontos básicos de suas soluções governamentais. Que por sinal também não era mais do que o regresso ao regime dos capitães-mores, ainda do tempo da colônia. E o que se conhece da sublegenda é que não foi inspiração de doutrinadores políticos, nem de homens preocupados com o progresso do país. Surgiu apenas como alívio de velho político interessado em soluções munici-

cipais, quando não se queria expor a decidir entre amigos desavindos. Nada mais do que um simples expediente de politicagem municipal.

Dir-se-á que estamos seguindo o modelo uruguai. Mas no Uruguai, a sublegenda é apenas uma solução transitória para forças políticas, que não tiveram tempo de regularizar a sua presença como Partido político. E antes o primeiro passo para a formação de um novo Partido. Mas no Brasil, com os embargos criados à formação de novos Partidos (que o diga o Sr. Pedro Aleixo), a sublegenda dissimula uma luta entre correntes municipais inconciliáveis. Em vez de registrar a chapa que corresponde à maioria da respectiva organização municipal, torna-se um breve contra a disciplina partidária, uma vez que apóia e estimula todas as divergências, dando-lhes campo para que possam chegar à disputa nas urnas eleitorais. Eu só queria que me dissessem qual a vantagem, ou o progresso, se em vez de cinco ou seis Partidos encontramos cinco ou seis sublegendas disputando ferozmente a vitória, com um sentimento de hostilidade e de rancor, que se encontrou em maior proporção na luta entre as sublegendas que na disputa entre as próprias siglas partidárias registradas. Admitamos que, como fórmula de um bipartidarismo à força, não deixa de constituir novidade. E um simples expediente eleitoral, que, de repente, virasse preceito de programa de reformas, num país que, não podendo alcançar o bipartidarismo, resolve afinal consagrar como ideal a dispersão e a indisciplina dos grupos partidários.

Barbosa Lima Sobrinho



11 OUT 1972

SUBLEGENDA

P.B J-9-3

O Senador Nélson Carneiro levantou, novamente, o já sediço problema da sublegenda no País. Aproveitou-se de um conflito de "clans" políticas, em município pernambucano, com um trágico saldo de mortes. Outros conflitos, felizmente ainda não sangrentos, estão ocorrendo em vários Estados — o que aviva o debate sobre as vantagens ou desvantagens da sublegenda. O ontem explode hoje, aqui e ali. Ex-udenistas e ex-pessedistas, englobados na legenda da "ARENA", se antagonizam. Da mesma forma, no MDB, ex-udenistas, ex-pessedistas e ex-petebistas se confrontam. A pergunta se mantém: há vantagem para os partidos na sublegenda e, mais, há vantagem para o processo revolucionário? Pois o importante é o processo em curso, retificador no que seja necessário, mas inflexível na sua continuidade revolucionária. É ocioso repetir que todos os governos realmente revolucionários são exigentes e não admitem contestações vexatórias. No máximo cedem a reparos de ordem técnica ou cultural, em função do seu programa. As nuances de ordem política e ideológica são repelidas e, se não o fossem, como caracterizar uma revolução? Estamos num nítido processo de mudança; o modelo final revolucionário está em gestação, mas suas constantes já são inconfundíveis. O processo julgou, por exemplo, que as eleições para os governos estaduais teriam que ser pela sua vez, indiretas. Está implícito que a sucessão presidencial será igualmente indireta. Mas, o governo permitiu o pleito direto para os municípios brasileiros. Esse pleito será a primeira experimentação válida para obter a repercussão político-eleitoral do processo revolucionário. Sabe-se que dezenas de municípios não terão candidatos às prefeituras, por desinteresse, pela falta de fé e de entusiasmo. Será um dado para o exame da nossa problemática política. A falta de ordenação eleitoral, prevista mas não aprovada, é outro dado negativo.

Murilo Marroquim

Nesse contexto experimental se insere o problema da sublegenda. É curioso que a maioria arenista a apóie, contra a maioria do MDB. As razões de ordem aritmética prevalecem no partido da oposição enquanto que, na ARENA, são motivações de ordem eminentemente política, no que diz respeito às lideranças estaduais e municipais. Sob os dois aspectos, a posição da ARENA é, se a expressão é justa, mais democrática. Pois permite, em clima morno, a excitação eleitoral. A sublegenda é, presentemente, a única válvula de ação política, através da qual se poderá manifestar o debate. O incidente deplorável em Pernambuco não invalida a tese da sublegenda, que parece válida neste período de transição. Velhas rivalidades entre udenistas e pessedistas voltam à tona, de modo cruel — refletindo antigos dramas de famílias em litígio. Foi muito pior no passado, quando não existiam sublegendas e os partidos se multiplicavam. A sublegenda tende a desaparecer para os municípios — não existe para os demais cargos eletivos brasileiros — na medida em que o atual processo político encontre os seus rumos definitivos.

A experiência atual, com os riscos que se manifestaram em Pernambuco e que podem ocorrer noutros Estados, será preciosa para a avaliação deste período transitório do país. E para justificar, ou não, o prosseguimento a prazo médio ou curto, do instituto da sublegenda. No momento, em fase instável da política, quando tantos chamam a atenção para o adjetivado "desinteresse para as coisas políticas", a sublegenda exerce um grande papel. É o elemento de polarização eleitoral, além de que permitirá definir as lideranças municipais, eventualmente aglutinando os que as disputam. Manter o interesse e mesmo o entusiasmo nos municípios, pelas disputas eleitorais, é essencial, para o robustecimento democrático. A sublegenda, na emergência, é válida.

As sublegendas de salvação

22.01.1972

Barbosa Lima Sobrinho



A adoção da sublegenda, na vida dos Partidos políticos, vale como a legalização da indisciplina. Senão como a exaltação da hipocrisia. Porque chega a ser estranho que o correligionário possa ser expulso por desobediência, depois do pleito, e antes da eleição se permita até mesmo o assassinato e o comício de ataque aos companheiros de Partido. Tudo se torna legítimo, desde que as lutas se façam em tablados encimados pela sigla do mesmo Partido. Ai é que interfere a hipocrisia, quando se rotulam de companheiros os contendores, que só faltaram se estrelar, uma vez que a tabuleta sirva para os dois grupos, que se enfrentam de armas na mão. Como crianças que rolam no chão para ver quem possui melhores padrinhos. O que não deixa de ser uma razão poderosa, quando o padrinho que todos procuram é nada menos que a polícia, com os seus poderosos argumentos de persuasão. Há que assegurar o livre transito das agramiações partidárias e evitar as lutas temerárias.

O que não sei é como distinguir as Arenas numeradas do Movimento Democrático Brasileiro. A menos que a diferença esteja na moderação, que muitas vezes se observa entre o Partido de oposição e os grupos do Partido da situação. Porque a luta só se extrema, quando se travava entre facções da própria Arena, separadas pela numeração das sublegendas. Ai não se dá quartel aos adversários, nem se respeitam cerimônias. Briga-se para valer. Correligionários? Uma ova! São inimigos de vida e de morte, quando as rivalidades políticas se misturam com questões de

fa mília. Convenhamos que, sob o aspecto da moral política, não há nada mais edificante do que essa luta implacável entre facções do mesmo Partido, empenhadas em demonstrar quem gosta mais da situação governamental. Não me parece, aliás, que as sublegendas da Oposição sejam tão disputadas quanto as do Partido oficial. A luta, ao que tudo indica, é para ver quem fica mais perto do coiro das graças.

Os acontecimentos vão se incumbindo de evidenciar as excelências e virtudes da vida partidária do Brasil. Vejo que Pernambuco aparece com algum destaque na guerra das sublegendas. Há pouco era em Exu que os arenistas se defrontavam a tiros. Antes, podia-se compreender a situação, quando eram pessedistas e udenistas que se desafiavam. Mas hoje são arenistas, o que vale dizer, correligionários, que procuram o recurso das armas. E não só em Exu. Também em Parnamirim tombam nas ruas alguns políticos antigos do município. Agora é Bodocó, com os animos acirrados pelas campanhas políticas. O juiz eleitoral do município oficial ao Tribunal Eleitoral, denunciando o clima de violência e a inssegurança, que se alia ao terror, para ameacar a vida dos contendores. Chega a sugerir a intervenção em diversos municípios serranejos, como Granito, Terra Nova, Ouricuri, a acrescentar a Exu, Bodocó e Parnamirim. Sinal de que todos sabem que não há condição para lutar dentro do MDB. Disputam a faculdade de pleitear os postos políticos na mesma legenda da Arena. O que vale dizer que as antigas rivalidades municipais não

desapareceram. Continuam mais vivas do que nunca. Apenas trocaram de nome e procuram lutar onde a luta é permitida, em igualdade de condições, isto é, dentro do Partido situacionista. Será uma grande reforma ou um grande progresso intitular de arenistas, em sublegendas distintas, os pessedistas e os udenistas de ontem, tão afastados e inconciliáveis como no tempo em que pertenciam a Partidos diferentes?

A violência das novas lutas responde melhor do que os argumentos vãos de um articulista. Haja visto o que ocorre em outro município de Pernambuco, pelo que nos manda contar o correspondente do JORNAL DO BRASIL. O prefeito não permite comícios junto à maternidade local, para que não perturbe o sossego das parturientes. Os seus correligionários se irritam e depredam a maternidade, que consideram culpada pela proibição. Talvez houvesse, entre as parturientes, a esposa de algum correligionário da sublegenda dos apedrejadores, para a explicação da preferência pelo edifício da própria maternidade.

E' bom que esses fatos sejam conhecidos, para se ver até onde pode ir a disputa pelas sublegendas do Partido situacionista no Brasil. Porque o que acontece em Pernambuco não constitui privilégio da velha província. Embora não se saiba se se deve atribuir tudo isso ao excesso de entusiasmo partidário ou à simples cautela de quem procura valer-se de recintos protegidos, em igualdade de condições privilegiadas. De resto, um novo capítulo, para a história nacional dos Partidos políticos.

Getúlio Góes - 1º Página
dos
36

Diário de Notícias ★ 19/11/72 ★ Domingo ★ Página 2

19 NOV 1972 20 NOV 1972 19 NOV 1972

NOTAS POLÍTICAS

Governadores querem o fim da sublegenda

BRASÍLIA (Sucursal) — Duas lições estão sendo extraídas das eleições municipais da última quarta-feira: 1 — A imagem da Revolução é excelente e ganhou o confronto eleitoral; 2 — as sublegendas provaram que não aglutinam os partidos, antes os dividem.

De todos os recantos do País chegam testemunhos pessoais de que as obras do Governo, em todos osíveis, operam profunda transformação na vida dos brasileiros. Já não existe mais cidade no Brasil, por mais distante que seja, à margem os benefícios de obras públicas importantes. E o saneamento básico, que encanada, luz e estradas asfaltadas ou não, numa ofensiva governamental sem precedentes a provocar a mudança de opinião até dos mais azedos adversários da Revolução. Os governos estaduais e municipais também se esforçam por acompanhar o ritmo do Executivo federal. A consequência disso é que o partido do Governo vai ganhando em cidades onde jamais se pensou que isso fosse possível, como Teresópolis, São Luís do Maranhão, Goiânia e tantos outros municípios que sempre estiveram sob o minho da Oposição.

Mas a sublegenda partidária é tida o fantasma que atrasa a integração dos partidos e atrofia-lhes a tenticidade que precisam ter para que possam influir de fato no processo político, como quer o presidente da Arena, Filinto Müller. Porém percebido isso é que depois das apurações nova legião de adversários se levantarão contra elas: a dos governadores.

Constituídos chefes da Arena os Estados, sentiram os governadores o ardor de instituto viciado, que onte de servir de instrumento para contornar dissensões locais, na verdade tornou possível a competição esleal entre correligionários. E onte não foi possível distribuir sublegendas a todos os grupos e grupos descontentes, o partido adversário acabou sendo o beneficiado deses votos.

O Governador Raimundo Padiá, que está obtendo ampla vitória no Estado do Rio, será dos primeiros a manifestar ao Presidente da República e aos dirigentes nacionais o partido seu ponto de vista quanto aos malefícios das sublegendas. Eu ponto de vista é este: ou se insagra de vez ortodoxia pelo bipartidarismo, ou então que se abra logo quadro político ao pluripartidarismo consagrado na Constituição. «O que não é mais possível é manter-se as antigas agremiações com o pseudônimo de sublegendas. Esta é uma escamoteação que não deve mais continuar».

Para o Governador Fluminense, Instituto da sublegenda foi trágica experiência que ao longo desses anos todos concorreu apenas para enfundir o quadro partidário brasileiro, «mantendo-o subdesenvolvido enquanto o País se desenvolve em ritmo de viagem à Lua». Lembra que sua aparição se deu ainda no Governo do Presidente Castelo Branco, do qual era o líder na Câmara, e nessa condição lutou com grande con-

Resistirão elas à nova ofensiva? Extintas, como se quer, terá vez o terceiro partido e numa outra fase também o quarto ou, em lugar do pluripartidarismo estabelecido pela Constituição, será consagrado de vez o bipartidarismo através do remanejamento nas seções municipais da Arena e do MDB, com os irreconciliáveis trocando de legenda? São indagações que somente no começo do próximo ano poderão obter respostas.

ARENA QUER MAIS ELETORES

Presidente de um subgrupo arenista que estuda a necessidade de reforma das leis políticas, o Senador Clodomir Milet pediu a todos os tribunais regionais eleitorais sugestões sobre como deverá processar-se com sucesso o alistamento eleitoral no País. De alguns deles, entre os quais os do Piauí e do Amazonas, já recebeu respostas contendo clínico de informações interessantes. Dos demais está também aguardando contribuição, para que possa então coordenar a redação de projeto a ser apresentado logo no início da sessão legislativa de 1973, porque julga da maior urgência o reinício do processo de alistamento eleitoral. «Precisamos fazer com que o maior número possível de brasileiros participe das eleições em todos os graus, porque somente assim estaremos aperfeiçoando o regime democrático».

Os demais subgrupos estão também se preparando para o exame das outras leis políticas, para que no prazo fixado pelo presidente da Arena — 31 de março de 1973 — todos os anteprojetos estejam redigidos e possam ser submetidos à direção da Arena, ao MDB e depois à convenção do partido governista para, finalmente, serem oficialmente colocados à apreciação do Congresso.

ELEIÇÕES REVIGORAM DEMOCRACIA

“Mais importante do que qualquer resultado, foi o comparecimento do povo brasileiro que, surpreendido permanentemente pelas mudanças no processo eleitoral, continua a demonstrar o seu interesse em participar da vida político-administrativa do Brasil”. E assim que vê o Deputado José Alves as eleições municipais deste ano.

“O comparecimento popular às urnas significou sério revés para os radicais de todas as categorias, que constituem vários grupos, inclinados a preferir a tutela dos brasileiros à normalização do processo de escolha dos governantes, nas diversas esferas da administração”.

Ao que disse, “convocando o povo para resolver sobre a substituição de prefeitos e vereadores, o Governo da Revolução deu importante contribuição para que o País tenha assegurada a normalidade plena”.

“Vale referir, que todas as dificuldades surgidas durante o processo revolucionário não desviaram o curso da ação dos que, interpretando os objetivos maiores da revolução de 31 de março, pretendem honrar seus princípios e compromissos, dos quais sobressai o estabelecimento de sistema político democrático, o que pressupõe processo amplo de



ta encenada, faz e estradas asfaltadas ou não, numa ofensiva governamental sem precedentes a provocar a mudança de opinião até dos mais azedos adversários da Revolução. Os governos estaduais e municipais também se esforçam por acompanhar o ritmo do Executivo federal. A consequência disso é que o partido do Governo vai ganhando em cidades onde jamais se pensou que isso fosse possível, como Teresópolis, São Luís do Maranhão, Goiânia e tantos outros municípios que sempre estiveram sob o manto da Oposição.

Mas a sublegenda partidária é ainda o fantasma que atrasa a integração dos partidos e atrofia-lhes a tenticidade que precisam ter para que possam influir de fato no processo político, como quer o presidente da Arena, Filinto Müller. Porem percebido Isso é que depois das apurações nova legião de adversários se levantarão contra elas: a dos governadores.

Constituídos chefes da Arena os Estados, sentiram ose governadores o ardor de instituto viciado, que inge de servir de instrumento para contornar dissensões locais, na verdade tornou possível a competição esleal entre correligionários. E onde não foi possível distribuir sublegendas a todos os grupos e grupos descontentes, o partido adversário acabou sendo o beneficiado deses votos.

O Governador Raimundo Padilha, que está obtendo ampla vitória no Estado do Rio, será dos primeiros a manifestar ao Presidente da República e aos dirigentes nacionais o partido seu ponto de vista quanto aos malefícios das sublegendas. Su ponto de vista é este: ou se insagra de vez ortodoxia pelo bipartidismo, ou então que se abra logo quadro político ao pluripartidário consagrado na Constituição. Que não é mais possível é manter-se as antigas agremiações com o pseudônimo de sublegendas. Esta é a escamoteação que não deve mais continuar.

Para o Governador fluminense, instituto da sublegenda foi trágica experiência que ao longo desses anos todos concorreu apenas para enfundir o quadro partidário brasileiro, «mantendo-o subdesenvolvido quanto o País se desenvolve em ritmo de viagem à Lua». Lembra que sua aparição se deu ainda no Governo do Presidente Castelo Branco, do qual era o líder na Câmara, e nessa condição lutou como pôde contra a experiência que se queria fazer, mas foi vencido pelos argumentos de outros companheiros «que viam nesse recurso prosaico a maior solução do mundo. Seria o ovo de Colombo da crise partidária emergente. O resultado, nesse setor, é que fizemos uma Revolução para deixar tudo pior do que estava». Na mesma ocasião (Governo Castelo Branco) o Presidente e líder da Arena no Senado, Daniel Krieger, também condenou a idéia. Outras figuras de destaque do partido, além da Oposição inteira, também não gostaram da nova concepção partidária, mas nem assim tiveram sucesso.

Agora, além do Governador Raimundo Padilha e do Governador cearense César Cals, diversos outros chefes de executivos estaduais se mostram decepcionados com as sublegendas e querem a sua extinção. O presidente do partido situacionista, Filinto Müller, o Senador Nei Braga, os presidentes do Senado e da Câmara, os líderes do Governo e da Oposição na Câmara e um sem número de deputados e senadores reunidos sob a mesma linha de raciocínio, desejam a supressão urgente das sublegendas.

ista que estuda a necessidade de reforma das leis políticas, o Senador Clodomir Milet pediu a todos os tribunais regionais eleitorais sugestões sobre como deverá processar-se com sucesso o alistamento eleitoral no País. De alguns deles, entre os quais os do Piauí e do Amazonas, já recebeu respostas contendo elenco de informações interessantes. Dos demais está também aguardando contribuição, para que possa então ordenar a redação de projeto a ser apresentado logo no inicio da sessão legislativa de 1973, porque julga da maior urgência o reinício do processo de alistamento eleitoral. «Precisamos fazer com que o maior número possível de brasileiros participe das eleições em todos os graus, porque somente assim estaremos aperfeiçoando o regime democrático».

Os demais subgrupos estão também se preparando para o exame das outras leis políticas, para que no prazo fixado pelo presidente da Arena — 31 de março de 1973 — todos os anteprojetos estejam redigidos e possam ser submetidos à direção da Arena, ao MDB e depois à convenção do partido governista para, finalmente, serem oficialmente colocados à apreciação do Congresso.

ELEIÇÕES REVIGORAM DEMOCRACIA

“Mais importante do que qualquer resultado, foi o comparecimento do povo brasileiro que, surpreendido permanentemente pelas mudanças no processo eleitoral, continua a demonstrar o seu interesse em participar da vida político-administrativa do Brasil”. E assim que vê o Deputado José Alves as eleições municipais deste ano.

“O comparecimento popular às urnas significou sério revés para os radicais de todas as categorias, que constituem vários grupos, inclinados a preferir a tutela dos brasileiros à normalização do processo de escolha dos governantes, nas diversas cidades”.

Ao que disse, “convocando o povo para resolver sobre a substituição de prefeitos e vereadores, o Governo da Revolução deu importante contribuição para que o País tenha assegurada a normalidade plena.”

“Vale referir, que todas as dificuldades surgidas durante o processo revolucionário não desviaram o curso da ação dos que, interpretando os objetivos maiores da revolução de 31 de março, pretendem honrar seus princípios e compromissos, dos quais sobressai o estabelecimento de sistema político democrático, o que pressunção processo amplo de consulta sobre a escolha de governos e sobre os problemas nacionais.”

Aludindo à questão da sublegenda, declarou o Deputado José Alves que “este princípio não permite que haja maior definição do eleitor sobre a exceléncia desse ou daquele partido.”

“Para que os partidos possam realmente recolher um mínimo de confiança dos eleitores torna-se imperiosa avaliação sobre a extensão dos males da sublegenda, que se me assegura como rótulo novo para que as dezenas de facções, antigamente chamadas partidos, continuem a prestar os mesmos serviços (melhor seria desserviços), no momento da eleição.”

No entendimento do Deputado José Alves “a maior contribuição que os políticos devem dar agora ao país é acatar o resultado das eleições, pois muitos são os que mal se encerra a apuração, começam a clamar que a convocação poderia ter sido diferente. E posso assegurar — contra a vontade de muitos políticos — que o brasileiro gostará mais de votar sempre (de dois em dois anos, por exemplo), do que de quinze em quinze anos.”.



Sublegenda, o erro

21 NOV 1972 E M H

Essa troca de acusações entre vencidos e vencedores da eleição é normal. Ninguém gosta de perder nas urnas. E a derrota tem sempre explicações que vão além desta verdade verdadeira: vence quem tem mais votos. Perde quem tem menos. Há sempre versões especiais. Foi a chuva, corrupção, pressão policial, traição dos chefes ou cabos eleitorais, dizem os vencidos. Foi a excelência do nosso candidato, seu espírito público, o reconhecimento do eleitorado ao acerto do governo, o prevalecimento do bom senso, assim falam os vencedores. Nesse clima é feita a apuração, nesse clima é lavada a roupa de uma política feita de paixão e de competição. Portanto, feita também de emoção, dentro da qual a razão é o de menos, quase sempre.

Essa eleição de 15 de novembro reabre, porém, um debate antigo: Sublegenda. Acusada por todos, a sublegenda é tida pela Arena como mal necessário. Para o MDB, instrumento de pressão, de força, deformadora dos partidos. A Arena reconhece que a sublegenda é recurso eventual. Mais dia menos dia, tem de acabar. Mas não acabou até hoje, tendo servido a três eleições em alguns Estados, a quatro em outros Estados, a partir de 1966. Tudo indica que, por enquanto, ela permanece, embora as opiniões coincidam num ponto: a sublegenda dificulta e até impede a não disputa eleitoral entre os dois partidos, Arena e MDB. Na verdade, forma três partidos dentro de cada partido, percentuando saudosismos carregados de ortodoxia pessedista ou de paixão udenista. Na Arena, sublegenda lembra saudade. Tanto que em muitos municípios ninguém se diz filiado à Arena, Sou da Arena da UDN, ou da Arena do PSD, ouve-se frequentemente. É, pois, uma Arena feita de muitas Arenas, só que todas elas feitas também de estima pelo poder, esse poder que tanto movimenta a disputa eleitoral em Minas — mesmo estando longe de todos, parecendo próximo.

Sublegenda é, pois, um problema novamente em debate. Continuar ou não com ela é decisão para ser tomada imediatamente. Sua manutenção se deve exatamente à contemporização. Parece que todos têm medo de enfrentar a questão. Vão deixando como está para ver como é que fica, até chegarem às eleições. Aí, é tarde demais. Os grupos e correntes que alimentam no interior a saudade partidária já tomaram posição. O apelo à pacificação não pega mais e as cúpulas partidárias simplesmente lavam as

mãos. Prometem que a sublegenda só funcionará até o dia da eleição. Depois, tudo volta a estaca zero, ao aprisco acolhedor de um partido em que adversários brigam para depois se reconciliarem, como se fosse possível ou normal promover disputa eleitoral entre correligionários. Está errado, evidente. Disputam os adversários, isso sim. O correligionário pode patrocinar candidaturas ou candidatos dentro do partido. Disputa a preferência do filiado, como é da lei eleitoral. Se ganha, fica com a legenda. Perdendo, tem de aceitar a decisão da maioria.

Pelo sistema atual, há solução para tudo. Um grupo vai à convenção partidária com seu candidato a prefeito. Se perde, pode, então, requerer a formação de uma sublegenda. Mais, ainda: decidiu a direção da Arena, parece que também a do MDB, que a formação da sublegenda deveria ser facilitada a qualquer grupo. Mesmo aqueles que não tivessem direito a requerer pela falta dos 20% dos votos convencionais. Ora, isso é levar longe demais o estranho direito de repartir partidos já tão repartidos. E a prova é que nunca houve tanta sublegenda como na última eleição. Mais de 600, em quase 300 municípios pela Arena. No MDB, umas 250 em 100 municípios, geralmente formadas, no caso da oposição, para enfrentar uma Arena tão dividida e ao mesmo tempo tão unida pelo milagre da soma de legendas: ganha não o candidato mais votado, mas o candidato mais votado na legenda vencedora, o que é outra sutil e pragmática disposição de uma legislação eleitoral que dizem realista, mas que na verdade é mais do que isto: é oportunista e antinatural, pois aceita como normal o conflito entre partidos que a própria lei extinguiu, dando como eleito o mais votado entre os adversários.

É chegada a hora de decidir. Só haverá outra eleição municipal daqui a quatro anos. Se a sublegenda acabar logo, a composição entre grupos há de ser promovida logo, aí sim, por realismo positivo. Não acabando, haverá brasa sob as cinzas, pois o perdedor da eleição do dia 15 afiará desde logo suas armas para nova disputa que começará não nos seis meses anteriores à eleição de 1976, mas antes mesmo da posse dos que se elegeram no último pleito. Se acabar agora, serão quatro anos para promover a condição, tempo que dá e sobra. Não cumprir, serão quatro anos de tensões e conflitos.

Afinal de contas, a Arena só diz o partido governista e, pois, da Revolução. Há um só governo e uma só Revolução. Por que, então, tantas Arenas? E outro tanto de MDB?





Coluna do Castello

Partido Político

A que serve

a sublegenda

Brasília (Sucursal) — As novas diretrizes traçadas para a Arena deveriam logicamente excluir a sublegenda. A unificação e homogeneização do Partido, em torno da liderança dos governadores, prescindem desse instituto e até mesmo o excluem, pois o natural seria que não houvesse válvulas para os ímpetos de dissidência. Enquanto houver a possibilidade da sublegenda haverá a pressão dos líderes que não se compuserem com os chefes de Executivo estaduais para obter registro de chapas a elas vinculadas nos municípios e eventualmente até mesmo para a disputa das sucessões governamentais.

O Senador Filinto Muller, futuro presidente do Partido, é em princípio contrário à sublegenda e nesse sentido teve oportunidade de se pronunciar reiteradamente. No entanto, a sublegenda continuará, pois entende o Governo federal não lhe ser possível ainda abrir mão de qualquer instrumento de trabalho, mesmo um instrumento como esse que já foi adotado como meio de possibilitar a convivência de forças heterogêneas dentro do Partido oficial, etapa já suplantada pelas diretrizes atuais. Os governadores terão relativo poder na concessão das sublegendas, pois os chapões excluem a possibilidade da afirmação de tendências minoritárias. No entanto, nas Convenções para indicar candidatos, as minorias poderão constituir-se nos termos da lei e elas se formarão sempre que persistirem inconstitucionalismos nas fileiras do Partido.

A sublegenda será, portanto, daqui por diante um expediente que trabalha contra o espírito com que o Governo ataca no momento o problema do seu Partido. Deve-se considerar, assim, que, se o sistema insiste em mantê-la, deverá haver razões especiais para que assim proceda, correndo os riscos inerentes a ela. Não será para o efeito da eleição de prefeitos que a sublegenda está sendo preservada. Nessa área, em que incidirá especialmente o poder político do Governador, ela somente será admitida nos casos inevitáveis. A sublegenda continuará para facilitar as manobras situacionistas relativas à seleção dos governadores dos Estados, e continuará enquanto estiver inscrito na Constituição o princípio da eleição direta.

A escolha indireta, pelas Assembleias, dos Chefes de Executivo, não oferece oportunidade àqueles recursos, eficientes apenas quando se trata da disputa do voto popular. Deve-se entender que é visando a viabilizar vitórias eleitorais da Arena nos Estados duvidosos que o Governo insiste na sublegenda. Somente com ela será possível ao Partido oficial concorrer vantajosamente aos Governos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e principalmente de São Paulo, onde as facções arenistas regionais, e não propriamente municipais, são numerosas e algumas com bastante capacidade de ação.

continuara, pois entende o Governo federal não lhe ser possível ainda abrir mão de qualquer instrumento de trabalho, mesmo um instrumento como esse que já foi adotado como meio de possibilitar a convivência de forças heterogêneas dentro do Partido oficial, etapa já suplantada pelas diretrizes atuais. Os governadores terão relativo poder na concessão das sublegendas, pois os chapões excluem a possibilidade da afirmação de tendências minoritárias. No entanto, nas Convenções para indicar candidatos, as minorias poderão constituir-se nos termos da lei e elas se formarão sempre que persistirem inconformismos nas fileiras do Partido.

A sublegenda será, portanto, daqui por diante um expediente que trabalha contra o espírito com que o Governo ataca no momento o problema do seu Partido. Deve-se considerar, assim, que, se o sistema insiste em mantê-la, deverá haver razões especiais para que assim proceda, correndo os riscos inerentes a ela. Não será para o efeito da eleição de prefeitos que a sublegenda está sendo preservada. Nessa área, em que incidirá especialmente o poder político do Governador, ela somente será admitida nos casos inevitáveis. A sublegenda continuará para facilitar as manobras situacionistas relativas à seleção dos governadores dos Estados, e continuará enquanto estiver inscrito na Constituição o princípio da eleição direta.

A escolha indireta, pelas Assembleias, dos Chefs de Executivo, não oferece oportunidade àqueles recursos, eficientes apenas quando se trata da disputa do voto popular. Deve-se entender que é visando a viabilizar vitórias eleitorais da Arena nos Estados duvidosos que o Governo insiste na sublegenda. Somente com ela será possível ao Partido oficial concorrer vantajosamente aos Governos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e principalmente de São Paulo, onde as facções arenistas regionais, e não propriamente municipais, são numerosas e algumas com bastante capacidade de aliciamento. Ela envolve a hipótese da soma de votos dos Srs. Carvalho Pinto, Abreu Sodré, Baldaci, Ademar de Barros etc; em benefício da Arena e do Governo.

A manutenção desse contestado instituto eleitoral indica, portanto, que, embora a tendência visível seja pela adoção novamente do processo indireto para as sucessões governamentais, não há decisão nesse sentido e o Governo ainda admite que possa vir a prevalecer o dispositivo constitucional não revogado da eleição direta. E' de resto sintomática a maneira como o Senador Filinto Muller, autorizadamente, responde a perguntas sobre o tipo de eleição que haverá em 1974 para a escolha dos governadores. "A Constituição", diz ele, "determina a eleição direta." Como se sabe, por enquanto, a palavra de ordem do Governo é contrária a qualquer modificação do statu quo constitucional e legal.

A sublegenda aí está, portanto, não propriamente para servir ao Partido e a suas alas mas ao Governo e aos seus objetivos, como de resto acontece com tudo quanto diz respeito a assuntos políticos.

Carlos Castello Branco



Coisas da política

Uma tese

incoerente p 6

Brasília (Sucursal) — Conhecida a decisão do Governo de manter as sublegendas, cresce no MDB a tese de que a Oposição não deve disputar as eleições municipais gerais de 1972. Se a direção do Partido não agir rapidamente, haverá o risco de que essa tese acabe por prevalecer, criando para a Oposição a situação difícil que se pretenderia criar para o Governo.

Durante a reunião recentemente promovida pelos oposicionistas gaúchos, a delegação de Pernambuco propôs que o MDB comunicasse desde logo à nação que não participaria das eleições municipais caso as sublegendas fossem preservadas. A proposta teve boa acolhida, mas a direção do Partido conseguiu adiar o debate, certamente por compreender que a resolução seria insustentável e inconsequente. Incluiu-se o assunto no temário da reunião que então se convocou para Recife na segunda quinzena de junho.

O MDB jamais cessou de combater as sublegendas, instituídas, da mesma forma que o voto vinculado, como expediente destinado a garantir o sistema oficial contra

a ameaça posta por suas próprias divisões internas. Elas de fato mantêm bloqueado o acesso da Oposição às prefeituras municipais, conforme os dirigentes do MDB não se cansam de repetir. Mas a tese que está posta não se coaduna com a disposição afirmativa que a Oposição vem revelando. Ela é inviável, pois não se obteria que o Partido renunciasse à disputa em todos os municípios onde tem possibilidade de vencer. E é demissionária, pois ainda que o Partido se unisse na ausência às eleições municipais, estaria desmentindo sua determinação de ocupar todo palmo de terra que lhe fosse consentido e estaria destruindo as bases de sua própria sobrevivência.

E' evidente que um Partido que não disputa eleições municipais não tem condições de sustentar também a luta pelas eleições estaduais e federais. Para ser consequente, no momento em que examinasse a tese posta, o MDB seria forçado a examinar também sua projeção natural, ou seja, a renúncia a toda e qualquer eleição, renúncia à própria sobrevivência.

Está claro que o MDB não cogita des-

sa possibilidade. Pelo contrário, ao assumir a chefia da Oposição, o Deputado Ulisses Guimarães declarou: "O MDB não será perjuro e desde já anuncia à opinião política do país e a seus correligionários que em 1974 terá candidatos próprios a governador e vice-governador nos 22 Estados da Federação." Aí está a posição que o Partido vem afirmando, no desdobramento de uma ação de crescente eficiência.

No mesmo discurso, no entanto, o Sr. Ulisses Guimarães condonou com a maior veemência as sublegendas, dizendo que elas "truculentamente expulsarão o MDB da competição nas próximas eleições municipais de 1972, com grave escândalo para a opinião pública nacional e internacional." E' possível que essa declaração tenha estimulado o movimento que hoje cresce, na base apenas da emoção dentro do Partido. Mas o que o presidente do MDB indicou é coisa diferente: seu pensamento, claramente exposto, é o de que o Partido poderá até ser expulso da competição, mas não pode fugir ao dever de preparar-se para sustentar a luta em toda a linha.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: